

DOUGLAS OCHIAI PADILHA

A CONSTRUÇÃO DA RACIONALIDADE AMBIENTAL NO MOVIMENTO  
AGROECOLÓGICO EM RIO BRANCO DO SUL/PR

CURITIBA

2008

DOUGLAS OCHIAI PADILHA

A CONSTRUÇÃO DA RACIONALIDADE AMBIENTAL NO MOVIMENTO  
AGROECOLÓGICO EM RIO BRANCO DO SUL/PR

Trabalho apresentado ao Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Alfio Brandenburg  
Área de concentração: Sociologia

CURITIBA  
2008

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa dos Núcleos Regionais da Rede Ecovida.....	115
FIGURA 2 – Parte da família Gasparin e Grimaldo Gasparin em sua área de plantio.....	150
FIGURA 3 – Gilmar e Alírio plantando mudas no terreno cedido por moradora de Curitiba.....	151
FIGURA 4 – Lauro Silva e Mario Ângelo Gasparin com a banca de produtos ecológicos na Escola Técnica da UFPR.....	151
FIGURA 5 – Oromar Fioreze colhendo folhas de Cataia para fazer chá bioenergético utilizado na agricultura ecológica e plantando mudas.....	152

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Principais correntes da agricultura ecológica, segundo princípios básicos e particularidades.....	56
TABELA 2 – Resumo das ações e programas da Associação RIOSUL.....	75
TABELA 3 – Razões que influenciaram na decisão de produzir ecologicamente.....	84
TABELA 4 – Para quem foram vendidos os produtos orgânicos ou ecológicos em 2007.....	109
TABELA 5 – Participação formal nas organizações sociais.....	123

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AA – Agricultura Alternativa
- AAO – Associação de Agricultura Orgânica
- AB – Agricultura Biológica
- ABD – Agricultura Biodinâmica
- ABIO – Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
- AE – Agricultura Ecológica
- AESCA – Associação Estadual de Cooperação Agrícola
- AO – Agricultura Orgânica
- AOPA – Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (atualmente: Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia)
- APAC – Associação de Produtores Agrícolas de Colombo
- AR – Agricultura Regenerativa
- AS-PTA – Assessoria e Serviços em Projetos de Tecnologias Alternativas
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
- CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
- CDLAF – Compra Direta Local da Agricultura Familiar
- CEAO – Conselho Estadual de Agricultura Orgânica
- CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
- COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- COOPERAFLORÉSTA – Cooperativa dos Produtores Agroflorestais de Barra do Turvo
- CEASA – Centrais de Abastecimento do Paraná S/A
- CPDA – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola
- CRESOL – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
- CSAO – Câmara Setorial de Agricultura Orgânica
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
- EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
- ECO-92 – 2ª Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- ECOCERT – Ecocert Brasil

ECOVIDA – Rede Ecovida de Agroecologia  
EED – *Evangelischer Entwicklungsdienst*  
EMATER-PR – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia  
ENGAO – Encontro Nacional do Grupo de Agricultura Orgânica  
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação  
FETRAF/SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul  
FLD - Fundação Luterana de Diaconia  
GAO – Grupo de Agricultura Orgânica  
GEAE – Grupo de Estudos de Agricultura Ecológica  
IAF – Instituto Agroflorestal Bernard Hakvoort  
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná  
IBD – Instituto Biodinâmico  
IDER – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IFOAM – *International Federation of Organic Agriculture Movements* (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica)  
IGUATU – Projeto Iguatu: Redesenhando a Gestão dos Recursos Hídricos na Agricultura Familiar através da Agroecologia  
ING – Instituto Guardiões da Natureza  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
IVV – Instituto Verde Vida de Desenvolvimento Rural  
MADE – Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR  
Maela – Movimento de Agroecologia da América Latina e Caribe  
Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MINEROPAR – Minerais do Paraná S/A  
NRC - National Research Council (USA)  
ONG – Organização Não-Governamental  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PIB – Produto Interno Bruto

PIPOS – Planejamento Integrado das Propriedades Orgânicas

PMISA – Programa Integrado de Manejo de Solos e Águas

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RIOSUL – Associação dos Produtores Rurais de Rio Branco do Sul e Itaperuçu

RBS – Rio Branco do Sul

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

RURECO – Fundação para o Desenvolvimento Econômico e Rural da Região  
Centro-Oeste

SEAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SESAN - Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

SPG – Sistemas Participativos de Garantia

SINTRAF de Itaperuçu – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de  
Itaperuçu

TNC – *The Nature Conservancy* do Brasil

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## RESUMO

Esta pesquisa investiga o movimento agroecológico em Rio Branco do Sul/PR, como um novo movimento social, buscando analisar as trajetórias e obstáculos na construção de um paradigma ecológico para a produção e comercialização alimentar. Desde os anos 1990 agricultores familiares de Rio Branco do Sul têm convertido suas unidades de produção para bases ecológicas como uma estratégia de reconstrução de suas relações com a natureza. Através de entrevistas semi-estruturadas e dados acumulados pelos programas de Pós-graduação em Sociologia da UFPR e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, verifica-se que as razões para a conversão à agricultura ecológica estão relacionadas às preocupações com a saúde da família em primeiro lugar, mas também com a possibilidade de aumento na renda familiar e preservação ambiental. Apoiados por ONGs e agentes do Estado, o movimento agroecológicos se expandiu em Rio Branco do Sul, bem como no restante do país. Mas ao longo da história do movimento agroecológico a principal dificuldade não surgiu na esfera produtiva, mas sim na comercialização. Os ciclos longos de comercialização – onde os produtos ecológicos circulam do produtor, à empresa processadora ou associação gerenciadora, depois aos super e hipermercados, para então alcançar o consumidor verde – acabam submetendo os agricultores familiares aos ditames e racionalidade do mercado capitalista, onde as empresas processadoras e varejistas, muitas delas de capital internacional, agem pela maximização dos lucros e repasse dos prejuízos aos produtores, sem considerar a racionalidade ambiental objetivada pelo movimento agroecológico. Nesta comercialização impessoal os produtos ecológicos acabam seguindo padrões do mercado de consumo massificado. Mas movimentos como a Rede Ecovida de Agroecologia – formada por agricultores, técnicos e consumidores, organizados em grupos e associações – procuram trabalhar no sentido de construir um mercado mais justo e solidário que aproxime produtores e consumidores, estimulando o trabalho associativo na produção, comercialização e consumo de alimentos ecológicos. Os atores e movimentos sociais ambientalistas, rurais e urbanos, estão transformando seus espaços sociais e ambientais buscando novos modos de produzir, consumir e viver, orientados a sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: movimento agroecológico, agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável, racionalidade ambiental

## ABSTRACT

This research investigates the agroecological movement in Rio Branco do Sul/PR, as a new social movement, looking for to analyze the paths and obstacles in the construction of an ecological paradigm for the production and alimentary commercialization. Since the years 1990 family farmers of Rio Branco do Sul have been converting their units of production for ecological bases as a strategy of reconstruction of their relationships with the nature. Through semi-structured interviews and accumulated data for the programs of Masters degree in Sociology of UFPR and Doctorate in Environment and Development of UFPR, it is verified that the reasons for the conversion to the ecological agriculture are related to the concerns with the health of the family in first place, but also with the increase possibility in the family income and environmental preservation. Leaning for Non-Governmental Organization and agents of the State, the agroecological movement expanded in Rio Branco do Sul, as well as in the remaining of the country. But along the history of the agroecological movement the main difficulty didn't appear in the productive sphere, but in the commercialization. The long cycles of commercialization - where the ecological products circulate of the producer, to the food-processing company or association manager, later to the super and hypermarkets, for then to reach the green consumer - they end up submitting the family farmers to the dictates and rationality of the capitalist market, where the food-processing companies and retailers, many of them of international capital, act for the maximization of the profits and review from the damages to the producers, without considering the environmental rationality aimed at by the agroecological movement. In this impersonal commercialization the ecological products end up following patterns of the market of influenced consumption. But movements as the Rede Ecovida de Agroecologia - formed by farmers, technicians and consumers, organized in groups and associations - they try to work in the sense of building a fairer and solidary market to approximate producers and consuming, stimulating the associative work in the production, commercialization and consumption of ecological foods. The environmentalists actors and social movements, rural and urban, are transforming their social and environmental spaces looking for new manners of producing, to consume and to live, guided the social and environmental sustainability.

Word-key: agroecological movement, family agriculture, sustainable rural development, environmental rationality



## SUMÁRIO

**LISTA DE TABELAS**

**LISTA DE QUADRO**

**LISTA DE FIGURAS**

**LISTA DE TABELAS ANEXAS**

**LISTA DE QUADROS ANEXOS**

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**RESUMO**

**ABSTRACT**

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 CAMINHOS E MÉTODOS DA PESQUISA.....	18
<b>2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....</b>	<b>23</b>
2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	23
2.2 A HOMOGENEIZAÇÃO A PARTIR DOS PADRÕES URBANO-INDUSTRIAIS E A HETEROGENEIDADE DO RURAL.....	26
2.3 HISTÓRICO DA RURALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	33
2.4 A NOÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR.....	38
<b>3 O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>44</b>
3.1 A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	44
3.2 A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL OU ECOLÓGICA.....	51
<b>4 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL/PR E A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA RACIONALIDADE PRODUTIVA.....</b>	<b>64</b>
4.1 ORÍGEM DA AGRICULTURA ECOLÓGICA EM RIO BRANCO DO SUL.....	64
4.2 O PERÍODO DE EXPANSÃO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO EM RIO BRANCO DO SUL E AS RELAÇÕES COM OS MERCADOS.....	86
4.3 O SURGIMENTO DO GRUPO LIGADO A EMPRESA FRUTO DA TERRA.....	100
4.4 A FORMAÇÃO DO GRUPO DOIS PINHEIROS NA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.....	112

4.5 A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ECOLÓGICOS E OS CONSUMIDORES VERDES.....	125
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	132
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	137
<b>APÊNDICE A</b> – Pequena biografia dos entrevistados.....	149

## 1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1980 os impactos da agricultura moderna, a destruição das florestas tropicais, as chuvas ácidas, a destruição da camada atmosférica de ozônio, o aquecimento global e o efeito estufa tornavam-se temas familiares para grande parte da opinião pública, principalmente, nos países ricos. Questionava-se até que ponto os recursos naturais suportariam o ritmo de crescimento econômico imprimido pelo industrialismo ou mesmo se a própria humanidade resistiria às seqüelas do chamado “desenvolvimento”.

O ideal de desenvolvimento fundamentado em princípios econômicos gerou conseqüências ambientais e sociais desastrosas por todo o globo, por isso desde o final do século XX se fala em crise socioambiental. Diante da crise do projeto civilizatório da modernidade<sup>1</sup>, as críticas convergem para um ponto principal: os efeitos não-intencionais provocados pelo processo de racionalização, cujas conseqüências negativas ou perigosas atingem tanto o meio ambiente como os próprios seres humanos. Dentre os críticos da modernidade, Enrique Leff (2006) afirma que a problemática ambiental vivida hoje não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia, é a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza. A problemática ambiental emerge, então, como uma *crise de civilização*: da cultura ocidental, da racionalidade<sup>2</sup> da modernidade, da economia do mundo globalizado.

---

<sup>1</sup> Para Norbert Elias (1994, p.23), o conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”, em especial aquilo de que se orgulha – o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo. Como na metrópole se sobressaem os signos do progresso – em especial o progresso material nos transportes, nas comunicações, nos confortos da vida moderna – a ela se associa o pertencimento à civilização moderna. A metrópole torna-se, então, o *locus* natural das formas “civilizadas” das técnicas, idéias, maneiras e costumes. Nesse sentido, ser urbano não significaria somente pertencer à cidade, mas ser civilizado, gentil, cortês, com toda carga etimológica que estes termos trazem.

<sup>2</sup> A racionalidade social é definida como sistema de regras de pensamento e ação que se estabelecem dentro de esferas econômicas, políticas e ideológicas, legitimando determinadas ações e conferindo sentido de organização da sociedade em seu conjunto. Essas regras orientam processos, práticas e ações sociais para determinados fins, através de meios socialmente construídos, que se refletem em sistemas de crenças, normas morais, acertos institucionais e padrões de produção. Weber (1999) distingue tipos distintos de racionalidade – teórica, formal, instrumental e material ou substantiva –, que operam sobre as esferas institucionais da economia, do direito e da religião. A racionalidade teórica, que permite o controle consciente da realidade através da elaboração de conceitos cada vez mais precisos e abstratos, se articula na modernidade a uma racionalidade formal, cuja expressão mais contundente e dominante é o cálculo em capital, que rege

Para autores como Habermas (1999), Leff (2002b) e Touraine (1994), o processo civilizatório da modernidade fundou-se em princípios de racionalidade econômica e instrumental<sup>3</sup> que moldaram as diversas esferas do corpo social: os padrões tecnológicos, as práticas de produção, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado. Com o avanço da modernização industrial, assenhoreada pelo capitalismo, foi se impondo como dinâmica o ideal econômico, cujo fim perseguido racionalmente é o aumento da produtividade e a maximização do lucro. Essa razão orientada à produtividade e ao lucro vê a natureza como matéria-prima para a apropriação produtiva (e destrutiva). Assim, um modelo predatório de civilização foi progressivamente instaurado pela economia de mercado e pelo produtivismo exacerbado, ambos impulsionados pelo desenvolvimento da técnica e pela visão racionalista do mundo. “A racionalidade econômica levou à recoisificação do mundo – de todos os entes e ordens ontológicos – em termos de valor econômico” (LEFF, 2006, p.77). É a excessiva objetivação da natureza na ordem econômica, um processo que desemboca no império da ordem econômica e que converte o ser em *ser para a produção*, em *homo economicus*. A crise socioambiental não se limita, então, apenas a uma crise de esgotamento dos recursos naturais, mas é uma crise da própria racionalidade da modernidade que apropria e expropria a natureza sem considerar diversas conseqüências negativas para o ambiente e a sociedade. A problemática ecológica questiona os custos socioambientais derivados de uma racionalidade produtiva fundada no cálculo econômico, na eficácia dos sistemas de controle e previsão, na uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência de seus meios tecnológicos.

---

os modos de produção e os mundos de vida das pessoas. Essas concepções se refletem na esfera jurídica, nas regras processuais abstratas do direito, e na esfera econômica onde se traduzem em teorias da produção e em princípios do cálculo econômico que determinam as formas sociais de apropriação da natureza, da exploração de recursos e na degradação do ambiente. A racionalidade instrumental implica a consecução metódica de determinado objetivo prático através de um cálculo preciso de meios eficazes (LEFF, 2006). A racionalidade material ou substantiva ordena a ação social em padrões baseados em postulados de valor, “age de maneira puramente racional referente a valores quem, sem considerar as conseqüências previsíveis, age a serviço de sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever, a dignidade, a beleza, as diretivas religiosas, a piedade ou a importância de uma ‘causa’ de qualquer natureza” (WEBER, 1999, p.15).

<sup>3</sup> Na obra de Weber (2000), a modernidade é definida como sendo o mundo governado pela racionalidade econômica, um mundo desencantado, aprisionado simbolicamente numa jaula de ferro habitada unicamente por “especialistas sem espírito” e “homens de prazer sem coração” (HABERMAS, 1992). Para Weber, o protótipo da racionalidade moderna é a racionalidade formal, sobretudo em sua expressão na racionalidade econômica que funciona com base em um cálculo em capital e à qual se subordina a racionalidade instrumental (LEFF, 2006, p.245).

Esta lógica produtivista capitalista se impôs também à produção agrícola. É com uma racionalidade instrumentalizada para a produtividade e para o aumento do lucro que se deu um processo de industrialização na produção agrícola. O paradigma moderno da agricultura consistiu na substituição do ecossistema natural por um ecossistema racionalmente artificial e simplificado que permitisse a monocultura. Orientada pela lógica do mercado e apoiada pelo desenvolvimento científico, desenvolveu-se ao longo do século XX uma agricultura especulativa e altamente predatória.

Se por um lado a agricultura modernizada pela ciência, pela técnica e pela política obteve sucesso em acompanhar a crescente demanda por comida a partir da metade do século XX, por outro lado este sistema global de produção de alimentos sobrecarregou e degradou os recursos naturais dos quais a agricultura depende – solo, recursos hídricos e diversidade genética natural.

A proposta essencial do modelo tecno-moderno-capitalista de agricultura supõe a substituição de formas tradicionais e locais de agricultura, baseadas no trabalho humano, por um “pacote tecnológico” fundado em um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas, isto é, de variedades vegetais geneticamente melhoradas, muito exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e motomecanização. Tal dinâmica também supõe a substituição dos adubos orgânicos pelos químicos-industriais e a adoção de novos métodos de gestão administrativa, técnica e de apropriação do ambiente. Ou seja, defende uma simplificação do processo produtivo em favor da geração de níveis crescentes de produção e renda por unidade de área e de capital empregado. O domínio desse modelo representou a hegemonia de uma visão de mundo<sup>4</sup> e de uma racionalidade moderna que se apresentam como as únicas cientificamente corretas, desqualificando o valor e a auto-estima dos caminhos

---

<sup>4</sup> Uma visão de mundo é um conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo. De acordo com José Ferrater Mora, “A visão de mundo se refere a um conjunto de intuições mediante as quais se tem um saber, na maioria das vezes não teórico, do mundo e da vida em sua totalidade. Estão implícitos nessa totalidade, de um lado, a estrutura do mundo, que não se deve entender como a questão da forma da realidade - mecânica, orgânica, racional, irracional – e, de outro, seu sentido, problema que comporta um saber da finalidade do mundo e, com ele, um saber da finalidade da história. Filosofia, metafísica, imagem científica do mundo, religião e diversos outros elementos estão na visão de mundo sem que esta seja uma mera soma: trata-se antes de um elemento distinto que banha com sua luz todos os elementos parciais.” (MORA, 2001, p.2029).

alternativos, especialmente as formas de uso e manejo dos recursos naturais utilizadas pelas populações tradicionais do campo.

Esse modelo de “modernização” forçou uma profunda transformação no meio rural de países como o Brasil. Ele produziu aqui, na expressão de Milton Santos (2001), um processo de “modernização em manchas”, que focalizou as áreas tradicionalmente concentradas em recursos técnicos e políticos, e a abertura de algumas frentes de expansão no Centro e Norte do país. O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, baseado na urbanização<sup>5</sup> e industrialização, superpôs-se a uma estrutura agrária essencialmente concentrada e desigual. Foi sobre esse quadro que se implantou uma rápida dinâmica de transformação rural, principalmente a partir dos anos 70. No meio rural evidenciam-se como conseqüências deste desenvolvimento a degradação intensa e acelerada dos recursos naturais, a concentração fundiária, o êxodo rural, as transformações nos sistemas de produção e de relações sociais, a massificação e a dependência produtiva de insumos industriais (maquinários, sementes, agroquímicos em geral), bem como a uniformização e homogeneização dos processos produtivos de bens alimentares. Em conseqüência, constata-se não só a desarticulação sociocultural rural, como também a perda da diversidade cultural e dos sistemas de cultivo, o esgotamento e até extinção da biodiversidade em diversas regiões e, principalmente, um processo de enorme exclusão social de trabalhadores, pequenos agricultores e camponeses de modo geral.

Mas estas profundas transformações no mundo rural não ocorreram sem resistências e reações. Diversos atores sociais – como trabalhadores, bóias-frias, mulheres, pequenos produtores, técnicos – se organizaram a partir dos anos 70 em “novos movimentos sociais no campo”<sup>6</sup> (SCHERER-WARREN, 1996) primeiramente pela defesa do acesso a terra e mais recentemente por questões ecológicas.

---

<sup>5</sup> A emigração representou para muitas famílias um aumento da pauperização, seja nas grandes e pequenas cidades ou nas novas fronteiras de colonização. Grande parcela da população passou por uma dinâmica de “desruralização”, como costuma dizer Ignacy Sachs, bem mais do que de urbanização, sem que as forças políticas reformistas conseguissem implantar um processo de reforma agrária capaz de reassentá-la, pelo menos parte substancial dela, em um novo ambiente agrário democratizado.

<sup>6</sup> Scherer-Warren afirma que, para formação de um movimento social é necessário primeiramente o reconhecimento coletivo de um direito e “criar a consciência não apenas do direito a um direito, mas o direito e o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 69), para então formar uma identidade social e política. Assim, a mera existência formal de uma organização não garante a existência de um Movimento Social, para tornar-se um

Ainda nos anos 70, pequenos agricultores em processo de exclusão e trabalhadores já excluídos vinculados às associações, organizações sindicais combativas e pastorais religiosas, passaram a questionar tanto as políticas agrícolas como as técnicas por elas implementadas. Surge daí um movimento de construção de uma agricultura tida como "alternativa" ao modelo hegemônico que passou a resgatar práticas tradicionais de produção, condenadas pelo modelo moderno-industrial. Brandenburg (2002) afirma que, enquanto movimento socialmente organizado, a agricultura alternativa surge como um contramovimento, uma via alternativa à política da modernização agrícola.

Iniciou-se com os modelos alternativos ao padrão agroindustrial um processo de "ecologização" da agricultura (BUTTEL, 1995) que consiste na introdução de novas práticas, mais respeitadas com o ambiente, em sintonia com o novo paradigma<sup>7</sup> da sustentabilidade<sup>8</sup> e o desenvolvimento sustentável. Dentro deste processo a agricultura ecológica, enquanto conjunto de modelos alternativos de agricultura, tem se convertido em uma via utilizada por agricultores familiares para fazer frente à exclusão econômica e social e à degradação ambiental, utilizando-se distintas formas associativas.

O processo de ecologização, quando observado desde a dimensão social, pode ser explicado a partir de uma maior valorização de certos benefícios materiais e não materiais, tais como a melhoria da saúde via produção e consumo de alimentos isentos de contaminantes químicos, assim como a melhoria das condições de trabalho mediante a redução ou eliminação do uso de produtos agrotóxicos no processo produtivo. É um processo que pode oferecer, também, benefícios sociais mais amplos ao conjunto da sociedade, como a oferta destes produtos com maior qualidade biológica aos consumidores. Mas estas mudanças somente são possíveis

---

movimento social uma organização necessita ter um compromisso com um projeto de mudança através de objetivos coletivos.

<sup>7</sup> Thomas S. Kuhn, em *A estrutura das revoluções científicas* (1962), introduziu a noção de paradigma – como um conjunto de valores que conformam uma visão de mundo da qual emergem “tradições coerentes e específicas da pesquisa científica” (KUHN, 2001, p.30), formuladas em teorias, leis, aplicações e instrumentação – buscando explicar os processos de mudanças, inscritos nas atividades científicas ao longo de sua história. Os momentos de “revolução científica” são, segundo ele, os períodos de crise do paradigma quando se torna possível a sua superação.

<sup>8</sup> A idéia de sustentabilidade é uma resposta à fratura da razão modernizadora e uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano (LEFF, 2006).

com base em uma racionalidade substantiva<sup>9</sup> e não instrumental por parte do agricultor, ao aceitar a utilização de alternativas tecnológicas que nem sempre são capazes de assegurar os mesmos níveis de produção e produtividade alcançados via o modelo agroquímico dominante, o que supõe assumir riscos econômicos na utilização de tais alternativas.

Como um contramovimento ao processo de industrialização da produção agrícola fundamentada na racionalidade econômica e instrumental, o movimento agroecológico é portador de uma mensagem ecológica em que a relação homem-natureza é mediada por uma representação social diferenciada do ambiente da agricultura convencional. Diante da problemática ambiental emergem no mundo rural movimentos sociais que estão construindo alternativas para o modelo de desenvolvimento dominador e destruidor da natureza com idéias e práticas produtivas que estão construindo uma outra racionalidade produtiva mais ambientalista.

Estes novos movimento sociais do campo que propugnam uma outra relação com o ambiente chamam a atenção por todo o globo e tornam-se cada vez mais objetos de pesquisas. Tornou-se muito relevante investigar os caminhos trilhados pelo movimento agroecológico e em especial em lugares como a Região Metropolitana de Curitiba, dado que ali se encontram diversos estágios tanto de modernização da agricultura como também de ecologização. Focar este universo rural possibilita (re)pensarmos as relações entre sociedade e natureza, e mais especificamente estratégias que apontam para outras relações que não a de dominação e controle (insustentáveis) do ser humano sobre a natureza.

Certamente que a escolha por este tema de pesquisa não se apóia somente em critérios objetivos de valor científico mas também em escolhas relacionadas às aos gostos do pesquisador. Dimas Floriani (2004, p.32) explicita que o olhar do cientista social não está certamente destituído de humores. Mesmo que não ocorram logo de início, os matizes começam, ao longo da pesquisa, a imprimir tonalidades diferenciadas ao desenho traçado.

---

<sup>9</sup> Para Leff (2006, p.244-246), a ação orientada por valores pode romper ou extrapolar os princípios da racionalidade formal e instrumental dentro de um esquema de relações entre objetivos e meios eficazes, pois a racionalidade substantiva acolhe a diversidade cultural, a relatividade axiológica e o conflito social que emergem entre valores e interesses diferentes. Ela não é um campo restrito à ação tradicional, guiada pelo costume, pela dominação de gerontocracias (grupo social dominante de autoridade ultrapassada) e economias patrimoniais, mas abre-se para outros valores mais atuais que suportam ou enfrentam os princípios da racionalidade formal e instrumental.



Desde a graduação em Ciências Sociais na UFPR este pesquisador se preocupa e reflete sobre as questões ambientais. Ao iniciar o Mestrado em Sociologia da UFPR, a escolha foi pela linha de pesquisa Ruralidades e Meio Ambiente. Inicialmente o projeto de pesquisa buscava identificar as representações sociais sobre a natureza entre os conselheiros do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA). Após uma investigação exploratória verificou-se a impossibilidade de se prosseguir aquela pesquisa. Um novo projeto de pesquisa foi elaborado na mesma linha de pesquisa, permanecendo o interesse pelas questões ambientais, mas agora ligado à agricultura da Região Metropolitana de Curitiba. Sem dúvida a escolha por este tema está relacionada ao interesse despertado no contato com as pesquisas desenvolvidas pelo professor Alfio Brandenburg sobre o movimento agroecológico.

Privilegiando para análise os principais atores do movimento agroecológico, no caso os agricultores ecológicos, questiona-se: como tem (re)agido o movimento agroecológico diante do avanço da racionalidade econômica e instrumental, mais especificamente, quais as reações dos agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul/PR diante dos constrangimentos impostos pela racionalidade do capital? Em que medida o mercado se impõe como um entrave à construção da racionalidade ambiental? Como os atores sociais da agricultura ecológica constroem uma outra racionalidade produtiva na agricultura fundada na agroecologia?

A partir deste questionamento estabeleceu-se como objetivo principal desta pesquisa: investigar o movimento agroecológico em Rio Branco do Sul, suas trajetórias, desafios, resistências e as racionalidades envolvidas nesta construção de uma racionalidade produtiva mais ecológica. Busca-se investigar quais as principais racionalidades presentes no movimento agroecológico em Rio Branco do Sul.

A hipótese principal que norteia este trabalho é que: os agricultores ecológicos não atuam no sentido de realizar a agricultura ecológica apenas como um empreendimento economicamente racionalizado. Há outras razões para a conversão à produção ecológica que são da esfera da cultura e da subjetividade, como a segurança alimentar, a saúde individual e da família, a preocupação com a poluição e degradação do ambiente. Contudo, ao se depararem com obstáculos na comercialização e nas formas de organização, que tipos de respostas emergem ou são construídas por esses atores?

## 1.1 CAMINHOS E MÉTODOS DA PESQUISA

O campo ambiental e a problemática do desenvolvimento, pela inerente complexidade, demandam abordagens interdisciplinares na construção do conhecimento. É com esta disposição que os pesquisadores da linha “Ruralidades e Meio Ambiente” do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR mantêm intenso diálogo acadêmico com os pesquisadores do Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR (MADE). As reflexões teóricas e práticas de ambos os programas cooperam na construção do conhecimento no campo ambiental. Cada nova pesquisa acadêmica conta, então, com os dados e reflexões acumulados por estes programas. Assim, quando iniciados os encontros para orientações neste novo projeto de pesquisa sobre o movimento agroecológico em Rio Branco do Sul, procurou-se estabelecer sinergias com o MADE ao se aproximar esta dissertação do “Projeto Iguatu: Redesenhando a Gestão dos Recursos Hídricos na Agricultura Familiar através da Agroecologia”. O propósito inclui utilizar dados e análises desenvolvidas pelos integrantes do Projeto Iguatu<sup>10</sup>, principalmente os dados sobre os agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul coletados pela Turma VI, linha de pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade, do Doutorado MADE.

A pesquisa acadêmica é uma construção coletiva, como nos lembra Floriani, “o fazer conhecimento depende de processos intercomunicacionais, interinstitucionais e interculturais” (2004, p.34), e sem dúvida foram essenciais a esta dissertação os conhecimentos construídos no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR sobre os temas em torno das formas de ruralidades, muitas vezes ligados à questão ambiental, além de temas ligados à interdisciplinaridade. Tais pesquisas foram desenvolvidas por pesquisadores como Alfio Brandenburg (1999, 2002), Ângela Duarte Damasceno Ferreira (2002, 2004), Dimas Floriani (2004), Gustavo Silveira Rosa Pinheiro (2004), Osvaldo Heller (2006), Nádia Luzia

---

<sup>10</sup> As organizações integrantes do Projeto Iguatu eram: Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA), Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA/PR), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF/SUL), Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo (COOPERAFLORRESTA), Centro Nacional de Pesquisa em Florestas (Embrapa Florestas) e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Balestrin (2002), Pedro Junior da Silva (2007), entre outros. Igualmente importantes para esta dissertação são as pesquisas desenvolvidas no MADE, nos últimos 15 anos, mais especificamente os trabalhos de Erica Ell (2007), Jefferson Crispim (2007), João Carlos Ruszczyk (2007), Karen Karam (2001), Moacir Roberto Darolt (2000), Nicolas Floriani (2007), Wilson Zonin (2007), entre outros.

O município de Rio Branco do Sul foi definido como local de pesquisa pelos pesquisadores do MADE em função da localização de seus mananciais hídricos e da acentuada exclusão social da agricultura familiar. Essa escolha também considerou o fato de que parte da agricultura familiar das comunidades (Campina dos Pinto, Pinhal, Capiru Boa Vista e Capiru do Epifânio) do município de Rio Branco do Sul estão inseridas em um processo diferenciado de resistência e construção de outra racionalidade produtiva, a partir da proposta da “agroecologia” e da “agricultura orgânica”. A trajetória desses agricultores familiares ecológicos possibilita estratégias diferenciadas na produção e na reprodução social e econômica. Esses processos de produção e reprodução ocorrem em um ambiente de restrições e constrangimentos e trazem a especificidade do fato de serem, no município, os agricultores que têm a agricultura ecológica como base da geração de renda das famílias. Outro fator importante é a proximidade das comunidades, o que possibilitou uma interação dos pesquisadores das ciências sociais e naturais com e nas comunidades (RUSZCZYK, 2007).

Ao total são 12 as famílias de agricultores ecológicos nas comunidades (Campina dos Pinto, Pinhal e Capiru Boa Vista) investigadas nesta pesquisa, entre seus integrantes foram entrevistados 13 agricultores(as): Adyr Fioreze, Oromar Fioreze, Mário Ângelo Gasparin, Alírio Gasparin, Mario Gabriel Gasparin, Elizete do Rocio Gasparin, Gilmar dos Santos Farias, Agostinho Valter Gasparin, Grimaldo Gasparin, Cleber Cristiano Gasparin, Natair Cavassin, Vera Lúcia Cavassin e Sidnei Cavassin.<sup>11</sup> Todos eles foram entrevistados em suas unidades de produção, alguns mais de uma vez, somando-se às entrevistas, conversas em meio às áreas de cultivo, compostagem, fontes de água para irrigação e locais de comercialização como a empresa Fruto da Terra, a banca de produtos ecológicos na Escola Técnica da UFPR e a feira de orgânicos do Passeio Público<sup>12</sup>. Também se considera

---

<sup>11</sup> Para mais detalhes sobre estes agricultores ver Apêndice A.

<sup>12</sup> O Passeio Público é o parque mais antigo de Curitiba. Está localizado na confluência das ruas Carlos Cavalcanti, Presidente Faria, João Gualberto e Luiz Leão, em pleno centro da cidade. A “Feira

importante a participação deste pesquisador no Encontro Ampliado da Rede Ecovida realizado no município da Lapa/PR entre 17 e 19 de julho de 2007.

Buscando verificar as hipóteses pesquisou-se os(as) agricultores(as) ecológicos(as) considerando-se a formação histórica de dois grupos: os agricultores ligados à empresa Fruto da Terra e ao Instituto Biodinâmico (IBD), e os participantes da Rede Ecovida de Agroecologia (ECOVIDA). Já na pesquisa exploratória verificou-se que entre as doze famílias investigadas somente o nome de Alírio Gasparin contava entre os associados na Rede Ecovida em 2007. Buscando ampliar o grupo de análise com agricultores(as) ligados diretamente à Rede Ecovida, foram entrevistados três outros agricultores não pertencentes às comunidades de Rio Branco do Sul que participavam junto com Alírio Gasparin no Grupo Sabugueiro da Rede Ecovida. Wilson Zonin (2007), ao pesquisar estas mesmas comunidades como doutorando no MADE, já havia procedido no mesmo sentido ampliando sua amostragem com participantes da Rede Ecovida pelo Grupo Sabugueiro. Buscando sinergias entre pesquisas realizadas entre os programas de pós-graduação mencionados, Michelli Stumm (2008), pesquisadora do Programa de Mestrado em Sociologia da UFPR e parceira deste pesquisador nas saídas a campo, também tomou como objeto os agricultores ecológicos desta comunidade de Rio Branco do Sul ampliando sua amostragem com agricultores ecológicos de outras regiões mas ligados a Rede Ecovida.

Mas os grupos pesquisados não congelam como na fotografia, eles se transformam no tempo e dialogam com o pesquisador. Nesse processo parte dos(as) agricultores(as) das comunidades observadas se inscreveram na Rede Ecovida, o que tornou desnecessário considerar agricultores distantes do município de Rio Branco do Sul. Foram então desconsiderados os dados coletados nas entrevistas com outros três agricultores do grupo Sabugueiro produtores em outros municípios, mantendo-se a atenção sobre os(as) agricultores (as) da Campina dos Pinto, Pinhal e Capiru Boa Vista.

A coleta de informações sobre estes abrangeu fontes secundárias e primárias. As fontes secundárias foram provenientes de dados coletados no Programa de Doutorado MADE, bem como de estudos, projetos, relatórios, censos e

---

Verde” com produtos orgânicos ou ecológicos iniciou ali em março de 1995 aos sábados pela manhã. Esta feira surgiu como uma mudança de local da “Feira Verde” que acontecia junto a Feira de Artesanato do Largo da Ordem, localizada no centro histórico de Curitiba.

afins de instituições governamentais de planejamento e extensão rural, de entidades não-governamentais, de assessoria, entre outras. As fontes primárias resultaram das técnicas de “inquérito por questionário de administração indireta”, “entrevista semidiretiva ou semidirigida” e “observação direta não participante” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992) aplicadas nas referidas comunidades entre julho de 2007 e fevereiro de 2008.

O questionário de administração indireta, onde o próprio inquiridor o completa a partir das respostas que lhe são fornecidas pelo inquirido, teve característica interdisciplinar e foi aplicado às famílias pesquisadas pelos doutorandos do MADE, em seguida o questionário foi complementado pelos pesquisadores Douglas Ochiai Padilha e Michelli Stumm em outros encontros com os inquiridos. Esse procedimento foi utilizado com vistas à obtenção de dados “concretos” ou “objetivos”: referentes, por exemplo, ao tamanho da unidade de produção, culturas, formas de comercialização, participação comunitária, entre outros. Os dados quantitativos obtidos foram sistematizados e processados a partir de um banco de dados eletrônico (como o *Excel*) pelos pesquisadores do MADE e posteriormente analisados segundo sua relevância para este estudo.

Também foram realizadas entrevistas semidirigidas com todos os(as) agricultores(as) sendo as narrativas orais registradas com gravador de voz e posteriormente transcritas. A entrevista supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador onde o tema ou os acontecimentos sobre que versa foram escolhidos por este último por convir ao seu trabalho. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz “a narrativa oral, uma vez transcrita, se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto escrito, diante do qual se encontra um estudioso e que, ao ser fabricado, não seguiu forçosamente as injunções do pesquisador” (1991, p.5). Esta técnica foi utilizada visando à obtenção de dados “subjetivos” – sobre as histórias dos agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul, às razões, às motivações, os valores, às opiniões, ações e comportamentos presentes e passados, bem como às expectativas futuras dos entrevistados – relacionados aos objetivos e hipóteses propostos. Os dados qualitativos foram submetidos a “análise de conteúdo”, que consiste em analisar/ler, sistematizar e submeter a recortes com categorização temática: “análise, em seu sentido essencial, significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recortá-los, a fim de utilizar somente o que é compatível com

a síntese que se busca” (QUEIROZ, 1991, p.5). Queiroz (1991, p.60) argumenta que os depoimentos pessoais permitem testar a veracidade dos fatos lembrados, mas e talvez mais importante ainda, é a possibilidade de verificar se informantes diversos têm os mesmos comportamentos, as mesmas maneiras de ser e de pensar e, caso contrário, em que se distinguem.

Além destas técnicas realizou-se, ainda que por curto período de tempo, a observação direta não participante entre os agricultores em suas áreas de cultivo, nas feiras de produtos ecológicos e também na empresa processadora de alimentos Fruto da Terra. É preciso destacar que as diversas técnicas utilizadas são complementares entre si, pois no confronto entre os dados obtidos busca-se uma conferência das informações no sentido de aumentar sua confiabilidade.

O trabalho aqui apresentado está estruturado da seguinte forma. Na **seção 2** (início dos elementos textuais desta dissertação) situa-se a problematização teórico-conceitual. As leituras no campo teórico foram dirigidas no sentido de apreender a problemática da ruralidade no âmbito das discussões da modernidade e do desenvolvimento, da relação rural e urbano, a fim de compreender a existência de um modo específico de experiência socioespacial – a ruralidade –, com permanências e reconstruções sociais no tempo e no espaço. Além dos elementos de análise fornecidos pela teoria social, que formam um quadro mais amplo, a sociologia rural forneceu os suportes para compreender o sócio-espaço rural como uma categoria de análise.

Na **seção 3** apresenta-se a imprecisão da noção de *desenvolvimento sustentável* argumentando-se que hoje, em nome de sustentabilidade, justifica-se até mesmo a manutenção da racionalidade macroeconômica de produção e consumo de bens e serviços, apontados, pela crítica ambientalista e pelo diagnóstico científico, como aquela que deu forma aos atuais problemas de sustentabilidade do modelo de crescimento econômico. A partir de Enrique Leff, argumenta-se a necessidade da construção de uma nova economia fundada não apenas na produtividade econômico-tecnológica mas em uma nova racionalidade social baseada no potencial produtivo dos ecossistemas e na apropriação cultural da natureza. Analisa-se, então, o papel da sustentabilidade na agricultura e a afirmação de que a agricultura familiar tem características específicas que são favoráveis a sustentabilidade no mundo rural.

Na **seção 4** trata-se dos dados primários da pesquisa à luz do quadro teórico

desenvolvido durante as seções anteriores. A partir das informações da pesquisa de campo, faz-se uma descrição dos agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul e apresentam-se algumas reflexões sobre a trajetória do movimento agroecológico no município.

## **2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

### **2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA**

*Passez en revue, analysez tout ce qui est naturel, toutes les actions et les désirs du pur homme naturel, vous ne trouverez rien que d'affreux. Tout ce qui est beau et noble est le résultat de la raison et du calcul*<sup>13</sup>  
Baudelaire – “Le peintre de la vie moderne”

A história da humanidade mostra que a agricultura experimentou diversas “revoluções” em diferentes períodos históricos. O surgimento de novos métodos e procedimentos tecnológicos de produção têm sido acompanhados de novas formas de organização social, assim como de distintas maneiras dos seres humanos se relacionarem com a natureza. Nos últimos séculos a atividade agrícola sofreu enormes transformações, em especial a partir do final do século XIX, com o avanço de uma ciência agrária que potencializou o domínio humano sobre seu entorno físico e a capacidade de superar as restrições impostas pela natureza.

A partir de estudos dos cientistas Saussure (1797-1845), Boussingault (1802-1887) e Liebig (1803-1873) formou-se uma agricultura moderna que, segundo Ehlers (1996), marca o fim de um longo período, da Antiguidade até o século XIX, na qual o conhecimento agrônômico era essencialmente empírico. A pesar de Justus Von Liebig ter sido um forte crítico do desenvolvimento do capitalismo na agricultura em sua época (FOSTER, 2005), muitos o apontam como o criador da química dos solos e introdutor da prática de adubação química em substituição à orgânica ou húmica.

---

<sup>13</sup> “Reveja, analise tudo o que é natural, todas as ações e os desejos do puro homem natural, não encontrará nada além de horrores. Tudo o que é bom e nobre é o resultado da razão e do cálculo”, traduzido por Douglas Ochiai Padilha.

O que se pode afirmar é que suas descobertas científicas, assim como as de Saussure e Boussingault, tiveram grande impacto e extrapolaram os meios científicos, ganhando força nos setores produtivos, industrial e agrícola, gerando um amplo e promissor mercado: o de fertilizantes químicos.

A idéia de que o aumento da produção agrícola seria diretamente proporcional à quantidade de substâncias químicas incorporadas ao solo era amplamente aceita entre os produtores agrícolas e cientistas ligados a essa área. A química agrícola surge, então, como uma possibilidade de eliminar o problema do esgotamento dos solos provocados pela monocultura, viabilizando um novo modo de produção na história da agricultura que foi amplamente disseminado pelo mundo (EHLERS, 1996).

Na medida em que certos componentes da produção agrícola passaram a serem produzidos pelo setor industrial, tornou-se possível o abandono dos sistemas rotacionais e a separação da produção animal e vegetal. São também parte desse processo o desenvolvimento de motores de combustão interna e a manipulação genética de plantas como outros itens apropriados pelo setor industrial. Essas mudanças nas tecnologias e práticas agrícolas marcaram o início de uma nova fase da história da agricultura, que ficou conhecida como "segunda revolução agrícola".<sup>14</sup>

O pressuposto dessa agricultura modernizada pela "segunda revolução agrícola" é a idéia de que as limitações ecológicas eram plenamente superáveis através da ciência e tecnologia. Por isso, "em meados do século XIX, (...) muitas indústrias empenharam-se em fazer propaganda contrária aos processos de fertilização orgânica, procurando mostrar que se tratava de uma prática antiquada" (EHLERS, 1996). O sucesso destas idéias se observa no abandono quase total das práticas tradicionais de produção. Esta forma de pensar segue o modelo civilizacional fundado numa urbanidade que progressivamente foi instaurado pela economia de mercado e pelo produtivismo exacerbado, ambos impulsionados pelo

---

<sup>14</sup> Ehlers (1996) identifica três revoluções no padrão de produção agrícola: a "primeira revolução agrícola" caracteriza-se essencialmente pela aproximação da produção vegetal e animal, e a mudança da força de trabalho humano para a força de trabalho animal; a "segunda revolução agrícola", na qual surge a "agricultura moderna", é caracterizada pelas descobertas científicas e o desenvolvimento de vários avanços tecnológicos, como o deslocamento da força animal para a mecânica e a adaptação da química à produção agrícola; a "terceira revolução agrícola" pode ser identificada com o desenvolvimento de um conjunto de práticas que visam a sustentabilidade na produção agrícola.



desenvolvimento da técnica e pela visão racionalista do mundo.<sup>15</sup> A tecnologia agrícola moderna surge, então, como materialização da ciência que representa a racionalidade instrumental desde a ótica da acumulação capitalista. Com os equipamentos e técnicas modernos, o agricultor passaria a depender cada vez menos da “generosidade” da natureza, transformando-a mais facilmente em direção aos seus interesses.

De acordo com Eduardo Sevilla Guzmán (2002, p.11), a Ilustração e o Liberalismo histórico cunharam a visão de que a natureza é algo separado do homem e suscetível de ser dominada por ele, através da razão, podendo ser reduzida a mero fator produtivo suscetível de privatização, mercantilização e cientifização. Foi assim, que no final dos anos 40 já havia se produzido no “primeiro mundo” a implantação hegemônica de um modo industrial de uso dos recursos naturais.

Antônio Ribeiro de Almeida Júnior (1995) discute de maneira original sobre como as plantas passaram a ser entendidas como máquinas químicas por um lado e como mercadoria por outro, trazendo profundas implicações nas interações entre o homem e a natureza, como, por exemplo, a grande redução do número de espécies relevantes para a agricultura. Como afirma o autor, a raiz do problema da “insustentável maneira de produzir” está no fato de que:

ao separar os homens e a cidade das pedras e das árvores, o pensador separa as relações entre os homens das relações entre o homem e a natureza. Retornado inúmeras vezes, sob múltiplos disfarces, este projeto

---

<sup>15</sup> Weber (1999, 2000) interpreta a modernidade como um processo em que o racionalismo ocidental emerge de modo generalizado e heterogêneo. O que Weber identifica como marca distintiva nas sociedades ocidentais contemporâneas é, que, tendem inexoravelmente à racionalização em todas as esferas da vida social, sendo evidente para ele a relação íntima, não apenas contingente, entre modernidade e aquilo que denominou “racionalismo ocidental”. O processo de racionalização que norteou o desenvolvimento das sociedades modernas, possibilitou a disseminação e consolidação da ciência e de toda uma cosmovisão científica a qual, posteriormente, sob influência do ascetismo protestante, impulsionou um *ethos* empreendedor essencialmente capitalista. Weber argumenta que “A forma peculiar do moderno capitalismo ocidental foi, à primeira vista, fortemente influenciada pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas. Sua racionalidade decorre atualmente de maneira direta da calculabilidade precisa de seus fatores técnicos mais importantes. Implica isso principalmente numa dependência da ciência ocidental, notadamente das ciências matemáticas e das experimentalmente exatas ciências da natureza. O desenvolvimento de tais ciências e das técnicas baseadas nelas, por sua vez, receberam e recebem importantes impulsos dos interesses capitalistas ligados à sua aplicação prática na economia (WEBER, 2000, p.9-10). Só em um mundo desmistificado pelo “desencantamento do mundo” (*Entzauberung der Welt*) foi possível o surgimento da “lógica própria do moderno conhecimento científico que, numa atitude experimentalista-instrumental, potencializada pelo emprego do cálculo matemático, reduz o mundo natural a mero ‘mecanismo casual’, desenbaraçando-o com isso daquele sentido metafísico objetivo de ‘cosmos ordenado por Deus’” (PIERUCCI, 2003, p.142).

de separação afirma a possibilidade de que o homem venha a ser senhor e possuidor da natureza e implica que o homem continuará sendo senhor e possuidor do homem. Os argumentos são apresentados como se fosse possível estabelecer uma independência absoluta entre a relação com a natureza e a relação com os outros homens. Mas, no encontro com a natureza, o homem encontra a si mesmo e aos outros homens (ALMEIDA JUNIOR, 1995, p.10).

Para José Francisco Graziano da Silva (1998, p. 3) ocorrem dois processos: um de destruição de uma economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a “harmonia” da produção assentada na relação sociedade-natureza (e suas contradições); e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de uma outra “harmonia” – também permeada por novas contradições baseadas no conhecimento e no controle cada vez maior da natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. A esta passagem se denomina industrialização da agricultura.

Apoiadas quase sempre por órgãos governamentais, organizações mundiais e pela maioria dos engenheiros agrônomos, as inovações tecnológicas foram responsáveis por sensíveis aumentos da produção e produtividade das atividades agropecuárias, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Este momento de modernização da agricultura coincidiu com a consolidação do capitalismo enquanto sistema econômico o que garantiu, com os ganhos de produtividade, alimentos para a mão-de-obra necessária ao setor urbano-industrial que se consolidava.<sup>16</sup>

Com o avanço da modernização industrial, assenhorada pelo capitalismo, tanto na cidade (urbano) quanto no campo (rural) foi se impondo como dinâmica o ideal econômico, cujo fim perseguido racionalmente é o aumento da produtividade e a maximização do lucro. Essa razão orientada à produtividade e ao lucro vê a natureza como recursos naturais inesgotáveis, como matéria-prima para a apropriação produtiva (e destrutiva) da natureza.

---

<sup>16</sup> Com a expansão do capital aumentou a utilização de mão-de-obra assalariada nas zonas urbanas industrializadas, o que atuou como principal fator para que os trabalhadores rurais saíssem de suas terras e fossem em busca da promessa de melhoria de vida nas cidades. O êxodo rural foi basicamente impulsionado por duplo processo onde, por um lado a aceleração do desenvolvimento econômico atrai força-de-trabalho do rural para o urbano-industrial, e por outro lado, a capitalização da agricultura cria condições favoráveis à expulsão do trabalhador rural.

## 2.2 A HOMOGENEIZAÇÃO A PARTIR DOS PADRÕES URBANO-INDUSTRIAIS E A HETEROGENEIDADE DO RURAL

Diversos autores identificam a aceleração da migração da população para as cidades com o advento da Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo industrial o que deu à produção o papel de principal fonte de acumulação de capital. Entretanto, de acordo com Karl Marx (1999), nos primórdios da industrialização, a técnica ainda não havia criado meios de domar as forças capazes de prover movimento às máquinas e, assim, as indústrias tinham que ser sediadas nos locais onde as forças motrizes de origem animal ou natural (como quedas d'água, moinhos de vento), estivessem disponíveis, ou seja, no campo. Com o desenvolvimento da máquina a vapor a indústria tornou-se espacialmente independente, podendo se instalar nos centros urbanos. O que se quer aqui ressaltar, em acordo com Silva (1998), é que neste momento consuma-se a separação entre cidade e campo. Para este autor, o surgimento do rural é datado, pois este apreende a realidade histórica a partir do desenrolar dos processos econômicos. Assim, na medida em que crescentemente vem ocorrendo uma industrialização do campo, sobretudo com a intensificação da globalização, os limites entre rural e urbano tornam-se tênues e haveria mesmo uma reintegração do campo e da cidade, o que seria marcado pela transição dos complexos rurais para os complexos agroindustriais.<sup>17</sup>

As definições clássicas e dicotômicas sobre o rural e o urbano podem ser entendidas como um fruto do processo de diferenciação. A sociedade vai se diferenciando, tornando a realidade mais complexa e, acompanhando o processo, a cultura elabora ainda mais os seus esquemas de classificação da realidade. Assim, no momento em que a diferenciação introduz diferenças marcantes em um espaço antes percebido como contínuo, representações distintas são engendradas e associadas a cada domínio, reificando o rural e o urbano. Passando a existir, estas dimensões passam a ser também objeto de preocupação e reflexão humana.

---

<sup>17</sup> Kageyama (1990) define que os complexos agroindustriais “São vários complexos que se constituem, ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa continuamente.(...) Esse processo envolve a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário.” (KAGEYAMA, 1990, p.116).

Os conceitos de rural e urbano são construídos sobre as representações das mesmas coisas, com as quais estão em constante troca e mediação. Mas os espaços e sociedades estão em constante transformação e os conceitos deixam com o tempo de serem operacionais em relação aos conteúdos a que se aplicam. Com a agregação de novos elementos às representações do rural e do urbano e graças aos efeitos que estas exercem sobre as realidades que representam, torna-se mais difícil “achar” um rural que equivalha ao definido no conceito tradicional.

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de "urbano" e "rural" em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas.

O fim do isolamento entre as cidades e o meio rural é freqüentemente expresso através do conceito de *continuum* rural-urbano. Este conceito – tanto quanto o de urbanização do campo – é utilizado em duas vertentes principais. A primeira delas corresponde a uma visão “urbano-centrada”, que privilegia o pólo urbano do *continuum* como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade, nesse sentido foram formuladas teorias sobre a realidade europeia (LEFEBVRE, 1999; MENDRAS, 1959; entre outros) e a realidade brasileira (SILVA, 1998; IANNI, 1996, entre outros). O extremo rural do *continuum*, visto como o pólo “atrasado”, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do pólo urbano, “desenvolvido”. Levada às últimas conseqüências, esta vertente das teorias da urbanização do campo e do *continuum* rural-urbano apontam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.

A idéia do desaparecimento do rural aparece nos quadros teóricos das ciências sociais, “de Spencer a Durkheim, de Weber a Marx, o pensamento clássico pressupunha a hegemonia do industrialismo e da urbanização na civilização moderna; a substituição da comunidade pela sociedade e da solidariedade mecânica pela solidariedade orgânica; a racionalização do mundo como sentido dos processos sociais em curso e a generalização do modo de produção capitalista industrialista e urbana em escala planetária” (FERREIRA, 2002). Para a autora, ainda que a

diferenciação rural-urbana não se constituísse em elemento central dessas formulações, estava implícito o suposto segundo o qual o novo mundo era urbano e o velho era rural, uma diferenciação claramente pensada em função dos espaços que historicamente serviam de base aos modelos societários em expansão e em decadência.

A segunda vertente, ao contrário da primeira, considera o continuum rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos. Nesta segunda perspectiva, a hipótese central é de que, mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural. O continuum se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações. Sob as profundas transformações na modernidade, o rural não se “perde”, ao contrário, reafirma sua importância e particularidade. Nas palavras de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, “as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas apontam não para o fim do mundo rural, mas para a *emergência de uma nova ruralidade*” (2000, p. 88).

Desde os anos 80, a perspectiva da emergência de uma nova ruralidade está em curso no debate nacional e internacional, pesquisadores têm discutido elementos que permitam repensar a importância, as especificidades e as particularidades do mundo rural. Neste contexto observa-se o uso de algumas designações, tais como: a emergência de uma nova ruralidade, o renascimento do rural, a ruralidade contemporânea, a valorização do meio rural, a resignificação do rural, etc. Essa discussão é realizada por: Kayser (1990); Jollivet (1994, 1998); Durán (1998); Jean (1997); Ferreira e Jean; Wanderley (1998, 2000, 2001); Abramovay (2000); Martins (2000) e outros.

Admitindo que o mundo rural não é mais uma sociedade distinta, mas um segmento da sociedade mais ampla que o domina, Wanderley propõe uma nova maneira de construir o objeto dos estudos rurais que considere na substituição do enfoque clássico, centrado nas sociedades rurais tradicionais, a concepção do sócio-espaço rural como um “espaço singular”. Para ela, o fim das “sociedades rurais” não significa o fim do rural, pois nas sociedades modernas assiste-se a um processo de “recomposição do rural” e da emergência de uma “nova ruralidade”. A perspectiva da autora contesta o desaparecimento das diferenças espaciais e

sociais entre o rural e o urbano, e afirma a necessidade de uma nova abordagem que consiga recompor o objeto e repensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação (WANDERLEY, 2000). Desta forma, mantêm-se os dois pólos mas reitera-se a diversidade, privilegiando, como objeto de estudo, os espaços rurais em sua multiplicidade de formas e a própria diversidade das relações dialéticas que eles estabelecem com o mundo urbano e o conjunto da sociedade (WANDERLEY, 2001).

As diferenças entre o rural e o urbano, então, não se dão mais ao nível do acesso aos bens materiais e sociais, que seriam, de certa forma, similarmente distribuídos entre os habitantes do campo ou da cidade. Para Wanderley (2001), mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. As diferenças vão se manifestar no plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o rural se torna um “ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e “inserido num campo ampliado de trocas sociais”. A autora considera que “este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba.” (WANDERLEY, 2001).

Maria José Carneiro (1998) argumenta que, embora os efeitos da expansão da racionalidade urbana sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do rural, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo. Sobre a realidade brasileira, a autora argumenta que:

é importante considerar que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores (CARNEIRO, 1998, p.53).

O Brasil está entre as sociedades capitalistas onde a racionalidade econômica atinge um alto grau de desenvolvimento, mas isso não significa que todas as unidades de produção atingem o mesmo desenvolvimento. Brandenburg argumenta que as unidades de produção agrícola são “exemplos concretos dessa heterogeneidade, ou dos diferentes estágios da expansão da racionalidade econômica, nas condições de desenvolvimento da sociedade brasileira” (1999, p.207). Mesmo com o atingimento de uma fase de modernização da agricultura onde esta se integra aos complexos agroindustriais (KAGAYAMA, 1985), não se verifica homogeneidade nas unidades de produção, ou ainda, o atingimento deste estágio não significa que todas as unidades econômicas operam segundo um mesmo grau de racionalidade econômico-instrumental. Nesta perspectiva, o espaço sócio-geográfico rural brasileiro caracteriza-se primeiramente por sua heterogeneidade, é possível então falar da coexistência de vários rurais (ou diversas ruralidades).

Embora seja identificável uma força homogeneizadora no desenvolvimento do capitalismo, no sentido de reprodução das heterogeneidades das cidades no campo, o que diversas pesquisas apontam sobre a realidade brasileira – e especificamente a paranaense em Brandenburg *et al* (2004); Ferreira (1998); Karam (2001); Darolt (2000); Souza (2006); entre outros – é que a modernização da agricultura não levou a um processo de homogeneização do rural no que tange aos seus aspectos, sociais, produtivos, técnicos, biológicos, espaciais e cognitivos, mas ao contrário, as particularidades de modos de vida que se desenrolam no espaço social rural permitem que sejam observadas, pesquisadas e constatadas as permanências, as reconstruções, as emergências sistemáticas de processos sociais e ambientais que dão especificidade a esta forma socioespacial que é o mundo rural.

O rural, normalmente visto como fonte de problemas – desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais, etc –, é atualmente foco de um novo olhar que percebe qualidades positivas, reais ou imaginárias, no mundo rural identificando-o como portador também de “soluções”. A partir do rural surgem alternativas para o problema do emprego (como a reivindicação pela terra, inclusive dos que dela haviam sido expulsos), para a degradação ambiental (via processos produtivos mais ecológicos), para a melhoria da qualidade de vida (através de contatos mais diretos e intensos com a natureza), de forma intermitente promovida pelo turismo rural ou permanente nas residências rurais e, também, através do aprofundamento de

relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo.

O rural brasileiro hoje é dinamizado por movimentos sociais que propugnam a volta à terra por estratégias diversas dos principais atores sociais do meio rural para permanecer nesse espaço. São estratégias para viabilizar os assentamentos rurais, para diversificação da agricultura, de associativismo, enfim, de valorização das oportunidades que o território oferece para viabilizar a sua reprodução como agricultores e como rurais (BRANDENBURG e FERREIRA 2004, p.68-69).

As questões ambientais passam crescentemente a fazer parte dos embates deste rural em reconstrução. O ambiente rural é, então, reconstruído mediante uma diversidade de atividades e com processos produtivos que combinam diferentes tipos de saberes, o que para diversos autores significa a construção de um outro paradigma de produção agrícola, de consumo alimentar e de relação socioambiental. Ao observar agricultores ecológicos, Brandenburg (1999) constata que se constroem relações com a natureza não apenas orientadas por uma lógica econômica, mas por uma experiência oriunda de uma história de vida em que, sob o ponto de vista ecossocial, a natureza não é negada e substituída por outros processos de produção, mas atua como aliada, fundamentando padrões de orientação de gestão produtiva.

O questionamento dos processos convencionais de produção faz com que diversos atores sociais do mundo rural assumam posições críticas diante da degradação dos ecossistemas e dos contínuos processos de exclusão social, de perda de identidade e massificação cultural. Paralelamente, desenvolve-se uma consciência crescente dos riscos da tecnologia para a saúde humana e para o bem estar social (BECK,1997). Estes atores estabelecem relações de interesse comum no sentido de buscar o reconhecimento, a inclusão social e a construção de alternativas orientadas a resolução de seus próprios problemas. Como exemplo disso, estaria a conquista de oportunidades para expressar seus pontos de vista, desejos, crenças e expectativas em torno do seu futuro como agricultor(a) e cidadã(o) – veremos adiante que, no espaço rural excludente da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), agricultores familiares se organizaram em associações, sindicatos ou cooperativas, e atuam em movimentos sociais como o agroecológico. Diante da pressão homogeneizadora do modelo agroquímico moderno promovido pelo Estado e pelas indústrias na RMC, os agricultores



alternativos e ecológicos lutam por uma reorganização da agricultura via agroecologia, por um novo paradigma produtivo onde as preocupações com o ambiente e o bem estar (individual, familiar e da moderna sociedade de risco) são prioritárias.

### 2.3 HISTÓRICO DA RURALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

*É o 'martírio secular da terra', de que falava Euclides da Cunha, e que hoje já se sabe apenas preceder a própria destruição do homem, se continuarem tais processos primitivos de apropriação da natureza.*

Wilson Martins – Um Brasil Diferente (1955)

De acordo com Karam (2001) a recuperação histórica da ruralidade<sup>18</sup> na atual Região Metropolitana de Curitiba é importante pois delinea a ocupação e as práticas que se desenvolveram no espaço rural existente ainda hoje. Para a autora, construiu-se na transição do século XIX para o XX um projeto de modernidade e desenvolvimento em que as relações de produção passaram do trabalho escravo ao trabalho livre camponês, da fazenda de grandes extensões a uma maior divisão das terras em pequenos estabelecimentos para os imigrantes.

A história de Curitiba e da RMC pode ser caracterizada como centro subordinador de seus entornos, observados os imaginários sociais da modernidade, da racionalidade técnica, da concepção de natureza/meio ambiente, sustentando uma concepção do espaço, da produção e de sociabilidades. Esta história é marcada por conflitos entre indivíduo/sociedade/natureza, quer em relação ao seu processo de ocupação pelos primeiros aglomerados urbanos, quer pela constante exploração a partir das atividades extrativistas mineral e vegetal, quer pelas dificuldades encontradas pelos primeiros agricultores que se estabeleceram nessa região.

Curitiba, desde o início da ocupação, teve instaurado um poder político e administrativo. Assim, em 1693, a Câmara de Curitiba pode estender sua jurisdição por todo o planalto, tornando-se o centro de decisões e também o local de comércio

---

<sup>18</sup> Os termos rural e ruralidade não são aqui tratados como distintos. Concorde-se com Francisco E. Durán (1998 *apud* KARAM, 2001) quando este afirma que a distinção entre os termos rural e ruralidade não deve constituir uma questão ou, ainda, deve ser ignorada em favor da investigação da multiplicidade de aspectos socioculturais, econômicos e ecológicos do rural.

e abastecimento dos viveres agrícolas que excediam das lavouras da população local. A partir de meados do século XVII gradualmente se instala na região a atividade pecuária como a principal produção econômica do planalto curitibano, baseada em grandes extensões de terra. A produção pecuária foi seguida pela extração e exportação de erva-mate no início do século XIX.

Esteve associado aos resultados da atividade agropecuária, ao desenvolvimento e apogeu do ciclo da erva-mate e a consolidação do processo de emancipação política da Província do Paraná, um *projeto de modernidade e desenvolvimento* cuja principal diretriz era a emancipação do trabalho escravo através da implementação de políticas favoráveis ao trabalho livre (KARAM, 2001). O caminho para o progresso da província paranaense foi a introdução do trabalhador estrangeiro, através do processo de colonização. O sistema de colonização inaugura uma nova forma de propriedade (a pequena produção), uma nova unidade econômica (a família), um novo tipo de relação de produção (o campesinato autônomo e o Estado) e um novo padrão de produção (através das técnicas trazidas pelos imigrantes estrangeiros). Entre 1872 – 1920, foram recebidos em torno de 57 mil imigrantes, vindos da Polônia, Itália, Alemanha, Inglaterra, Suíça, Rússia, Espanha e Holanda. Segundo o historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado, o imigrante “modificou a velha estrutura luso-brasileira, acrescentando-lhe novos valores e revigorando-a” (1951, p.25).

De acordo com Leo Waibel (1949) nem os imigrantes nem a província do Paraná tinham, naquele tempo, dinheiro suficiente para organizar a colonização em larga escala, em vez disso concebeu-se o plano de estabelecer muitas colônias pequenas ao redor de Curitiba, com a idéia de que o excedente dos seus produtos iria suprir a cidade de alimentos. Entre 1870 e 1880 foram criadas muitas pequenas colônias alemãs, polonesas e italianas a uma distância não superior a 15 e 18 quilômetros de Curitiba.<sup>19</sup> E devido à construção de estradas que ligavam as colônias ao mercado de Curitiba, os colonos podiam ir à cidade e voltar para casa no mesmo dia. José de Souza Martins descreve a configuração destas primeiras

---

<sup>19</sup> “Nas áreas que eram outrora florestais, encontramos hoje em dia (1949) uma população de pequenos agricultores brancos, que juntamente com suas esposas e filhos têm lavrado a terra e estabelecido lares de tipo europeu. Nos campos vizinhos vive o fazendeiro, de origem luso-brasileira, que cria bovinos e cavalos em grandes propriedades e tem como empregados negros e mulatos, descendentes de antigos escravos” (WAIBEL, 1949, p.9).

famílias de imigrantes que se fixaram nos entornos de Curitiba e que mantinham um tipo de agricultura familiar:

O trabalho agrícola, nas regiões coloniais, era, em geral, o de uma família por lote, trabalhando o próprio colono, sua mulher e filhos, que estivessem em condições de fazê-lo, e vendendo os produtos, em seguida, nos mercados próximos. Regime de pequenos proprietários sem estranhos, nem escravos, nem empregados, nem agregados (MARTINS, 1989, p.46).

Ao se analisar esse processo de formação de colônias de imigrantes estrangeiros nas últimas décadas do século XIX a visibilidade recai sobre a pequena produção. Novas técnicas de cultivo, diversificação da produção, novos equipamentos, novos hábitos alimentares foram trazidos durante o processo de estabelecimento de núcleos agrícolas com mão-de-obra do imigrante livre. A pequena produção estrangeira, fundamentada na força de trabalho familiar e em novas relações de produção, empregava técnicas agrícolas camponesas influenciadas pela Primeira Revolução Agrícola (KARAM, 2001). Em seu estudo Waibel identifica que:

a maioria dos colonos usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira, na literatura geográfica é geralmente conhecido como agricultura nômade ou itinerante. Na linguagem dos economistas rurais, é chamado sistema de rotação de terras. Este é, naturalmente, o sistema que os fazendeiros portugueses receberam dos índios, e passaram a usar desde então em suas grandes propriedades (WAIBEL, 1949, p.24).

Certamente os sistemas produtivos implementados com a chegada dos imigrantes não eram homogêneos e não foram praticados integralmente em relação à sua origem. As características da colonização nas diferentes zonas agrícolas do Planalto Curitibano explicam parte da formação dos sistemas de produção. Na porção norte, foco micro-regional desta pesquisa, identifica-se além das colonizações italiana e polonesa, a colonização cabocla (portugueses e índios) com práticas agrícolas rudimentares onde predominavam as culturas de milho e feijão, bastante próxima a descrição de Waibel. O intercâmbio cultural relativo às formas de se praticar agricultura propiciou uma mistura onde um e outro componente influenciavam reciprocamente os sistemas produtivos gestados localmente.

Em 1940 a população de Curitiba havia triplicado, já eram 120 mil habitantes. O aumento decorrente, entre outros fatores, da migração do interior do estado em direção à capital e de imigrantes saídos das próprias colônias intensifica o processo de urbanização o qual exerce uma pressão sobre o mundo rural. Os espaços rurais vão sendo “engolidos” por um urbano em expansão através da implantação de loteamentos, regulares e irregulares, preservando apenas as áreas das colônias mais distantes do centro da cidade, mais estruturadas e consolidadas, com maior auto-suficiência na produção para subsistência, bem como na produção de produtos com mercado cativo na cidade (KARAM, 2001).

Nos anos 1960, uma nova proposta de modernização e desenvolvimento foi vivenciada na região de Curitiba. Visto como um modo de superar os atrasos na cidade e no campo frente à modernidade, a modernização via industrialização provocou na agricultura um processo baseado na concentração de terras e num modelo agrícola pautado pela homogeneização tecnológica, forçando a substituição das técnicas, sementes e cultivos tradicionais, por insumos, implementos e maquinários industrializados, acirrando a subordinação, até então sem precedentes do rural ao urbano.<sup>20</sup> Lembrando ainda, que as políticas governamentais de crédito, como Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), deram um grande impulso na transformação da base técnica da produção agrícola.

O Estado procurou instaurar uma política de apoio aos produtores rurais, orientada pelo projeto de modernização e desenvolvimento econômico, objetivando atrelar o setor agrário ao processo de desenvolvimento econômico, facilitando o crédito rural, criando institutos de pesquisas e assistência técnica, buscando incentivar a utilização de técnicas e insumos modernos.

Mas as propostas modernizadoras não eram adequadas à realidade socioeconômica, cultural e ambiental da maioria dos agricultores familiares, o que provocou adoções desiguais a um progresso técnico que uniformiza as condições produtivas de todos os agricultores. O processo de modernização da agricultura provocou, então, intensa diferenciação entre as regiões e exclusão de grupos sociais. Entre os produtores menos favorecidos a exclusão se deu principalmente porque com a modernização a agricultura se torna cara: à medida que se industrializa a agricultura vão sendo substituídos os insumos que eram produzidos

---

<sup>20</sup> Para uma análise mais exaustiva sobre a modernização da agricultura no Brasil ver Kageyama (1985), Wanderley (1986, 1992), Martine (1987, 1990), Martins (1973), entre outros.

internamente à unidade de produção por outros externos produzidos por setores não-agrícolas. Para José Graziano da Silva (1998), o processo de exclusão na modernização da agricultura brasileira gerou a separação em “agricultura do rico” e “agricultura do pobre”.

As décadas de 1960 e 70 podem ser consideradas como o período de modernização acelerada da agricultura no Paraná, ocorrida na esteira das tecnologias difundidas pela Revolução Verde. Esse processo provocou mudanças profundas em amplas regiões do estado em um período de tempo relativamente curto. Ressalte-se que tanto a forma como se deu essa modernização quanto a natureza em si das tecnologias introduzidas provocaram efeitos ambientais e sociais extremamente adversos. Consolidado o processo de modernização da agricultura o que se observa é que o capital industrial passou a comandar a economia no campo, moldando-o segundo a racionalidade do capital.

Cabe destacar que este momento de intensificação do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira era altamente excludente em relação ao pequeno agricultor familiar, priorizavam-se os grandes cultivos para exportação: soja, algodão, cana e café. Este enfoque exportador canalizou os instrumentos públicos de desenvolvimento – crédito, assistência técnica, pesquisa, equipamentos e outros - no sentido de um pequeno número de famílias que enriqueceram e dominaram o cenário político e econômico do país. Na porção norte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)<sup>21</sup> os instrumentos públicos de desenvolvimento foram pouco aplicados, em especial no Vale do Ribeira. Com topografia bastante acidentada e constituída por minifúndios, a região se caracteriza pela presença de agricultores familiares, muitos com um sistema de produção orientado para a subsistência, que acabaram excluídos do processo de modernização da agricultura. De acordo com Peraci (PERACI, 2002, p.7), a região acabou se configurando como uma zona de pobreza e de baixo dinamismo social.

Os anos 1970 constituem o marco da transformação do perfil econômico do Estado do Paraná, com progressiva diversificação na agropecuária pela

---

<sup>21</sup> A Região Metropolitana de Curitiba localiza-se quase totalmente no Primeiro Planalto Paranaense. Apresenta como principais divisores naturais geográficos, a sudoeste, a Serra da Escarpa Devoniana, alcançando as bordas do Segundo Planalto Paranaense, e a leste a Serra do Mar, divisor com a planície litorânea. Faz fronteira ao norte com o estado de São Paulo e ao sul com o de Santa Catarina. A RMC é formada por 26 municípios, agrupados em cinco microrregiões totalizando 3.595.662 de habitantes em 2006, a segunda área metropolitana mais populosa do sul do país e a 118ª maior área metropolitana do mundo.

modernização da base técnica de produção, expansão de culturas, comercialização de commodities e agroindustrialização. Mas também observou-se uma maior intensificação e especialização da produção na região de Curitiba (decretada metropolitana em 1973) e de maior diferenciação social entre os produtores. Tornou-se decrescente a relação de produtos cultivados nas propriedades para o consumo da família, substituídos por aqueles que fossem aceitos, demandados e ofertados regularmente no mercado. A agricultura praticada na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) sofreu severas transformações para se modernizar e especializar no atendimento ao mercado urbano. Essa situação é visível em toda área do “cinturão verde” de Curitiba, onde hoje predomina o sistema de produção da horticultura. Sob a pressão do mercado e devido a pouca terra disponível, o tempo de pousio para recuperação da fertilidade do solo foi encurtando levando este sistema de produção à crise (DAROLT, 2001, p. 116).

Karam (2001) aponta que os agricultores da RMC, no transcorrer desse processo de modernização imposto a todos, não mais foram reconhecidos a partir de suas diferenciações internas, de suas tradições camponesas, passaram todos a ter somente a condição de agricultor, um produtor agrícola “moderno” ou “não-moderno”, visto na perspectiva do desenvolvimento do capitalismo como mais um segmento produtor e consumidor, encobrando a diversidade da ruralidade na RMC e as especificidades nos modos de ser e de viver no rural. Esse movimento homogeneizador das especificidades sociais acabou gerando um contramovimento com intuito de compreender a ruralidade na atual RMC a partir da categoria social denominada de *agricultura familiar*.

## 2.4 A NOÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultura familiar possibilita evidenciar a diversidade daqueles agricultores denominados modernos ou não-modernos. Assim, a noção de família, a organização familiar, amplia a compreensão da diversidade de formas sociais existentes, uma vez que a racionalidade não se dá somente nos termos econômicos, mas é ela própria um modo cultural.

Para Maria de Nazareth Baudel Wanderley o conceito de agricultura familiar

deve ser entendido:

como aquele em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedades e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (1996, p. 3).

Embora a questão agrária seja anterior à década de 50, foi a partir desse contramovimento que grande parte dos intelectuais acadêmicos “descobriu” a existência do “pequeno” produtor enquanto um objeto de estudo não apenas da economia, mas também da sociologia e da antropologia. As análises e formulações teóricas produzidas nesse período, e até hoje (assim como os decorrentes desdobramentos na estratégia de ação de organizações políticas), estão fortemente marcadas - de forma explícita ou implícita - pela influência do debate clássico a partir das concepções de Lênin, Kautsky e, mais recentemente, da releitura de Chayanov em torno das tendências do campesinato em um país capitalista.

As orientações de Lênin (a proletarização camponesa) e Kautsky (polarização social agrária) relativas ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura, apontam que uma das características principais do marxismo agrário é a interpretação que fazem da evolução da estrutura agrária no processo histórico como uma evolução unilinear, por isso, muitas vezes a versão teórica do marxismo tradicional tem sido considerada como uma variante das teorias da modernização agrária pois condenam ao desaparecimento determinadas formas de exploração agrícola. A transição para a agricultura industrializada representaria não somente uma forma de evoluir, mas também o próprio desaparecimento do campesinato bem como da agricultura familiar. A produção familiar camponesa estaria, assim, condenada a ser vista como uma anomalia anacrônica e residual em vias de desaparecimento, um obstáculo à plena expansão do capitalismo (COSTABEBER, 1998). Não haveria, nesta perspectiva, qualquer razão para explorar formas de racionalidade na produção familiar camponesa, seu destino estaria predeterminado.

Com Alexander Chayanov as correntes de interpretação alternativas à visão da agricultura como "industrialização da natureza" ganharam fôlego. Seu legado teórico principal foi o desenvolvimento da tese da especificidade da produção

camponesa. Para Chayanov (1974), as unidades de produção camponesas não podem ser entendidas somente a partir das leis gerais que regem as relações de produção e acumulação em uma sociedade capitalista, nem a partir das categorias de análise das empresas capitalistas. É necessário, sustenta o autor, buscar uma outra racionalidade, baseada num balanço entre trabalho e consumo:

*(...) the subjective evaluation of the values obtained by this marginal labor will depend on the extent of its marginal utility for the farm family. But since marginal utility falls with growth of the total sum of values that become available to the subject running the farm, there comes a moment at a certain level of rising labor income when the drudgery of the marginal labor expenditure will equal the subjective evaluation of the marginal utility of the sum obtained by this labor. The output of the worker on the labor farm will remain at this point of natural equilibrium, since any further increase in labor expenditure will be subjectively disadvantageous. Thus, any labor farm has a natural limit to this output, determined by the proportions between intensity of annual family labor and degree of satisfaction of its demands (CHAYANOV, 1966, p.81-82).<sup>22</sup>*

A hipótese central de Chayanov (1966, p.42), explicativa do comportamento da agricultura camponesa, fundamenta-se em não assumir a motivação da atividade econômica camponesa em termos de um empresário que, como resultado do investimento do seu capital recebe a diferença entre o rendimento bruto e custos total, mas sim como a motivação de um trabalhador em um sistema peculiar que permite que ele por si só determine o tempo e a intensidade do seu trabalho.

O funcionamento de uma exploração familiar passa necessariamente pela família enquanto elemento básico da gestão financeira – destinação dos recursos monetários - e do trabalho total disponível internamente na unidade do conjunto familiar. As decisões sobre a renda líquida obtida com a venda da produção, fruto do trabalho da família, pouco tem a ver com a categoria “lucro puro” de uma empresa, representado pela diferença entre renda bruta e custo total (CARMO, 1998).

Os analistas que pressupuseram para os agricultores familiares, à semelhança dos empresários agrícolas, a maximização da função utilidade, com

---

<sup>22</sup> “(...) a avaliação subjetiva dos valores obtidos por este trabalho marginal dependerá da extensão de sua utilidade marginal para a exploração agrícola familiar. Mas a medida que a utilidade marginal cai com o crescimento do total da soma dos valores que passam a estar disponíveis para a família, chega um momento em um determinado nível de rendimento do trabalho aumenta quando as fadigas de desgaste do trabalho marginal será igual a avaliação subjetiva da utilidade marginal da soma obtida por esse trabalho. A produção do trabalhador na exploração doméstica cessará neste ponto de natural equilíbrio porque qualquer outro aumento no desgaste de trabalho resultará subjetivamente desvantajoso. Assim, qualquer unidade familiar de exploração agrária tem um limite natural para sua produção, determinado pela proporção entre intensidade de trabalho anual familiar e o grau de satisfação das suas necessidades.”, traduzido por Douglas Ochiai Padilha.



liberdade para substituição de fatores de produção e atividades, e ainda o completo domínio da informação, reduzem o comportamento complexo dos agricultores familiares à procura pela maximização do lucro. Ademais, pressupõem a completa dissociação da unidade de produção e da unidade de consumo, remunerando em separado os recursos produtivos (CARMO, 1998, p.229).

Ao contrário dos argumentos marxistas sobre o destino do capitalismo na agricultura e a polarização/proletarização dos camponeses, Chayanov (1966) considerava que a agricultura camponesa resistiria por ter vantagens em relação ao capitalismo, pois a economia familiar poderia se manter em condições inviáveis para uma empresa capitalista, como trabalhar por períodos sem angariar lucros.

Desde Chayanov, então, análise da agricultura familiar vem no sentido de apreender sua lógica de produção enquanto um equilíbrio da família e o comportamento econômico circundante. Hugues Lamarche, alinhado a este pensamento, explicita que “a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (1993, p.15).

Para Lamarche (1993), as três principais direções em que se organiza a exploração familiar – produção, consumo e acumulação do patrimônio – atribuem-lhe uma lógica de produção/reprodução em que cada geração procura assegurar um nível estável para o conjunto da família e a reprodução dos meios de produção. Dentro desta especificidade frente à organização capitalista, a organização familiar procura o equilíbrio em função do conjunto doméstico e da fase que atravessam quanto ao crescimento, maturidade ou regressão numérica. A lógica do consumo é muito forte na agricultura familiar, onde capital e patrimônio se confundem, podendo ocorrer prosperidade familiar com renda capitalista declinante (CARMO, 1998, p.229). André Gorz afirma que:

A racionalidade econômica não se aplica quando o indivíduo é livre para determinar por si só o nível de suas necessidades e o nível de esforço que depende. Ele tende então, espontaneamente, a limitar suas necessidades para poder limitar seus esforços conforme o nível de satisfação que julga *suficiente*. Esse nível pode evidentemente variar no tempo; nem por isso a categoria do *suficiente* deixa de regular o equilíbrio entre o nível de satisfação e o volume de trabalho para si. Ora a categoria do *suficiente* não é uma categoria econômica: é uma categoria cultural, ou existencial (GORZ, 2003, p. 112).

Segundo Lamarche (1993), o grau de lógica familiar e a relação entre

autonomia e dependência da exploração ao mercado mostram tipologias de exploração agrícola. Em seus extremos, é possível definir quatro categorias de exploração: a empresa, a empresa familiar, a exploração familiar moderna e a exploração camponesa. Assim, em um sistema de eixos cartesianos da autonomia em relação ao grau de relação familiar, a empresa agrícola se situa como completamente dependente do mercado e não familiar; a empresa familiar, como dependente do mercado e familiar; a exploração moderna, como de máxima autonomia e não familiar e o camponês, como autônomo e totalmente familiar.

A maior parte das explorações familiares se situam mais próximos ou afastados destes tipos ideais, formando uma grande diversidade na composição da agricultura familiar. A coexistência de unidades produtivas, com diferentes dinâmicas internas, impossibilita uma explicação geral para o funcionamento da produção familiar. Lamarche afirma que “as explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social, no sentido marxista do termo. Desse modo, a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, esta diversidade” (LAMARCHE, 1993, p.18).

Destacar a agricultura familiar no contexto deste trabalho é importante dadas as três principais funções que definem sua lógica de atuação diante da unidade produtiva, qual seja, a inter-relação entre produção, consumo e acumulação do patrimônio. São essas condições, segundo Lamarche (1993), que permitem a produção/reprodução em cada geração, visando assegurar um nível de vida estável para o conjunto da família e a reprodução dos meios de produção. Assim, diferentemente da agricultura industrial/empresarial, a família é o centro da exploração familiar, seja no que tange à decisão sobre a gestão financeira dos recursos como do trabalho total disponível. O significado da remuneração não se direciona pelo “lucro puro”, como em uma empresa, mas está relacionado ao projeto familiar que atribui significado à remuneração do seu capital, da terra e dos meios de produção, o qual vai lhe permitir viver e dar continuidade à família.

Outro aspecto que distingue a agricultura familiar da empresarial é o fato de ela não poder ser entendida como homogênea, uma vez que comporta diferentes graus de relações produtivas que se expressam nas transações econômicas mais ou menos intensas com os distintos tipos de mercado. Tal condição chama a atenção não só para a diversidade neste segmento específico, mas também para a

observância da diferenciação social existente na agricultura, e, conseqüentemente, nas relações com os distintos mercados.

De acordo com Carmo (1998, p.230), todo agricultor tem um conjunto de práticas técnicas, econômicas e sociais coerentes com a finalidade dada ao seu sistema de exploração. Ele compatibiliza os objetivos familiares com o meio ambiente, interagindo elementos e subsistemas muito além da constatação elementar, da sua estrutura produtiva e das recomendações técnicas. É por isso que os agricultores familiares têm razão de fazer o que fazem. Têm razões que permitem explicar porque atuam de maneiras diferentes entre si e em relação aos empresários capitalistas.

Críticas a respeito da baixa adoção de tecnologias pelos agricultores familiares foram constantes em um passado próximo. Porém, atualmente existe quase um consenso entre os analistas preocupados com essa questão, de que as propostas tecnológicas não estão adequadas à realidade socioeconômica, cultural e ambiental da maioria dos agricultores familiares, provocando adoções desiguais para um progresso técnico que uniformiza as condições produtivas de todos os agricultores. Além disso, afirmam que a modernização tecnológica promovida desconsiderou, e ainda desconsidera, o fato de os agricultores familiares não dissociarem a unidade de produção da unidade de consumo, como ocorre na agricultura empresarial.

Na agricultura empresarial a tecnização pode acrescentar eficácia, reduzindo a duração e a dificuldade do trabalho, “é preciso, porém, saber que a potência crescente da técnica tem um preço: ela cinde o trabalho e a vida e a cultura profissional e a cultura do cotidiano; (...) ela retrai o campo da experiência sensível e da autonomia existenciais; ela separa o produtor do produto, a tal ponto que ele não conhece mais a finalidade daquilo que faz.” (GORZ, 2003, p.93). Os agricultores empresariais produtivistas têm uma visão estreita de rentabilidade de sua produção e fazem da agricultura uma profissão – e não um modo de vida – onde é possível produzir riquezas econômicas em nome de um sucesso material que passa pela exaltação de tudo que tem um valor mercantil (DELÉAGE, 2002). A racionalidade econômica, embora importante para o conjunto das unidades de produção familiar, excetuando-se aquelas que funcionam exclusivamente como uma empresa, é uma dentre outras racionalidades que orientam as ações e decisões que operam para garantir sua existência temporal e patrimonial (BRANDENBURG, 1999).

É preciso pensar o rural para além da atividade agrícola e da racionalidade econômica. Ao considerar o caráter multifacetário da agricultura familiar ampliam-se as dimensões do rural, o que pode se traduzir em novos sentidos de vida assim como possibilita aos agricultores familiares pensar em sua reprodução social, pois esta mobilização e organização de sua condição social reafirma:

(...) que eles são habitantes do meio rural, o que supõe a incorporação da problemática da construção de territórios (relações de proximidade e de integração) e de identidade referidas aos espaços rurais; a dimensão cultural que impõe a exigência de valorização dos saberes tradicionais e o estabelecimento de relações mais simétricas entre os produtores e os agentes técnicos; a consideração das relações internas a coletividade familiar, que explicam problemas específicos de parentesco, de geração e de gênero, e finalmente a valorização da lógica específica que orienta e articula o leque das atividades produtivas, bem como as estratégias familiares referentes à sua produção e reprodução (WANDERLEY, 2003, p.11).

Tomando-se como referência apenas os supostos maximizadores implícitos na racionalidade produtivista dominante, objetivos como o respeito ao meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida podem resultar incompatíveis com o desejo de alcançar a máxima rentabilidade econômica da exploração agrícola – o que provocaria, em consequência, novas formas de agressão ambiental e de deterioração das condições de vida nas comunidades rurais.

### 3.0 O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

#### 3.1 A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Il est encore une erreur fort à la mode, de laquelle je veux me garder comme de l'enfer. – Je veux parler de l'idée du progrès. Ce fanal obscur, invention du philophisme actuel, breveté sans garantie de la Nature et ou de la Divinité, cette lanterne moderne jette de ténèbres sur tous les objets de la connaissance; la liberté s'évanouit, le châtimeut disparaît. Qui veut y voir claire dans l'histoire doit avant tout éteindre ce fanal perfide (BAUDELAIRE, 1999, p.259).<sup>23</sup>*

<sup>23</sup> “Existe ainda outro erro muito atraente, que eu anseio por evitar, como ao próprio demônio. Refiro-me à idéia de ‘progresso’. Esse obscuro sinaleiro, invenção da filosofância hodierna, promulgada sem a garantia da Natureza ou de Deus – esse farol moderno lança uma esteira de caos em todos os

A noção de desenvolvimento sustentável começou a ser amplamente empregada por estudiosos e políticos do meio ambiente após o Relatório Brundtland<sup>24</sup> e, particularmente no Brasil, após a ECO-92.<sup>25</sup> Incorporando a noção de ecodesenvolvimento,<sup>26</sup> o ideário do desenvolvimento sustentável tem como orientação assegurar condições de vida presente – em vários âmbitos – sem comprometer as necessidades das futuras gerações. A noção de desenvolvimento sustentável converteu-se num referente discursivo e num “saber de fundo” que organiza os sentidos divergentes em torno da construção de sociedades sustentáveis (LEFF, 2006, p.137).

Desde a década de 1980 a produção intelectual sobre o tema da sustentabilidade tem acumulado importantes avanços, porém, ainda permanece a polêmica sobre seu caráter normativo e polissêmico. Neste processo a noção de sustentabilidade foi sendo divulgada e vulgarizada até fazer parte do discurso oficial e da linguagem comum. Atualmente é muito difícil alguém ser a favor de práticas insustentáveis assim o termo sustentabilidade tem funcionado como um reforço positivo de políticas e política conferindo-lhes a aura de serem ambientalmente sensíveis.

Se o termo sustentabilidade significa coisas completamente diferentes para diferentes pessoas, isto significa que não há apenas uma forma adequada de uso

---

objetos do conhecimento; a liberdade se dispersa e some, o castigo desaparece. Quem quer que pretenda ver a história com clareza deve antes de mais nada desfazer-se dessa luz traiçoeira”, traduzido por Carlos Filipe Moisés .

<sup>24</sup> No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado *Our Common Future*, mais conhecido por Relatório Brundtland. O relatório diz que “Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. Nesse momento foram apontados os limites da racionalidade econômica e os desafios apresentados pela degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade.

<sup>25</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta; muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento sócio-econômico e modificações no meio ambiente. Entretanto, as discussões foram ofuscadas pela delegação dos Estados Unidos, que forçou a retirada dos cronogramas para a eliminação da emissão de CO<sub>2</sub> (que constavam do acordo sobre o clima) e não assinou a convenção sobre a biodiversidade.

<sup>26</sup> Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs (1986). Os caminhos do ecodesenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Esta teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável.

“sustentável”, e que o conceito de sustentabilidade muitas vezes é utilizado com interesses específicos relacionados à apropriação material dos recursos naturais e do território. Nesse contexto, surgem as dissensões e contradições do discurso sobre o desenvolvimento sustentável (REDCLIFT, 1992); seus sentidos diferenciados e os interesses opostos na apropriação da natureza (MARTINEZ ALIER, 1995; LEFF, 1995).

As primeiras críticas ao desenvolvimento sustentável, em principal por parte do movimento ambientalista, já apontavam que não se pode afirmar que esse tipo de desenvolvimento se oponha à “lógica” do modelo de crescimento econômico capitalista, uma vez que ele não vai contra as causas estruturais da insustentabilidade, tornando-se, pois, funcional ao sistema (LEFF, 2006; LEIS, 1999). Antes mesmo da ECO-92, Sharachchandra M. Lélé (1991) afirmou que os “desenvolvimentistas” e o movimento ambientalista acabaram deixando de lado suas diferenças no sentido de convergirem ambos para uma proposta de desenvolvimento sustentável. Assim, passaram a enfrentar juntos os problemas relativos aos limites ambientais do crescimento econômico e as questões sociais, basicamente pobreza e desigualdade. Uniram-se sob o imperativo da realização de uma sustentabilidade ambiental, mas mantendo a continuidade do sistema produtivo e das relações sociais que o sustentam.

Segundo Leis (1999, p. 159), o conceito de desenvolvimento sustentável faz parte de um processo de “adoção oportunista e instrumental”, por parte dos estados e das empresas, de novos valores trazidos pelo ambientalismo, com o objetivo de garantir a continuidade do sistema produtivo. O discurso neoliberal, difundido a partir dos anos 80, anunciou a desapareção da contradição entre ambiente e crescimento. Os mecanismos de mercado foram postulados como o meio mais correto de assimilação das condições ecológicas e dos valores culturais ao processo de crescimento econômico. Assim, a racionalidade econômica dominante diluiu o potencial transformador das origens do movimento ambiental, confundindo e dispersando suas ações.

As contradições não apenas se fazem manifestas na falta de rigor do discurso, mas também em sua colocação em prática, quando surgem dissensos em torno do discurso do desenvolvimento sustentado/sustentável e os diferentes sentidos que este conceito adota em relação aos interesses contrapostos pela apropriação da natureza. Embora a economia ecológica lance um olhar crítico sobre

a degradação ecológica e energética resultante dos processos de produção e consumo, tentando situar o intercâmbio econômico dentro do metabolismo geral da natureza, a produção continua guiada e dominada pela lógica do mercado. O questionamento da economia a partir da ecologia não tem levado à desconstrução da racionalidade econômica dominante e a fundar uma nova teoria da produção nos potenciais da natureza e nos sentidos das culturas, e por isso as políticas ambientais continuam sendo subsidiárias das políticas neoliberais.

Critico ferrenho ao domínio da racionalidade econômica, Leff (2006), apoiado nos princípios da termodinâmica e na economia política do ambiente, aponta a incomensurabilidade dos processos energéticos, ecológicos e distributivos com a contabilidade econômica, da mesma forma a impossibilidade de reduzir os valores da natureza, da cultura e da qualidade de vida à condição de simples mercadorias. A valorização dos recursos naturais está sujeita a temporalidades ecológicas de regeneração e produtividade, que não correspondem aos ciclos econômicos, e a processos sociais e culturais que não podem reduzir-se à esfera econômica. O paradigma econômico – o sistema científico e institucional – tem sido incapaz de assimilar a crítica apresentada da racionalidade econômica. Em face das propostas de colocar um freio no crescimento e da transição a uma economia de estado estacionário – fundados no reconhecimento das leis da termodinâmica que condenam o processo econômico e a degradação entrópica –, a teoria e as políticas econômicas procuram eludir o limite e acelerar o processo de crescimento, montando um dispositivo ideológico e uma estratégia de poder para capitalizar a natureza.

A natureza está sendo incorporada ao capital mediante uma dupla operação: de um lado procura-se internalizar os custos ambientais do progresso atribuindo valores econômicos à natureza; ao mesmo tempo, instrumentaliza-se uma operação simbólica, que recodifica o homem, a cultura e a natureza como formas aparentes de uma mesma essência: o capital. Assim, os processos ecológicos e simbólicos são reconvertidos em capital natural, humano e cultural, para serem assimilados pelo processo de reprodução e expansão da ordem econômica, reestruturando as condições da produção mediante uma gestão economicamente racional do ambiente. O capital clona identidades para assimilá-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e de reprodução da racionalidade econômica. Desta forma a racionalidade econômica

resiste à sua desconstrução e arma um simulacro no discurso do desenvolvimento sustentado, uma estratégia de simulação, um jogo falaz de perspectivas, que burla a percepção das coisas e perverte toda razão e ação no mundo em relação a um futuro sustentável. Assim, “A estratégia discursiva da globalização se converte em um tumor semiótico e gera a metástase do pensamento crítico; dissolve a contradição, a alteridade, a diferença e alternativa, para oferecer-nos em seus excrementos retóricos uma revisão do mundo como expressão do capital.” (LEFF, 2006, p.142).

As teorias críticas da economia baseadas nas leis da natureza não foram capazes de fundar a positividade de um novo paradigma econômico (de uma economia ecológica), mas abriram as comportas ao campo emergente da ecologia política, onde o debate científico se desloca para os conflitos ambientais. O tema da sustentabilidade passa, então, a se inscreve nas lutas sociais pela apropriação da natureza, orientando a reflexão teórica e a ação política para o propósito de desconstruir a lógica econômica e construir uma nova racionalidade produtiva, agora ambiental.

Para além do simulacro do desenvolvimento sustentado, abrem-se possibilidades para a construção de uma nova economia, fundada não apenas na produtividade econômico-tecnológica e nas estratégias do conservadorismo ecológico, mas sim em uma nova racionalidade social baseada no potencial produtivo dos ecossistemas e na apropriação cultural da natureza. A constituição de uma nova racionalidade social fundada nos princípios de sustentabilidade implica um conjunto de processos de desconstrução e transformação da racionalidade econômica e científica da modernidade assim como dos aparatos ideológicos, das práticas institucionais e das instâncias de poder que legitimam e instrumentam seus procedimentos e suas ações. A construção de uma racionalidade ambiental implica a administração transversal do Estado e a gestão participativa da sociedade para o desenvolvimento sustentável, a construção de um saber ambiental interdisciplinar, a incorporação de normas ambientais ao comportamento dos agentes econômicos, as condutas individuais e as organizações sociais. A construção da racionalidade ambiental ocorre dentro de um campo conflitivo de interesses e concepções diversos, que põe em jogo uma disputa sobre os sentidos da sustentabilidade, problematizando o lugar do conhecimento, da racionalidade, do saber e da ética na construção de um futuro sustentável. Isso pode oferecer novos caminhos à geração



de formas diversificadas de produção sustentável, desvencilhando-se do mercado como lei suprema do mundo globalizado. Fundamentalmente, trata-se da desconstrução da racionalidade econômica e da construção de novos territórios de vida (LEFF, 2006).

Em face ao processo de globalização regido pela racionalidade econômica e as leis de mercado, está emergindo uma política do lugar, do espaço e do tempo mobilizada por novos direitos culturais dos povos, legitimando regras mais plurais e democráticas de convivência social e de reapropriação da natureza. Nessa reafirmação das identidades manifesta-se o real da natureza e o verdadeiro da cultura diante de uma lógica econômica que, tendo sido construída no mais alto grau de racionalidade do ser humano, gerou um processo de degradação socioambiental que afeta as condições de sustentabilidade e o sentido da existência humana. Assim, pensando com saberes da agroecologia, dos indígenas andinos e dos camponeses<sup>27</sup>, Leff argumenta que:

*La cultura se convierte en un principio activo para el desarrollo de las fuerzas productivas en un paradigma alternativo de sustentabilidad; la productividad ecológica y la innovación tecnológica están entrelazados con procesos culturales que definen la productividad para generar una economía global alternativa, fundada en las fuerzas productivas de la naturaleza y en los sentidos creativos de la cultura (LEFF, 2000b, p.60).*<sup>28</sup>

A diferenciação de racionalidades, além da incomensurabilidade entre processos, é fundamental para pensar a construção de uma racionalidade ambiental. A economia não se mostrou uma disciplina capaz de acolher outras racionalidades, de abrir-se à alteridade e à alternativa. Ao contrário, é uma razão totalitária, que se expande e globaliza, que impõe um processo de racionalização

---

<sup>27</sup> Apoiado em Claude Levy-Strauss (1972) e Philippe Descola (1996), Leff (2000b, p.58) argumenta que as sociedades tradicionais, em seus largos processos de coevolução com a natureza, de transformação ambiental e assimilação cultural, têm incorporadas as condições ecológicas e culturais da sustentabilidade e isto se reflete em suas formações simbólicas assim como em seus instrumentos tecnológicos. Desta maneira, as práticas fundadas na simbolização do ambiente, em crenças religiosas e significados sociais associados à natureza – como as “ideologias agrícolas tradicionais” ou as “estratégias produtivas mesoamericanas” –, têm gerado diferentes formas de percepção e apropriação, regras sociais de acesso e uso, práticas de gestão de ecossistemas e padrões de produção e consumo de recursos, que se configuram em um uso sustentável dos “ecossistemas-recurso”.

<sup>28</sup> “A cultura converte-se em um princípio ativo para o desenvolvimento das forças produtivas em um paradigma alternativo de sustentabilidade; a produtividade ecológica e a inovação tecnológica estão interligados com processos culturais que definem a produtividade para gerar uma economia global alternativa, fundada nas forças produtivas da natureza e nos sentidos criativos da cultura.”, traduzido por Douglas Ochiai Padilha.

que vai ocupando todas as esferas da vida social e da ordem ecológica. A economia tende, por sua própria “natureza”, a transpor a esfera da produção para capitalizar a natureza e a cultura. Essa hipereconomização do mundo induz à homogeneização dos padrões de produção e de consumo, e atenta contra um projeto de sustentabilidade global fundado na diversidade ecológica e cultural do planeta.<sup>29</sup>

O desenvolvimento sustentável implica na superação da racionalidade econômica: não pela rejeição da eficiência econômica e nem pela abdicção do crescimento econômico, mas pela colocação dos mesmos a serviço de um novo projeto societário, onde a finalidade social esteja *“justificada por el postulado ético de solidariedad intrageneracional y equidad, y que se materialice en un contrato social.”*<sup>30</sup> (SACHS, 1995, p.26).

Segundo Hans Jonas (1995), a manutenção da vida no planeta está sob o encargo da raça humana, que com o desenvolvimento da moderna intervenção tecnológica adquiriu a capacidade de descaracterizá-la irreversivelmente. A degradação do meio ambiente trouxe para o ser humano a responsabilidade de viabilizar a continuidade da vida na Terra. As conseqüências das suas ações podem se fazer sentir durante gerações, pois alteram as condições da existência da própria vida. No ponto 1 do preâmbulo da Declaração de Estocolmo, consta que: “graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca”. Ali se expressa a idéia de uma equidade intergeracional, que se manifesta pela preocupação com as necessidades das gerações futuras.

De acordo com Jonas (1995), a natureza não era objeto da responsabilidade humana, pois cuidava de si mesma. Porém, a tremenda vulnerabilidade da natureza submetida à intervenção tecnológica do homem mostra que toda biosfera do planeta torna-se passível de ser alterada, o que torna imprescindível considerar que não somente o bem humano deve ser almejado, mas também o de toda a natureza extra-humana. O homem passou, então, a manter com a natureza uma relação de responsabilidade, pois ela se encontra sob seu poder. Esse novo poder da ação humana impõe alterações na própria natureza da ética. Se antes a ética tinha que

---

<sup>29</sup> O respeito às culturas, como um dos princípios de sustentabilidade, foi reconhecido pelo princípio 22 da Declaração do Rio que diz que “os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais.”

<sup>30</sup> Traduzido por Douglas Ochiai Padilha: “justificada pelo postulado ético de solidariedade intergeracional e equidade, e que se materialize em um contrato social”.

ver com o aqui e o agora, hoje Jonas propõe um novo imperativo em substituição aos antigos imperativos éticos<sup>31</sup>:

*<<Obra de tal modo que los efectos de tu acción sean compatibles con la permanencia de una vida humana auténtica en la Tierra>>; o, expresado negativamente: <<Obra de tal modo que los efectos de tu acción no sean destructivos para la futura posibilidad de esa vida>>; o simplemente: <<No pongas en peligro las condiciones de la continuidad indefinida de la humanidad en la Tierra>>; o, formulado, una vez más positivamente: <<Incluye en tu elección presente, como objeto también de tu querer, la futura integridad del hombre>> (1995, p. 40).<sup>32</sup>*

Está se falando aqui da responsabilidade para com a humanidade futura. Jonas, ao formular o seu imperativo de responsabilidade, está pensando menos no perigo da pura e simples destruição física da humanidade, mas sim na sua morte essencial, aquela que advém da desconstrução e a aleatória reconstrução tecnológica do homem e do meio ambiente.

Com Jonas a responsabilidade não é mais centrada no passado e no presente. A sua preocupação é com o futuro da humanidade, com as gerações futuras e com a sobrevivência das mesmas. Jonas não está preocupado com a eternidade, mas com o tempo vindouro, compatível com a era da ciência e da tecnologia, cuja responsabilidade passa a ser o alicerce, o princípio orientador para as decisões que possam interferir nas diferentes formas de vida.

O princípio da responsabilidade de Jonas, nesse sentido, é uma orientação para uma política responsável. Trata-se de um convite a cada ser humano para ampliar os horizontes da ética e da política e ajude a construir um mundo mais humano para todos.

### 3.2 A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL OU ECOLÓGICA

<sup>31</sup> Entre os quais o imperativo kantiano que se constitui no parâmetro exemplar: "Age de tal maneira que o princípio de tua ação transforme-se numa lei universal" (KANT, 1995).

<sup>32</sup> "<<Age de tal maneira que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica na Terra>>; ou, expressado negativamente: << Age de tal maneira que os efeitos de tua ação não sejam destrutivos para a futura possibilidade dessa vida>>; ou simplesmente: <<Não ponha em perigo as condições da continuidade indefinida da humanidade na Terra>>; ou, formulado, mais uma vez positivamente: "Inclui em tua escolha presente, como objeto também do teu querer, a futura integridade do homem>>", traduzido por Douglas Ochiai Padilha.

A idéia de “agricultura sustentável” revela antes de tudo, a crescente insatisfação com o *status quo* da agricultura moderna. Ela indica o desejo social de sistemas produtivos que, simultaneamente, conservem os recursos naturais e forneçam produtos sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar. Resulta de emergentes pressões sociais por uma agricultura que não prejudique o meio ambiente (BEZERRA e VEIGA, 2000, p. 11)

A agricultura sustentável propõe abranger as dimensões do econômico, do sociocultural e do ecológico de forma integrada. Surge em contraposição ao modelo tecnológico da revolução verde, baseado no emprego de sementes geneticamente manipuladas para o aumento da produtividade, motomecanização e uso maciço de agroquímicos (DAROLT, 2000).

Buttel (1995), ao analisar a história da agricultura em nível mundial nos últimos cem anos, identificou dois processos distintos que a marcaram. Denominados transições agroecológicas<sup>33</sup>, o primeiro marco foi a Revolução Verde, do período após a Segunda Guerra mundial até o fim da década de 1980, e o segundo marco é o atual processo de ecologização da agricultura<sup>34</sup>. Com a ecologização as práticas agrícolas da Revolução Verde passaram a sofrer fortes críticas por seus impactos, dentre eles, degradação ambiental, erosão dos solos, contaminação da água, contaminação dos alimentos por agrotóxicos, altos custos de produção. Para o autor, o processo de ecologização da agricultura consiste na introdução de novas práticas, mais respeitosas com o ambiente e em sintonia com o novo paradigma da sustentabilidade.

Essa segunda transição é marcada pelo crescente questionamento sobre a sustentabilidade do modelo produtivista propugnado pela Revolução Verde e, até então, dominante, agravando sua crise. Em consequência, há a introdução de valores ambientais nas práticas agrícolas, na opinião pública e na agenda política (BUTTEL, 1995), ao mesmo tempo em que se abre a possibilidade de expansão de formas de produção que tem como princípio fundamental uma relação de respeito com a Natureza e que, portanto, seriam mais sustentáveis a médio e longo prazo.

---

<sup>33</sup> A transição agroecológica pode ser definida como o processo gradual de mudança através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como objetivo a passagem de um sistema de produção a outro.

<sup>34</sup> O conceito de ecologização, fundamentado em Buttel (1993, 1994), significa a introdução de valores ambientais nas práticas agrícolas, na opinião pública e nas agendas políticas para a agricultura. Para Buttel “*La ecologización de la agricultura que representa precisamente la esencia de la segunda transición agroecológica, constituye una fuerza socio-ecológica combinada en la que la dinámica social y la ecológica, desempeñan papeles importantes.*” (1995, p. 25).

Esse crescente processo de incorporação de preocupações ambientais e sociais em relação à agricultura fomentou a discussão e levou à formulação de perspectivas de análise e de intervenção antagônicas e conflitantes que, em última instância, refletem diferentes interesses e posicionamentos sobre os modelos de desenvolvimento dos países e sobre a própria sustentabilidade.

Ehlers (1996) observa que a diversidade conceitual do desenvolvimento sustentável na agricultura engloba um conjunto de tendências mais “conservadoras” e outro mais “radical”. No primeiro bloco identifica uma agricultura sustentável mais palpável e com objetivos de curto prazo, que busca melhorar a eficiência e o uso racional do padrão da agricultura convencional. A sustentabilidade estaria vinculada à capacidade de durabilidade dos recursos naturais nela empregados; pressupõe redução de insumos industriais, aplicação mais eficiente dos insumos e priorização dos biológicos ou biotecnológicos (*low input agriculture*), estes ainda concebem o desenvolvimento científico-tecnológico como a via capaz de resolver os problemas derivados da escassez de alimentos e do esgotamento dos recursos naturais. Para as tendências mais radicais seria impossível harmonizar economia e ambiente nos padrões atuais do sistema econômico internacional vigente e do atual modo de produção industrial; as estratégias seriam de longo prazo, exigindo transformações profundas em todo o sistema agroalimentar ou até na razão moderna dominadora da Natureza.

A tendência mais conservadora sobre uma agricultura sustentável não identifica contradições entre desenvolvimento (econômico) e *sustentabilidad*.<sup>35</sup> Em

---

<sup>35</sup> Leff (2002b, 2006) denuncia que a degradação ambiental e a destruição dos recursos causados pelo processo de crescimento e globalização econômica são mascaradas hoje em dia pelo propósito de um “*desarrollo sostenible*”. Além de não se engendrar um sentido conceitual e praxiológico capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade, gera-se um mimetismo retórico. Para o autor, “*La ambivalencia del discurso de la sustentabilidad surge de la polisemia del término sustainability, que integra dos significados: uno, traducible como sustentable, que implica la internalización de las condiciones ecológicas de soporte del proceso económico; otro, que aduce a la durabilidad del proceso económico mismo. En este sentido, la sustentabilidad ecológica se constituye en una condición de la sostenibilidad del proceso económico*” (LEFF, 2002b, p.21). O discurso da *sostenibilidad* leva portanto a lutar por um crescimento *sostenible*, sem uma justificação rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (de *sustentabilidad*, equidade, justiça e democracia) deste processo. Em alguns casos, chega-se a ponto de, em nome de *sostenibilidad*, justificar-se até mesmo a manutenção da mesma racionalidade macroeconômica de produção e consumo de bens e serviços, apontados, pela crítica ambientalista e pelo diagnóstico científico, como aquela que deu forma aos atuais problemas de sustentabilidade do modelo de crescimento econômico. Para esse tipo de soluções *sostenibles* bastaria agregar como valor a esses “produtos” o que, até então, era ignorado ou não contabilizado como custos de produção. No discurso do desenvolvimento *sostenible* (sustentado), a fase atual do capital ecológico e da capitalização da natureza aparece como um novo estágio no qual o capital seria

nome de *sostenibilidad* na agricultura, agentes, instituições e indústrias agem pela manutenção da racionalidade econômica. Propalando um discurso de *sostenibilidad* a sala de imprensa de uma das maiores companhias globais de agroquímicos e tecnologia de transgenia divulga que:

(...) a Monsanto busca soluções que proporcionem aos agricultores melhor produtividade das lavouras, maior rentabilidade e alimentos mais saudáveis. Mas a empresa acredita que tão importante quanto isso é o investimento em práticas conservacionistas, que garantam a sustentabilidade dos recursos naturais e, portanto, da própria produção agrícola. E foi seguindo essas diretrizes que a Monsanto fez nascer, em 1970, um dos produtos mais vendidos no mundo: Roundup®. (...) Ao incentivar a adoção de práticas de agricultura sustentável, como o plantio direto, a rotação de culturas e o uso racional de agroquímicos, a Monsanto apóia e estimula a preservação do Cerrado (MONSANTO COMPANY, 2008).

Como dito acima, o capital clona identidades para assimilá-las a uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e de reprodução da racionalidade econômica. Desta forma a racionalidade econômica resiste à sua desconstrução e arma um simulacro no discurso do desenvolvimento sustentado. Hoje, em nome da preservação da biodiversidade, se homogeneízam os cultivos de exportação, a tecnologia intervém na vida manipulando gens, gerando a transgênese que, com seu orgulho produtivo, vence as resistências dos estados livres de transgênicos e as defesas da biossegurança. Em nome da sobrevivência se vai matando a vida. A produtividade agrônômica não garante a distribuição de alimentos nem a segurança alimentar, mas avança sepultando os sentidos do cultivo e os sabores da terra.

Para as tendências discordantes desta perspectiva tecnológica, representadas, sobretudo, pelas Organizações Não-Governamentais (ONG) e pelos movimentos ambientalistas, a única forma de se garantir a sustentabilidade da agricultura é por meio da promoção de “(...) transformações sociais, econômicas e ambientais em todo o sistema agroalimentar. A erradicação da fome e da miséria, a promoção de melhorias na qualidade de vida para centenas de milhões de habitantes, a democratização do uso da terra ou mesmo a consolidação de uma ética social mais igualitária” (EHLERS, 1996, p. 16).

Apesar do predomínio do padrão produtivista na agricultura, persistiram focos de resistência à adoção das inovações tecnológicas por meio de pesquisadores e grupos de produtores rurais que utilizavam práticas de cultivo que valorizavam a fertilização orgânica dos solos e o potencial biológico dos processos produtivos. Durante várias décadas, esses grupos defensores da chamada “agricultura alternativa”<sup>36</sup> ao convencional persistiram em alguns pontos da Europa, dos Estados Unidos e do Japão, sendo hostilizados tanto pela comunidade científica internacional como pelo setor produtivo agrícola, se mantendo a margem no cenário agrícola mundial (EHLERS, 1996).

De acordo com Brandenburg (2002), em sua origem a agricultura alternativa está associada a um pensamento filosófico, antroposófico ou esotérico como o caso de Steiner na Alemanha, de contestação política no caso da *Soil Association* na Inglaterra, ou de reação aos padrões industriais de produção e consumo de alimentos como a GABO na França. O movimento alternativo ou movimento agroecológico tem suas origens nesse momento, quando grupos de produtores e pesquisadores passaram a rejeitar as técnicas agrícolas que utilizavam fertilizantes e insumos químicos em geral. Preocupados com as conseqüências indesejáveis no processo produtivo da agricultura moderna eles começaram a valorizar e disseminar a utilização de matéria orgânica e práticas culturais benéficas aos processos biológicos nos sistemas produtivos. Esses grupos se transformaram em movimentos organizados dando origem às diferentes linhas de pensamento conhecidas como: agricultura biodinâmica, agricultura natural, agricultura biológica, agricultura orgânica, agricultura regenerativa, permacultura e agroecologia.

Os protagonistas e os princípios norteadores dessas várias formas de produção englobadas sob a denominação primeiramente de “agricultura alternativa” e posteriormente “agricultura ecológica”, ambas dividindo o mesmo significado, são apresentados na seguinte tabela:

TABELA 1: Principais correntes da agricultura ecológica, segundo princípios básicos e particularidades

---

<sup>36</sup> Paschoal afirma que o termo agricultura alternativa não expressa um novo modelo ou uma filosofia de agricultura, mas “tão somente uma terminologia útil para reunir todos os modelos que têm idênticos propósitos e técnicas semelhantes, que não se identificam com os intentos puramente econômicos, imediatistas e pouco científicos da agricultura químico-industrial” (PASCHOAL, 1995, p. 14).

MOVIMENTO OU CORRENTE	PRINCÍPIOS BÁSICOS	PARTICULARIDADES
Agricultura Biodinâmica (ABD)	É definida como uma “ciência espiritual”, ligada à antroposofia, em que a propriedade deve ser entendida como um organismo. Preconizam-se práticas que permitam a interação entre animais e vegetais; respeito ao calendário astrológico biodinâmico; utilização de preparados biodinâmicos, que visam reativar as forças vitais da natureza; além de outras medidas de proteção e conservação do meio ambiente.	Na prática, o que mais diferencia a ABD das outras correntes orgânicas é a utilização de alguns preparados biodinâmicos (compostos líquidos de alta diluição, elaborados a partir de substâncias minerais, vegetais e animais) aplicados no solo, planta e composto, baseados numa perspectiva energética e em conformidade com a disposição dos astros.
Agricultura Orgânica (AO)	Não tem ligação com nenhum movimento religioso. Baseada na melhoria da fertilidade do solo por um processo biológico natural, pelo uso da matéria orgânica, o que é essencial à saúde das plantas. Como as outras correntes essa proposta é totalmente contrária à utilização de adubos químicos solúveis. Os princípios são, basicamente, os mesmos da agricultura biológica. A legislação brasileira considera que todas as vertentes da agricultura ecológica são englobadas pelo conceito de agricultura orgânica, mas esta definição é bastante questionada.	Apresenta um conjunto de normas bem definidas para a produção e a comercialização, determinadas e aceitas internacionalmente e nacionalmente. Atualmente, o nome “agricultura orgânica” é utilizado em países de origem anglo-saxã, germânica e latina. Pode ser considerado como sinônimo de agricultura biológica e engloba as práticas agrícolas da agricultura biodinâmica e natural.
Agricultura Biológica (AB)	Não apresenta vinculação religiosa. No início o modelo era baseado em aspectos econômicos e sociopolíticos: autonomia do produtor e comercialização direta. A preocupação era a proteção ambiental, qualidade biológica do alimento e desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Os princípios da AB são baseados na saúde da planta, que está ligada à saúde dos solos. Ou seja, uma planta bem nutrida, além de ficar mais resistente a doenças e pragas, fornece ao homem um alimento de maior valor biológico.	Não considerava essencial a associação da agricultura com a pecuária. Recomendam o uso de matéria orgânica, porém esta pode vir de outras fontes, externas à propriedade, diferentemente do que preconizam os biodinâmicos. Segundo seus precursores, o mais importante era a integração entre as propriedades e com o conjunto das atividades socioeconômicas regionais. Esse termo é mais utilizado em países europeus de origem latina (França, Itália, Portugal e Espanha). Segundo as normas, uma propriedade “biodinâmica” ou “orgânica”, é também considerada como “biológica”.
Agricultura Natural (AN)	O modelo apresenta uma vinculação religiosa (Igreja Messiânica). O princípio fundamental é o de que as atividades agrícolas devem respeitar as leis da natureza. Por isso, na prática não é recomendado o revolvimento do solo, nem a utilização de composto orgânico com dejetos de animais.	Na prática, utilizam-se produtos especiais para preparação de compostos orgânicos, chamados de <i>microrganismos eficientes</i> (EM). Esses produtos são comercializados e possuem fórmula e patente detidas pelo fabricante. Esse modelo está dentro das normas da agricultura orgânica.
	Desenvolvido por Bill Mollison, na Austrália, a permacultura está ligada a um sistema de manejo permanente.	Permacultura é mais do que a preocupação com o campo, ela está nas cidades e ensina como, dentro



Permacultura (PC)	Apresenta uma visão holística da agricultura, buscando a integração entre a propriedade agrícola e o ecossistema, com um modelo de sucessão de cultivos. A idéia é criar agroecossistemas sustentáveis através da simulação de ecossistemas naturais, caminhando para a priorização de culturas perenes onde as árvores são fonte de amido e tecido. A permacultura é extremamente abrangente, utiliza todas as ferramentas que possam contribuir de alguma forma com um ambiente ecologicamente correto.	do ambiente urbano, pode-se viver em maior coerência com o meio-ambiente e transformar a sociedade como um todo em uma cultura permanente. Por isso é uma ciência de design ecológico cujo enfoque é a criação de sistemas eficientes, produtivos e auto-sustentáveis para comunidades humanas, que evoluem naturalmente em relacionamentos dinâmicos e renováveis com o ambiente ao seu redor.
Agricultura Regenerativa (AR)	Foi idealizada por Robert Rodale, sua proposta visa à regeneração e a manutenção não apenas das culturas, mas de todo o sistema de produção alimentar, incluindo as comunidades rurais e os consumidores. Agricultura Regenerativa consiste em promover a produção de alimentos saudáveis, a criação de ciclos fechados de geração de insumos a partir de resíduos e a aplicação no campo de práticas conservadoras da natureza e atividades de Educação Ambiental.	No Brasil a agricultura regenerativa foi adaptada por Ernst Götsch, no sul da Bahia. O método Ernst é baseado na incorporação de biomassa no solo, por meio de podas drásticas em árvores com intensivo controle da sucessão vegetal e a indução do rejuvenescimento e intenso crescimento e vigor que a poda induz ao sistema.
Agroecologia	O termo agroecologia surge na década de 1970 como campo de produção científica. Para Altieri (2002), ela surgiu como forma de estabelecer uma base teórica, para as experiências desenvolvidas pelos movimentos de agricultura ecológica, procurando entender o funcionamento dos agroecossistemas, preservando e ampliando sua biodiversidade, para produzir auto-regulação e sustentabilidade. Enquanto ciência ela se propõe multidisciplinar, preocupada com a aplicação direta de seus princípios na agricultura, na organização social e no estabelecimento de novas formas de relação entre sociedade e natureza. Alguns dos defensores da agroecologia afirmam que ela é transdisciplinar por incorporar a complexidade, a dúvida e a incerteza, além de validar também os saberes tradicionais e cotidianos. Enquanto ciência agroecológica ela abrigaria as discussões sobre agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agrofloresta, permacultura e outros temas.	A agroecologia enfoca a estrutura, o funcionamento e os processos que operam no agroecossistema, contextualizando-o como um supersistema, em que, além dos ambientes físico e biótico, os ambientes sociocultural e político são fatores determinantes. Em associações e movimentos como a Rede Ecovida de Agroecologia declara-se que os seguidores da agroecologia praticam uma “agricultura ecológica” fundamentada nos princípios agroecológicos. Porém existem afirmações, muitas vezes dos próprios agricultores, de que existe uma “agricultura agroecológica”. Atualmente não há consenso se a agroecologia é uma ciência ou mais uma vertente de agricultura ecológica.

Fonte: DAROLT (2000), ECOVIDA (2004) e ZONIN (2007).

Com o agravamento dos problemas ambientais, associados à pressão da opinião pública, manifestada, sobretudo, por meio da mídia e das ONGs, eclodiu a

discussão, em âmbito mundial, sobre novos parâmetros para se pensar o desenvolvimento e novas formas de se produzir no campo. Nesse contexto, se abriram novas perspectivas em termos de expansão das formas alternativas de agricultura que, com o fortalecimento da noção de desenvolvimento sustentável, passaram a ser agrupadas sob a denominação de “agricultura sustentável” (EHLERS, 1999).

Os grupos defensores e praticantes da agricultura alternativa que antes eram mais centrados na preservação dos recursos naturais e na qualidade dos alimentos e da vida humana, a partir das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, progressivamente passaram a incorporar e a ampliar suas preocupações em termos de sustentabilidade, enfatizando-se, por exemplo, a importância dos aspectos sociais e culturais.

Altieri (1998) afirma que apesar do conceito de agricultura sustentável ser controverso e quase sempre indefinido, ele é útil por reconhecer que a agricultura é afetada pela evolução dos sistemas socioeconômicos e naturais. De maneira geral, alguns pressupostos básicos têm sido apontados para que a agricultura possa ser qualificada de sustentável.

Entre as inúmeras definições de agricultura sustentável, as que tem sido referencial internacional são as da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do National Research Council (NRC, USA). A definição da agricultura sustentável da FAO está diretamente vinculada à definição de desenvolvimento sustentável gerada a partir do Informe Brundtland; o manejo dos recursos naturais deve atender as necessidades das gerações presentes e futuras, baseado em três princípios gerais: ser economicamente viável, socialmente justa e tecnicamente apropriada. O NRC propõe a mesma coisa com outras palavras, mas salienta que a agricultura sustentável não constitui um conjunto de práticas, mas sim um objetivo a alcançar: atender as demandas do crescimento populacional e desenvolvimento econômico, obter alimentos saudáveis e nutritivos para o bem humano e renda líquida que assegure um nível de vida aceitável para os agricultores.

De acordo Ehlert (1996) em 1993, Reunidas em Copenhague, ONGs de diferentes países do mundo definiram agricultura sustentável como:

Um modelo de organização social e econômica baseado em um desenvolvimento equitativo e participativo (...) A agricultura é sustentável

quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento científico holístico (EHLERS, 1996).

Já Altieri expressa-se da seguinte maneira na busca de uma definição:

As necessidades para se desenvolver uma agricultura sustentável não são apenas biológicas ou técnicas, mas também sociais, econômicas e políticas, ilustrando os fatores necessários para se criar uma sociedade sustentável. É inconcebível promover mudanças ecológicas no setor agrícola sem a defesa de mudanças comparáveis nas outras áreas correlacionadas da sociedade (ALTIERI, 1989).

De acordo com GIPS (1986 *apud* REINTJES *et al*, 1994), a agricultura seria sustentável quando fosse: *ecologicamente correta*: ao manter ou melhorar a qualidade dos recursos naturais, propiciando a vitalidade de todo o agroecossistema; *economicamente viável*: ao proporcionar auto-suficiência e geração de renda; *socialmente justa*: ao realizar uma distribuição justa dos recursos, incluindo o uso da terra e o acesso ao capital, e o direito à participação de todos na tomada de decisões; *humana*: pois inclui como pressuposto o respeito a todas as formas de vida; *adaptável*: no que diz respeito à capacidade de ajuste às mudanças no tempo e no espaço, envolvendo desde o desenvolvimento de tecnologias novas e apropriadas até inovações sociais e culturais.

Um aspecto importante do conceito de agricultura sustentável é a valorização das comunidades rurais em seus aspectos sociais, humanos e culturais. Sobre este último aspecto, quando se fala de agricultura sustentável não pode haver dúvida de que a diversidade cultural é tão imprescindível quanto a biodiversidade vegetal e animal. A agricultura, antes de ser uma atividade essencialmente econômica, é uma atividade também cultural, e mais do que de processos naturais, trata-se, fundamentalmente, de processos socioculturais, de uma construção humana. Portanto, agricultura sustentável não é apenas um modelo ou um pacote a ser simplesmente imposto, é mais um processo de aprendizagem.

Caporal e Costabeber (2004) optam pela terminologia “agricultura de base ecológica” com a intenção de distinguir os estilos de agricultura resultantes da aplicação dos princípios e conceitos da Agroecologia (estilos que, teoricamente, apresentam maiores graus de sustentabilidade no médio e longo prazos), tanto do modelo de agricultura convencional ou agroquímica, como também de estilos de

agricultura que estão surgindo a partir das orientações emanadas das correntes da “Intensificação Verde”, da “Revolução Verde Verde” ou “Dupla Revolução Verde”, cuja tendência, marcadamente ecotecnocrática, tem sido a incorporação parcial de elementos de caráter ambientalista ou conservacionista nas práticas agrícolas convencionais (*greening process*). Além disto, os autores pretendem marcar a distinção entre agriculturas de base ecológica, baseadas nos princípios da agroecologia, daqueles estilos de agricultura alternativa que, embora apresentando denominações que dão a conotação da aplicação de práticas, técnicas e/ou procedimentos que visam atender certos requisitos sociais ou ambientais, não necessariamente terão que lançar ou lançarão mão das orientações mais amplas emanadas do enfoque agroecológico. Logo, quando se fala de agricultura sustentável, se está falando de estilos de agricultura de base ecológica que atendam a requisitos de solidariedade entre as gerações atuais e destas para com as futuras gerações, o que alguns autores chamam de uma “ética da solidariedade”.<sup>37</sup>

De acordo com Caporal & Costabeber (2002) uma agricultura verdadeiramente ecológica não pode se restringir apenas à preocupação ambiental, sendo fundamental incorporar outras dimensões, como a social, a econômica, a cultural, a política e a ética. Segundo esses autores, enquanto a corrente Agroecológica defende uma agricultura ecológica que se justifique pelos seus méritos intrínsecos ao incorporar sempre a idéia de justiça social e proteção ambiental, independentemente do rótulo comercial do produto que gera ou do nicho de mercado que venha a conquistar, outras propõem uma “agricultura ecologizada”, que se orienta exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de um prêmio econômico que possa ser alcançado num determinado período histórico, o que não garante sua sustentabilidade no médio e longo prazos (CAPORAL & COSTABEBER, 2002, p.81).

É preciso ter clareza que a agricultura ecológica, agricultura orgânica, entre outras denominações existentes, conceitual e empiricamente, em geral, são o resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados dos pacotes convencionais, normalmente estabelecidas de acordo e em função de regulamentos e regras que orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de

---

<sup>37</sup> Embora se apresente aqui a posição importante de Caporal e Costabeber e a definição de “agricultura de base ecológica”, neste trabalho se manterá a noção de “agricultura ecológica” como o sinônimo de “agricultura de base ecológica”.

insumos e a liberdade para o uso de outros. Estas correntes da agricultura ecológica não necessariamente precisam estar seguindo as premissas básicas e os ensinamentos fundamentais da Agroecologia. Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” não necessariamente será uma agricultura ecológica em sentido mais amplo. É preciso ter presente que a simples substituição de agroquímicos por adubos orgânicos mal manejados pode não ser solução, podendo inclusive causar outro tipo de contaminação. Como bem assinala Nicolas Lampkin:

é provável que uma simples substituição de nitrogênio, fósforo e potássio de um adubo inorgânico por nitrogênio, fósforo e potássio de um adubo orgânico tenha o mesmo efeito adverso sobre a qualidade das plantas, a susceptibilidade às pragas e a contaminação ambiental. O uso inadequado dos materiais orgânicos, seja por excesso, por aplicação fora de época, ou por ambos motivos, provocará um curto-circuito ou mesmo limitará o desenvolvimento e o funcionamento dos ciclos naturais (LAMPKIN, 1998, p. 3 *apud* CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Ademais, é preciso considerar, também, que a prática da agricultura envolve um processo social, integrado a sistemas econômicos, e que qualquer enfoque baseado simplesmente na tecnologia ou na mudança da base técnica da agricultura pode implicar no surgimento de novas relações sociais, de novo tipo de relação dos humanos com o meio ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania. O antes mencionado serve como reforço à idéia segundo a qual os contextos de agricultura e desenvolvimento rural sustentáveis exigem um tratamento mais equitativo a todos os atores envolvidos – especialmente em termos das oportunidades a eles estendidas –, buscando-se uma melhoria crescente e equilibrada daqueles elementos ou aspectos que expressam os avanços positivos em cada uma das dimensões da sustentabilidade (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Como ressaltam Caporal e Costabeber (Caporal, 1998; Costabeber, 1998; Caporal e Costabeber, 2000a; 2000b; 2001), o processo de ecologização da agricultura não necessariamente seguirá uma trajetória linear, podendo seguir distintas vias, mais próximas ou alinhadas com a corrente *ecotecnocrática* (modelo da Revolução Verde Verde, da Dupla Revolução Verde ou da Intensificação Verde) ou com a corrente *ecossocial* (agriculturas ecológicas), havendo diferenças

fundamentais entre as premissas ou bases teóricas que sustentam cada uma dessas correntes. E são essas diferenças que marcam os espaços de ação e de articulação dos distintos atores sociais comprometidos com uma ou com outra perspectiva.

Buttel (1995) considera a agricultura ecológica um movimento que vem crescendo mais por “razões sociais”. Se a agricultura como um todo deve tornar-se verdadeiramente sustentável, todos os aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos precisam estar incluídos neste quadro. Isto significa transformar os sistemas globais de produção, processamento e distribuição de alimentos, os quais se estendem a quase todos os aspectos da sociedade humana e do ambiente construído.

Como os sistemas alimentares são mais abrangentes que a atividade agrícola, a sustentabilidade é a interação complexa de todas as dimensões: ecológica, técnica, social e econômica, de nossos sistemas alimentares que determinará se estes podem ser sustentáveis em longo prazo. Para Buttel (2001), o caminho é uma “transição agroecológica”: um processo gradual de mudanças sociais, ambientais, institucionais e estruturais em escala global. Muitos autores anunciam que a agroecologia se constrói como um novo paradigma produtivo, como uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável no campo. Para Leff, os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. “Estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e ação política” (LEFF, 2002a, p.37), os saberes agroecológicos se forjam na interface entre as cosmovisões, teorias e práticas. O autor acrescenta que a agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável e como uma ferramenta para a autosubsistência e a segurança alimentar das comunidades rurais.

Para Brandenburg (2002), a mudança socioambiental na agricultura ecológica, é uma práxis que tem como agente principal o agricultor familiar. Uma práxis que se apresenta fortemente alicerçada a uma matriz cognitiva que combina racionalidade e subjetividade, ou seja, uma sabedoria que não está constituída

apenas de uma racionalidade técnico-econômica. Por esta e outras características, Buttel (1985), Chayanov (1985), Lamarche (1993), Wanderley (1998), entre outros, afirmam que a agricultura familiar tem a habilidade potencial de poder combinar em uma só proposta os elementos centrais que produzem respostas à crise ecológica e à crise social. Isto habilita a Carmo (1998) apontar a agricultura familiar como *locus* ideal para o desenvolvimento da agricultura ecológica.

Vale lembrar que é no âmbito da agricultura familiar que se situa grande parte da produção alimentar para o mercado interno brasileiro, sendo que muitos dos agricultores pertencentes a essa categoria social sequer se incorporaram à modernização agrícola conservadora. Segundo Carmo (1998), um novo padrão de desenvolvimento definido pela auto-sustentabilidade potencializa a participação da agricultura familiar na oferta agrícola, embora no Brasil não seja um segmento homogêneo.

A agroecologia deve ser analisada principalmente como um projeto político em direção a um desenvolvimento rural sustentável, em que as questões tecnológicas para minimização de impactos ambientais ocupam somente uma parte no cenário em discussão. Por essa razão, são necessárias diferentes articulações entre os agentes sociais envolvidos no processo, a fim de se conduzirem e consolidarem políticas públicas capazes de assegurar soluções. Nesse aspecto, Carmo (1998) destaca a importância das formas associativas, uma vez que elas ampliam os campos de luta e legitimação, tanto em direção à “agricultura sustentável” como à consolidação da agricultura familiar. Nesse sentido, Sevilla Guzmán afirma que:

*la sustentabilidad agroecológica es construida socialmente por todas las fuerzas sociales implicadas en los procesos productivos mediante formulas participativas (Funtowic & Raveltz, 1994). Es ésta, para la Agroecología la única forma perdurable de solventar los problemas ecológicos y sociales: lo que en la mayoría de los casos habría de cristalizar en formas participativas de acción social colectiva. (...) En gran medida, la búsqueda de la equidad en la Agroecología proviene, básicamente de la aportación de los movimientos sociales (GUZMÁN et al, 2005, p.338).*<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> “A sustentabilidade agroecológica é construída socialmente por todas as forças sociais envolvidas nos processos produtivos mediante formulas participativas (Funtowic & Raveltz, 1994). Ou seja, para a agroecologia a única forma duradoura de resolver os problemas ecológicos e sociais: o que na maioria dos casos haveriam de cristalizar em formas participativas de ação social coletiva. (...) Em grande medida, a busca da equidade na Agroecologia vem, basicamente da contribuição dos movimentos sociais”, traduzido por Douglas Ochiai Padilha.

Os movimentos sociais em defesa da sustentabilidade na agricultura, como o movimento agroecológico, cumprem um importante papel tanto na ecologização da agricultura como nos debates políticos envolvendo o desenvolvimento rural. Hoje, afirma Schmidt (2002, p. 106), a agricultura ecológica se tornou modelo para a política agrária, e alcança assim, o reconhecimento que lhe foi negado por muito tempo. Não é apenas outra técnica de produção, mas a busca de independência em relação às empresas e autonomia no mercado. A agricultura ecológica apresenta-se como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento atual, representando uma opção de sobrevivência para o agricultor familiar e, significa a reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem no modo de vida camponês, que pavimentou o caminho de uma nova ruralidade.

#### **4.0 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL/PR E A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA RACIONALIDADE PRODUTIVA**

##### **4.1 ORÍGEN DA AGRICULTURA ECOLÓGICA EM RIO BRANCO DO SUL**

No final dos anos de 1960 e nos anos 70, em várias partes do mundo, agentes e grupos sociais contestaram, em diferentes níveis, o padrão de desenvolvimento agrícola e rural implementado a partir dos ideários da Revolução Verde. Apoiados em diferentes correntes de agricultura ecológica que já vinham se desenvolvendo desde a década de 1920, se formaram movimentos socialmente organizados contrários à política de modernização agrícola. Muitas destas vias alternativas estavam associadas à preservação da saúde<sup>39</sup>, ou a um estilo de vida

---

<sup>39</sup> As ONGs ambientalistas e a imprensa são as primeiras a denunciar a presença de resíduos químicos nos alimentos, a poluição dos rios e os riscos de mutação da fauna piscícola, a intoxicação de agricultores(as) e trabalhadores rurais. Nas denúncias relativas às seqüelas à saúde da população, em principal sobre os que trabalham na agricultura, predomina a intoxicação por uso intenso de agroquímicos, causando inúmeros tipos de cânceres, abortos, suicídios, problemas neurológicos e psicológicos, nos adultos e nas crianças. As seqüelas sobre a população que consome os produtos da agricultura de base química associam-se principalmente ao aumento crescente dos tipos de câncer, atingindo cada vez mais a população mais jovem, e ao aumento nos tipos e intensidade de alergias. Há também estudos que mencionam seqüelas relacionadas às condições reprodutivas tanto dos homens como das mulheres (FALK *et alli.*, 1996; AZEVEDO, 2003).



anticonsumista, e se caracterizaram como movimentos de reação e de contestação ao domínio técnico industrial e de crítica à agricultura de insumos químicos.

A agricultura alternativa enquanto movimento social, atualmente denominado movimento agroecológico, é interpretada a partir das teorias sobre os “novos movimentos sociais”; novos porque diferem dos movimentos sociais tradicionais centrados em preocupações econômicas, seguindo o paradigma marxista, como o movimento operário. Os “novos movimentos sociais”<sup>40</sup> surgiram como uma perspectiva europeia que se reporta aos potenciais estruturais de conflito. Procuram ir além das leituras deterministas do marxismo, da dinâmica das relações de classe (burguesia e proletariado) e do desenvolvimento das forças produtivas.

Os novos movimentos sociais – feminista, ambientalista, negro, gay, pacifista – salientaram a multiplicidade de orientação e de forças conflitivas inerentes a esse tipo de atores sociais. Ou seja, assumem seu caráter de sujeitos não homogêneos, com um tipo de ação que não necessariamente se orienta estrategicamente e que estão sintonizados com os conflitos fundamentais da sociedade moderna. Porém, tais movimentos colocam-se de forma inovadora na medida em que trazem críticas fundamentais à ordem social e à democracia representativa, apontando modos de participação diferenciados, não burocráticos e autônomos. Neste sentido é que os novos movimentos sociais podem ser entendidos como uma resposta à penetração do mercado e do Estado na vida social e, até mesmo, como “forças centrais” na produção da sociedade.

Scherer-Warren (1989) destaca que estes “novos movimentos sociais” assumem formas de organização e de encaminhamento de suas lutas com nova formação, que são características. As diferenças quanto à forma de organização

---

<sup>40</sup> Autores como Alain Touraine, Claus Offe, Alberto Melucci, Jürgen Habermas e Manuel Castells adotam a noção de “novos movimentos sociais”. Para Touraine (1981, 1996), os movimentos sociais se inscrevem na sociedade que é campo cultural marcado pelo conflito entre aqueles que se apropriam da historicidade contra aqueles que se submetem à sua dominação e lutam por uma reapropriação coletiva desta historicidade, da produção da sociedade por ela mesma, onde historicidade corresponde ao conjunto de orientações culturais produzidas pelos humanos. Os movimentos sociais se opõem à ordem estabelecida em nome de uma nova historicidade e pela libertação, constituindo a produção histórica do social. Touraine afirma que no século XIX a consciência e as lutas sociais expressavam as contradições de uma sociedade dilacerada pelos conflitos no campo das relações de produção, hoje é no campo da cultura que se formam as principais contestações onde os novos projetos são de “uma sociedade que se responsabiliza por si mesma”. O autor acrescenta ainda, que “(...) não há lutas sociais sem liberdade, não há liberdade sem lutas. Se a autogestão é a ideologia dos novos movimentos sociais, é porque ela designa uma vontade de defesa coletiva contra a dominação dos aparelhos” (TOURAINÉ, 1981). O surgimento de novos movimentos sociais, na busca por novas formas de viver, invoca a participação democrática e livre das bases, sem a dependência de um partido de vanguarda, mas na procura pela autogestão da coletividade.

residem no fato de que os “antigos movimentos sociais” adotavam “sobretudo formas clientelísticas e paternalistas de fazer política; em certas ocasiões utilizavam o instrumento de democracia representativa e não excluía, em outras, o recurso à violência física”; enquanto as novas formas de organização no campo “valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível opõe-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física” (SCHERERWARREN, 1989, p. 43). Quanto a forma de encaminhamento das lutas, segundo a autora, os novos movimentos inovam, principalmente, na busca pela democratização dos espaços públicos e pela ampliação dos espaços de cidadania.

Sobre a especificidade dos novos movimentos sociais do meio rural, Enrique Leff reconhece que:

as novas lutas sociais no campo – que podem ser definidas como ambientalistas, no sentido em que articulam demandas tradicionais com um processo emergente de legitimação de seus direitos à autogestão dos recursos produtivos e à transformação do sistema político e econômico dominante (a luta pela transição para uma *democracia na produção*) –, afastam-se do conservacionismo ecologista e dos projetos individuais de automarginalização da ordem social dominante (as comunas ecológicas). Tampouco se inserem nos “comportamentos sociais desviantes” pelo simples repúdio do modo de produção, por sua ruptura com a ordem política ou sua exclusão cultural, sem questionar e sem entrar em conflito com a ordem estabelecida (LEFF, 2000a, p.340).

Para o autor os novos movimentos sociais do meio rural desafiam a hegemonia das forças políticas e econômicas, dos processos de decisão e governabilidade. Neste sentido, são lutas pela produção e pela Democracia, que trazem em si o germe da construção de uma “*nova racionalidade social produtiva*”. Embora estes movimentos estejam fora dos esquemas de mudança do sistema político e das lutas reivindicativas de classes (no sentido marxista tradicional), estabelecem novas solidariedades, alianças e efeitos simbólicos, que estão abrindo caminhos para a construção de uma nova racionalidade produtiva (LEFF, 2000a).

José G. Vargas-Hernández, no livro *Our common future. 20 years after* (2007), não explicita os diversos movimentos sociais do meio rural e suas lutas mas acaba focando na unidade dos esforços pelo desenvolvimento sustentável na agricultura. Para o autor, por todo o globo emergem movimentos agroecológicos a exemplo do México onde este é abastecido pelo reconhecimento do alto custo ecológico da agricultura industrial, por isso:

*Agroecology is a global movement. (...) Agroecology, as a social movement, seeks to rescue of traditional practices, to protect biological and cultural diversity and bring together First World and Third World forms of environmentalism. (...) The agroecology movement is a component of sustainable development that incorporates ideas about a more environmentally and socially sensitive approach to agriculture, one that focuses not only on production, but also on the ecological sustainability of productive system (VARGAS-HERNÁNDEZ, 2007, p. 32-42)<sup>41</sup>*

Autores como Jalcione Almeida não reconhecem a existência de um movimento agroecológico no Brasil, ele afirma que “a agroecologia é a expressão de iniciativas de grupos ou agentes sociais mais ou menos isolados, com resultados técnicos e sociais em diferentes amplitudes, agentes que *poderão vir a integrar um movimento social, mas que atualmente não constituem e não representam um movimento social.*” (ALMEIDA, 2002, p.36). Divergindo de Almeida (2002), Brandenburg sustenta que, “enquanto um movimento socialmente organizado, a agricultura alternativa tem sua origem na década de 70. Surge como um contramovimento, uma via alternativa à política de modernização agrícola. (...) O movimento agroecológico é um contramovimento ao domínio da lógica industrial de produção.” (BRANDENBURG, 2002, p.12-13).

Ao longo dos anos 80 são inúmeras as denúncias feitas pelos movimentos sociais, grande parte delas apontando o uso intensivo de agrotóxicos, práticas agrícolas danosas ao solo e às águas superficiais e subterrâneas, o desmatamento e queimada de vastas áreas em vários ecossistemas brasileiros. Tais movimentos trazem entre suas bandeiras a luta por uma agricultura nova, socialmente justa e ambientalmente sustentável, para usar expressões mais recentes.

O conjunto das críticas não se restringia às questões relativas ao sistema de produção, às relações sociais de produção e às questões ambientais. Também acompanhava o debate a distinção de formas diferenciadas de comercialização da produção, enfatizando o estreitamento nas relações entre o agricultor/produtor e o consumidor urbano. Era a busca pela construção social de um outro tipo de mercado, onde predominassem as relações do tipo face a face, rompendo a lógica

---

<sup>41</sup> A agroecologia é um movimento global. (...) A agroecologia, como um movimento social, busca resgatar práticas tradicionais, proteger a diversidade biológica e cultural e reunir formas de ambientalismo do Primeiro Mundo e do Terceiro Mundo. (...) O movimento agroecológico é um componente do desenvolvimento sustentável que incorpora idéias sobre uma aproximação ambientalmente e socialmente mais sensível para a agricultura, um vez que não focaliza somente na produção, mas também na sustentabilidade ecológica de sistema produtivo.

do atual mercado de produtos agroalimentares, baseada em relações anônimas e impessoais (IPARDES, 2007).

No Brasil os agricultores(as) praticantes de uma agricultura alternativa foram motivados por agentes pastorais da Igreja e por técnicos de entidades não-governamentais, principalmente, a se organizarem em associações, visando construir um espaço de discussão sobre as condições de sua existência e formas de enfrentamento dos problemas relativos à produção e comercialização. O surgimento de associações entorno da agricultura alternativa ocorre em diversas regiões do Brasil a ponto de se formar um movimento que se articula nacionalmente<sup>42</sup> e busca construir uma via alternativa à modernização conservadora da agricultura (BRANDENBURG, 2002).

Do ponto de vista técnico, além da inspiração nos modelos europeus de formas alternativas de organização da produção, as organizações e os(as) agricultores(as) alternativos(as) do Brasil resgatavam práticas tradicionais já conhecidas dos(as) agricultores(as), visando compor um conjunto de estratégias que permitissem a reprodução social dos(as) agricultores(as) no campo. Nesse sentido, “a agricultura alternativa representa uma opção de sobrevivência para o agricultor familiar e significa a reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa” (BRANDENBURG, 2002, p. 12). Para Sevilla (2000 *apud* LEFF, 2002a, p.39), esta fusão entre “empíria camponesa” e “teoria agroecológica” permite o estabelecimento de um desenvolvimento alternativo, um desenvolvimento rural sustentável.

Caporal (2003) destaca que em princípio o movimento pela agricultura alternativa, muitas vezes liderado por agrônomos, pede a adoção, pelos legislativos municipais, estaduais e federal, de “leis dos agrotóxicos” limitando o uso desses produtos. Eles consideram que a utilização massiva de agrotóxicos testemunha as conivências implícitas entre as indústrias agroquímicas e o Ministério da Agricultura. O uso crescente de pesticidas estaria diretamente relacionado ao crédito rural subsidiado e aos projetos de financiamento elaborados no seu quadro. Os responsáveis locais dos bancos favoreceriam a compra desses produtos, enquanto

---

<sup>42</sup> Em 1983 ocorre em Campinas/SP um encontro onde participaram mais de 100 lideranças nacionais entre técnicos e agricultores(as) representantes de diversos brasileiros. Neste encontro foram formuladas as bases para a organização de uma rede nacional de fomento às tecnologias alternativas. Surge naquele momento o Projeto Tecnologias Alternativas que articulou os estados do Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (WEID, 1985, 1988 *apud* BRANDENBURG, 2002, p.17).

as instituições públicas de extensão rural e assistência técnica e os serviços de venda das indústrias químicas estimulariam a monocultura, em detrimento da diversificação de culturas.

O caráter excludente das políticas brasileiras de modernização agrícola acaba provocando a reação de grupos de agricultores(as) não contemplados pelos benefícios de subsídios governamentais. De acordo com Brandenburg, “Os grupos alternativos serão formados por agricultores familiares em vias de exclusão, ou excluídos diretamente da assistência dos serviços oficiais. Sem assistência dos serviços oficiais, esses agricultores serão agentes de ação de órgãos ligados à ala progressista da Igreja Católica ou Protestante.” (2002, p.12). Motivados por organizações politicamente engajadas<sup>43</sup> esses grupos de agricultores alternativos são críticos à modernização da agricultura, visam à construção de uma sociedade democrática e adotam a perspectiva de transformação social. Por isso, a agricultura alternativa é, de acordo com o autor, um “contramovimento” ao processo de industrialização da produção agrícola.

No Paraná as associações de pequenos agricultores(as), ONGs e agentes institucionais ligados ao Estado foram muito ativos neste momento de origem da agricultura alternativa – desde os anos 70, se têm questionado a modalidade de ocupação do campo realizada na esteira da Revolução Verde. À época, diferentes atores sociais<sup>44</sup> - pesquisadores em universidades, parcelas de órgãos de governo, organizações civis como cooperativas de técnicos e institutos especializados – se envolveram em questões a respeito dos aspectos relativos às tecnologias de produção, aos impactos ambientais e aos efeitos sociais a elas associados. Estes diferentes atores buscaram articularem-se em torno de propostas e ações que apontassem para a superação das limitações e problemas gerados pela agricultura convencional, construindo alternativas para a viabilização de uma agricultura mais ecológica.

Embora algumas vezes tenha sido o Estado – através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB), Empresa de Assistência Técnica e

---

<sup>43</sup> As organizações que desenvolveram um trabalho junto aos agricultores(as) são ligadas à ala progressista da igreja católica e protestante, chamadas de Comissões Pastorais da Terra. Em alguns casos foram criados órgãos específicos com esta finalidade, como o caso da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessoar) no oeste do Paraná e da Associação de Hortigranjeiros do município do Turvo no centro-oeste do Paraná (BRANDENBURG, 2002, p.12).

<sup>44</sup> Para Touraine (1996), o ator social é aquele que modifica o meio ambiente natural e social no qual está inserido, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais.

Extensão Rural (EMATER-PR) e Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) – que tomou a dianteira no incentivo à agricultura alternativa com algumas ações em programas e projetos, são as ONGs com atuação no meio rural que sempre estiveram mais próximas aos movimentos sociais dos agricultores(as) familiares e ao desenvolvimento da agricultura alternativa. Desde os anos 80 e mais intensamente a partir dos anos 90, as ONGs atuaram em várias regiões do estado, com trabalhos voltados para a valorização das experiências e conhecimentos dos agricultores(as), a geração de tecnologias adaptadas à realidade da agricultura familiar, o resgate dos recursos genéticos (sementes e raças crioulas), a realização de pesquisa e estudos, a assistência técnica e assessoria aos produtores nas diferentes etapas da cadeia produtiva, o estímulo ao associativismo e cooperativismo, a educação popular com ênfase para as questões ambientais e de gênero. Nesta perspectiva atuaram: a Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas (AS-PTA), a Fundação para o Desenvolvimento Econômico e Rural da Região Centro-Oeste (RURECO), a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), o Centro de Apoio ao Pequeno Produtor (CAPA), o Instituto Agroflorestal Bernard Hakvoort (IAF), o Instituto Verde Vida de Desenvolvimento Rural (IVV), entre outras.<sup>45</sup>

Como em outros lugares do Brasil, no Paraná os movimentos dos agricultores(as) familiares em luta contra o modelo excludente da modernização conservadora da agricultura foram motivados por agentes pastorais da Igreja

---

<sup>45</sup> A AS-PTA foi criada em 1983 como um projeto anexo à ONG FASE, o Projeto Tecnologias Alternativas. A AS-PTA surge como resultado da parceria entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT), movimentos sociais de expressão regional no campo e um grupo de técnicos visando a equacionar meios para enfrentar os desafios de recompor as estruturas organizativas dos movimentos sociais do campo e, ao mesmo tempo, promover ações visando ao fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar de forma assegurar melhores condições de permanência e resistência na terra. Fundada em 1986, a Fundação RURECO é uma ONG que tem como principal objetivo apoiar e articular regionalmente as ações dos pequenos agricultores(as) nas áreas de produção, beneficiamento, comercialização e associativismo. Suas ações se orientam pelos princípios da agroecologia, estimulando a organização e capacitação dos agricultores(as) familiares. A ASSESSOAR foi criada em 1966 por 33 jovens agricultores(as), com o apoio de padres belgas e profissionais liberais de Francisco Beltrão. É uma associação formada e dirigida por agricultores(as) familiares. O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) é uma ONG, criada em 1978, que busca contribuir de forma decisiva para a prática social e de serviço junto a agricultores(as) familiares e outros públicos ligados à área rural. A luta é pela afirmação da agricultura familiar como parte de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. O CAPA é um dos programas apoiados pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD). O apoio financeiro do CAPA vem do Serviço Evangélico de Desenvolvimento (*Evangelischer Entwicklungsdienst* – EED), com sede em Bonn (Alemanha). O IAF é uma ONG, fundada em 1995, por agricultores(as), técnicos, professores e líderes comunitários, preocupados com a acelerada descaracterização e degradação da Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária) no município de Turvo e da região Centro-Sul do Estado do Paraná. O IAF é financiada principalmente pela ONG internacional *The Nature Conservancy* (TNC) do Brasil.

Católica e Protestante (como nas Pastorais da Terra) e por técnicos de entidades não-governamentais (a exemplo da AOPA e CAPA). Muitas das atividades desenvolvidas por essas organizações foram mantidas através de cooperação internacional, com instituições (como a *Vereniging voor Technische Samenwerking* ou o *Evangelischer Entwicklungsdienst* - Serviço Evangélico de Desenvolvimento) que financiam projetos de desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento.

As experiências com agricultura ecológica em Rio Branco do Sul/PR, seguem em parte esta tendência. Iniciada na década de 1990, a agricultura ecológica praticada pelos agricultores(as) familiares locais<sup>46</sup> se deu num processo de conversão<sup>47</sup> que contou com o envolvimento de diversos atores – Associação dos Produtores Rurais de Rio Branco do Sul e Itaperuçu (RIOSUL), Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Itaperuçu (SINTRAF) e a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL) – engajados na busca de outros paradigmas societários, que incluem formas produtivas não agressivas ao meio ambiente e maior equidade social na agricultura.

Na década de 1980 a ação de padres da Igreja Católica estimulou no município de Rio Branco do Sul a organização de comunidades de base. Em paralelo a esta iniciativa, o governo do Estado do Paraná incentivou a criação de associações visando à melhoria das condições de produção e comercialização do feijão, surgindo nesse contexto a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Rio Branco do Sul (Associação RIOSUL), sob supervisão da EMATER/PR e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR). Ainda na década de 80, especificamente no período em que Claus Germer era Secretário da

---

<sup>46</sup> Conforme dados do IPARDES (2007), Rio Branco do Sul apresenta um total de 5.929 domicílios urbanos, com uma população de 20.049, e 3.347 domicílios rurais, com uma população de 9.292 mil habitantes. A estrutura fundiária de Rio Branco do Sul é caracterizada por pequenas propriedades pois 48,35% têm áreas inferiores a 10 ha. Segundo os dados do INCRA em 1999 haviam no município 1.429 imóveis, no entanto, a produção agrícola não é vista como importante na formação do PIB municipal pois contribuiu em 1999 com 0,56% e em 2007 com 0,80%. O setor industrial contribuiu com 93,22% do PIB em 1999 no valor de R\$ 285.684.159,00, fato que muitas vezes acabou direcionando a atenção dos administradores do município para as necessidades das indústrias mineradoras.

<sup>47</sup> Conversão é o nome dado à mudança de processo de manejo do solo e de animais e se inicia pela suspensão total do uso de insumos sintéticos e sua substituição por insumos naturais e biodegradáveis renováveis pelo período necessário à “desintoxicação” da área. Enquanto a terra e os animais apresentarem vestígios de agroquímicos ou fertilizantes sintéticos, a produção não pode ser considerada orgânica ou de base ecológica (ORMOND, 2002).

Agricultura do Paraná (1982-1984), foram criadas 22 associações de pequenos produtores rurais na RMC.

A Associação RIOSUL existe desde 1982, mas “no início da Associação RIOSUL, os grandes agricultores e comerciantes se apropriaram de suas estruturas (veículos, armazéns, máquinas, etc.) e passaram a utilizá-las para uso próprio.” (PERACI, 2002, p. 7). Somente em 1992 alguns agricultores(as) familiares, estimulados pela Igreja Católica, disputaram e ganharam a direção da Associação RIOSUL. Observa-se que em Rio Branco do Sul, assim como em outros lugares do Brasil, os agricultores(as) familiares foram motivados por agentes pastorais da Igreja a se organizarem em associações, visando construir um espaço de discussão sobre as condições de sua existência e formas de enfrentamento dos problemas relativos à produção e comercialização.

Sob a direção destes agricultores(as) familiares, imbuídos com os ares renovados pela ECO-92, a Associação RIOSUL, juntamente com a UFPR e a Fundação Fé & Alegria<sup>48</sup>, apresentou um projeto à Fundação Kellogg em 1993, intitulado “Alternativas econômicas para a diversificação do balanço alimentar das comunidades rurais de Rio Branco do Sul” com o objetivo de melhorar, através de assessoria, formação e capacitação organizativa, a qualidade nutricional dos agricultores(as) familiares da região. A proposta também expressava um novo objetivo da Associação RIOSUL:

Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região do Vale do Ribeira, melhorando a qualidade de vida das pessoas e reduzindo os níveis de pobreza, por meio da organização, formação,

---

<sup>48</sup> A Fundação Fé e Alegria do Brasil foi criada em 1981, filiada à Federação Internacional Fé e Alegria. De acordo com a própria Fundação, a Fé e Alegria é um Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social cuja ação, impulsionada pela fé cristã, se dirige de forma co-participativa aos setores empobrecidos, principalmente crianças e jovens, privilegiando os grupos discriminados por razões étnicas, culturais, de gênero ou por necessidades especiais. É um **movimento** porque agrupa leigos e religiosos em atitude de crescimento e busca constante da autocrítica, de forma que seu trabalho e estruturas respondam de um modo dinâmico às exigências e desafios que as necessidades humanas e as demandas sociais nos apresentam. É de **educação** porque busca a formação de homens e mulheres conscientes de suas potencialidades e da realidade que os rodeia, abertos à transcendência, solidários, conscientes, líderes e comprometidos. É **popular** porque opta pelos menos favorecidos e assume a educação como proposta pedagógica e política de transformação junto com as comunidades, para formar cidadãos democráticos capazes de construir qualidade de vida, agentes de mudanças e protagonistas de seu próprio desenvolvimento. É **integral** porque entende a educação em seu sentido mais amplo, integrando o indivíduo em todas as suas dimensões, possibilidades, capacidades e necessidades. E é de **promoção social** porque frente a situações de injustiça se compromete na busca de caminhos para sua superação e construção de uma sociedade justa, fraterna, democrática, participativa e humanizadora (FÉ Y ALEGRIA, 2008).



articulação, comercialização e divulgação, que envolva agricultores, populações urbanas e consumidores, buscando um desenvolvimento social, econômico e político mais justo (PERACI, 2002, p. 8).

Com a ECO-92, em diversas regiões do Brasil a agricultura alternativa foi fomentada por associações, ONGs e entidades públicas de assistência técnica como a EMATER, sob a rubrica de agricultura sustentável. É também na década de 1990 que pouco a pouco a noção-chave de “tecnologia alternativa”, muito em voga até final dos anos 1980, foi sendo substituída pela noção de agroecologia. Brandenburg (2002) identifica que neste momento o movimento agroecológico experimenta uma fase de expansão, superando um período de reprodução em nichos alternativos ou espaços sociais restritos a determinadas visões de mundo. Com a explicitação da crise e da insustentabilidade da agricultura industrial, gradualmente algumas instituições governamentais e internacionais passaram a veicular a agricultura sustentável. Se antes “a agricultura alternativa era vista, nestas instituições, como marginal e sem futuro e os seus defensores, como dogmáticos ou charlatões, com os quais seria impossível realizar uma discussão racional” (SCHMIDT, 2001,p.64), a partir dos anos 90, com o fortalecimento da proposta de um desenvolvimento sustentável e a mudança na postura do consumidor (que passa a se preocupar mais com a saúde e com a qualidade de vida em geral) não há outro caminho para as instituições se não o discurso de sustentabilidade.

Nesse contexto, a partir de 1993, o Brasil passou a ser pressionado internacionalmente para criar uma normatização que possibilitasse regular o mercado de produtos da agricultura alternativa (chamados produtos orgânicos), como pré-requisito para a exportação, a exemplo do que ocorria na Europa – visto que em 1991 entrava em vigor, após 14 anos de discussões, a lei EC 2092/91, primeira regulamentação técnica sobre produção orgânica reconhecida em todos os países membros da União Européia.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> No Brasil, antes mesmo de outros países da América Latina, a pressão pelo estabelecimento de normas oficiais para a certificação orgânica por parte de instituições que visavam o mercado exportador encontrou resistência de grupos e organizações. As preocupações eram relativas a exclusão de agricultores(as) familiares dos mercados e a dedicação ao fortalecimento de relações mais próximas entre produtores e consumidores. Essa posição foi marcada em 1992, durante a 9ª Conferência da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam), em São Paulo. Na concepção dos movimentos agroecológicos brasileiros, a escolha pela adoção de um critério único de avaliação da conformidade orgânica (a certificação), análogo ao sistema empregado na União Européia, seria inadequada aos agricultores(as) familiares brasileiros (KARAM *et alii*, 2006).

A proposta da Associação RIOSUL de “promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região do Vale do Ribeira” demonstrava estar alinhada aos ideais de sustentabilidade difundidos na ECO-92 e com a valorização da categoria agricultura familiar na RMC. O projeto “Alternativas econômicas...” desenvolvido pela Associação RIOSUL envolveu mais de 500 famílias em um processo de capacitação e formação que influenciou profundamente a organização e a mobilização na vida de 12 comunidades do município. De acordo com Solak (1998 *apud* RUSZCZYK, 2007, p.132), foi esta mobilização e organização que gestou o SINTRAF em Itaperuçu e a formação da CRESOL de Itaperuçu.

O agricultor Adyr Antônio Fioreze participou intensamente deste projeto e relata sua experiência:

Eu comecei a participar da Associação Rio Sul, associação de produtores de Rio Branco do Sul, na época não existia o município de Itaperuçu, isso foi em... 89, 90, e aí, 92, 93 surgiu, foi fundado o município de Itaperuçu, emendado em Rio Branco. Um pessoal de lá tava junto na associação e daí nós continuamos junto. Nós trabalhamos um projeto com a associação que foi bem interessante também, e eu acho que esse projeto ajudou bastante inclusive no fortalecimento dos grupos de produtores orgânicos. E aí, na época, esse projeto ele era voltado pra autogestão, então eu acabei aprendendo muito com o projeto. No início era participante como agricultor dentro, formamos um conselho do projeto pra fazer um acompanhamento mensal no projeto, e tinha os coordenadores, coordenadores da área mais política do projeto, que trabalhava toda essa questão da autogestão e tinha mais uma coordenadora nessa área de saúde alternativa. Foi aí que eu fiz esse curso de bioenergia<sup>50</sup> depois quando eu tava no... Mas bom, passado

---

<sup>50</sup> Celia Fioreze (comunidade Campina dos Pinto), esposa de Adyr Fioreze, informou que em agosto de 1997 foi realizada a primeira fase do curso básico da Associação Brasileira de Saúde do Povo (ABRASP) com um total de 16 horas, na escola Medianeira, coordenada pelo padre Renato Roque Barth. Este curso tratou sobre a Bioenergética, o tratamento natural com ervas medicinais. Estavam presentes 14 pessoas das comunidades servidas pelo projecto, destes, quatro se envolveram na segunda fase. Adyr Fioreze, que também foi um candidato a vereador na cidade de Rio Branco do Sul, assinalou que o curso de saúde alternativa (método de bioenergia) foi o momento mais importante pra ele nos últimos dez anos. Junto com sua esposa orienta as famílias da região sobre a utilização, o processamento e as funções das plantas medicinais. Ele também disse que participa ativamente na vida política da comunidade (PERACI, 2002). Adyr Fioreze esclarece sobre os conhecimentos e técnicas em bioenergia: “Eu fiz um curso sobre ervas naturais. É um curso chamado Bioenergético, não sei se vocês já ouviram falar? Aí eu fiz esse curso faz sei lá, uns sete, oito anos. Acabei atendendo bastante gente, até hoje, mas to começando a desenvolver uma técnica, eu pensei que se dá certo nas pessoas tem que dá certo nas plantas. E aí a gente acaba trocando idéia com outras pessoas, de outros lugares e aí a gente vê que a coisa dá certo mesmo. (...) Eu tenho feito bastante teste também com chá pra passar nas plantas. Fazer chá com várias ervas e também tem dado um resultado muito bom. Não faz efeito só pras pessoas, faz bem pras plantas também. (...) É só a gente parar pra pensar. Tem lógica né! Então nós tamo trocando idéia com o pessoal próximo lá de União da Vitória. E ele também trabalhava com chá. Ele passou na parreira e mostrou resultado. Nós temos aqui o problema da pérola que pega a parreira e é uma praga, não tem químico que trate. E aí passando o chá curou as parreiras, veja só! Eu já passava nas plantas aqui e dá muito certo no alho e no moranguinho. (...) Bom, eu faço uma checagem nas plantas pela bioenergia. Trabalho com as energias como se tivesse trabalhando com um... bem é um ser vivo né, então... Eu usei assa-

um tempo eu também entrei na coordenação do projeto, fiquei 6 meses, foi muito interessante, aprendi bastante no projeto. Inclusive tinha participação do pessoal da Universidade Federal também ali, que participava conosco, ajudava (ADYR FIOREZE, 2007).

O projeto chamado “Alternativas econômicas...” demandou intensos debates, envolvendo não somente as comunidades locais mas também a UFPR e órgãos do governo do Estado e do município. A implementação do projeto previa três áreas específicas que passaram por um processo de avaliação da direção, dos parceiros e em discussão nos fóruns com as comunidades. No relatório de trabalho da Associação RIOSUL (1996) constam as três áreas específicas e os temas relativos a cada área, as quais foram sintetizadas na tabela 2:

TABELA 2 – Resumo das ações e programas da Associação RIOSUL

PROGRAMA DE AGRICULTURA	PROGRAMA DE SAÚDE	POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>- apicultura</li> <li>- manejo de solos</li> <li>- problemas com agrotóxicos</li> <li>- diagnóstico da água</li> <li>- transformação de alimentos</li> <li>- hortas</li> <li>- pomar caseiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- capacitação para o autocuidado</li> <li>- saúde materno infantil</li> <li>- aproveitamento alimentar</li> <li>- planejamento familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- gerenciamento de avaliação</li> <li>- registro e memória</li> <li>- assessoria aos grupos de discussão nas comunidades</li> </ul>

Fonte: Ruszczuk (2007), fundamentado em dados encontrados no relatório de trabalho da Associação RIOSUL (1996).

Estimulados pelos trabalhos sobre saúde preventiva e nutrição humana que haviam diagnosticado – através de exames de laboratório, consultas com médicos, análises de tecidos humanos, etc. – elevados índices de contaminação nos agricultores(as) por ação dos agrotóxicos, um grupo de agricultores(as) familiares da comunidade Campina dos Pinto, que trabalhavam com horticultura, iniciaram discussões e práticas em agricultura orgânica.<sup>51</sup> Os agricultores envolvidos no princípio da agricultura ecológica em Rio Branco do Sul relataram o momento:

É mas aqui no orgânico nós começamos eu e o Marinho [Mario Ângelo Gasparin], nós começamos foi em... Eu acredito que foi em 93, que nós

---

peixe, rubin, usei uns seis ou sete tipos de chá, fiz tudo junto, assa-peixe, rubin, tansagem, ambuva” (ADYR FIOREZE, 2007).

<sup>51</sup> Mas a frente no texto serão analisadas as razões, apontadas pelos próprios agricultores(as), para a conversão à agricultura ecológica.

começamos. E eu com ele plantamos, aí começamos a trabalhar com mais um pessoal aí, foi, foi, fomos conhecendo, e eu acredito que a partir de 97, 98, aí já começou a aumentar bastante o produtor orgânico. (...) Nós começamos a fazer algumas feirinhas aqui em Rio Branco, eu com o Mario, nós trabalhava junto, e aí nós levava a produção orgânica já no primeiro ano. Não era certificada mas não tinha nada. No primeiro ano, no segundo também. Depois eu acabava levando pro mercado, pro CEASA ia produto orgânico e depois começamos a entregar pra AOPA (ADYR FIOREZE, 2007).

Eu trabalhava na convencional. Aí tava o Adyr, meu irmão, com outro cara – tavam ligado a AOPA lá. E ele sempre me tentando (...) Ele pegava no meu pé: “Vamo experimentar, vamos fazer este tipo de agricultura”. Eu dizia: “Você é doido, como é que vai produzir desse jeito aí! Já não produz com veneno, como é que você vai produzir sem?!” Eu pensava assim na época. Tá com uns nove anos que eu to na orgânica. E ele sempre pegando no meu pé, até que um dia eu comecei devagarzinho, e fui, e foi (OROMAR FIOREZE, 2007).

Acho que faz uns dez anos. A gente tava muito no meio de veneno e passava muito mal. Então a gente quis dar um basta e cair fora, o bom é que achamos um meio no tempo da AOPA, achamos um meio de se encaixar e tamo indo. Meu ex-cunhado já tinha começado então ele foi incentivando a gente e foi entrando nessa. A gente não acreditava que daria sem veneno, sem adubo. Mas a gente foi aos poucos. Tudo tem que tentar né. E acreditar também, porque se não acreditar... [risos]. Porque tudo que faz no começo é difícil (MARIO GABRIEL GASPARIN, 2007).

Ah, no tempo da AOPA a gente fazia reunião, uma vez por semana reunião (ALÍRIO GASPARIN, 2007).

O trabalho inicial na Campina dos Pinto se consolida com o apoio da AOPA e se expande com mais duas famílias da comunidade Capiuru Boa Vista (também conhecida como Capiuru dos Cavassin). De acordo com Ruzczyk (2007), com o término do projeto de “Alternativas econômicas...” em 1997 e a consolidação do trabalho sindical, ocorre um refluxo nas ações da RIOSUL onde os associados passaram a priorizar o fortalecimento das entidades que emergiram deste trabalho.

Em 1995 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Itaperuçu, tendo como foco de atuação: “lutar contra todas as formas de opressão e exploração, prestando irrestrita solidariedade às famílias rurais da região” (ADYR FIOREZE, 2006 *apud* RUSZCZYK, 2007, p.118), pautando suas ações numa perspectiva classista próxima à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A criação do sindicato é fruto do fortalecimento do movimento que se opôs às lógicas produtivistas das políticas municipais e estaduais e, também, resultado de uma concepção de atuação que procura construir um outro modelo de desenvolvimento nos municípios de Rio Branco do Sul e de Itaperuçu. Ruzczyk (2007), apoiado em extensa pesquisa junto aos agricultores(as) da região, identifica

a fundação do SINTRAF de Itaperuçu como uma consequência do trabalho iniciado nas comunidades de base e que se estruturou e se consolidou a partir da conquista da direção da Associação RIOSUL pelos agricultores(as) familiares.

A participação do SINTRAF de Itaperuçu no processo de construção das práticas ecológicas em Rio Branco do Sul é destacada pelos agricultores(as) pesquisados em referência a realização de dois projetos implementados na região: o projeto “Terra Solidária” e a construção e consolidação da Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL). Adyr Fioreze confirma a importância destes elementos em sua vida:

Bom, aí eu saí do projeto, voltei pra roça. E o pessoal do sindicato, o pessoal de Itaperuçu também, nós acabamos saindo da associação que era daqui do município de Rio Branco, e fundaram o sindicato dos trabalhadores lá em Itaperuçu, Trabalhadores Rurais. Depois de um trabalho, o projeto foi em 95, 98 termino o projeto, 99 o sindicato acabou puxando um curso ali. Ele era reconhecido como ensino fundamental, chamado Terra Solidária, não sei se você já ouviu falar? E eu acabei fazendo esse curso através do sindicato de Itaperuçu, mas eu nem associado no sindicato não sou, porque é lá de Itaperuçu, eu moro em Rio Branco. Mas aí foi interessante quando terminou o Terra Solidária nós começamos a trabalhar na fundação da CRESOL, cooperativa de crédito, e hoje nós somos associados da cooperativa de crédito (ADYR FOIREZE, 2007).

O projeto Terra Solidária foi desenvolvido pelos SINTRAF ligados à CUT, a partir da constatação da histórica ausência de um ensino formal que permitisse a complementação do ensino fundamental pelos agricultores(as) residentes no espaço rural e que não tiveram acesso ou oportunidade de cursar até o final este nível de ensino formal. O SINTRAF de Itaperuçu passa atuar regionalmente a partir de sua adesão à Federação dos trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF/SUL), e desta forma segue as diretrizes políticas desta organização. O SINTRAF de Itaperuçu também assume que a agricultura familiar é uma categoria privilegiada para a implementação das lutas e discussões sobre o desenvolvimento rural sustentável em dimensão local e regional (RUSZCZYK, 2007).

O projeto Terra Solidária possibilitou na RMC um trabalho conjunto entre os sindicatos ligados a CUT e a Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA), onde se realizou um processo educativo aliado à reflexão próxima da realidade de vida, do trabalho do mundo rural e do cotidiano da agricultura familiar, assim como apontamento de caminhos para a construção de um outro paradigma produtivo fundado em condições socioambientais de sustentabilidade, o que resultou

num trabalho de formação de novas lideranças nas comunidades dos municípios que participaram desse processo (RUSZCZYK, 2007).

O importante trabalho realizado pela AOPA neste período ainda inicial da agricultura ecológica na região, é reconhecido pelo pioneiro Adyr Fioreze:

Mas olha, o que me motivou mesmo, eu acho que foi um trabalho que a AOPA fazia uma época aqui na região, e quem fazia o acompanhamento aqui era um tal de Maurício (Burmester do Amaral), que agora é falecido. Então, esse Maurício era um cara que se dedicava pra agricultura orgânica. E então ele vinha ali pra venda e não tinha pressa, se precisasse ficar até 10, 11 horas explicando pra gente como que era o agricultor orgânico, quais os passos que ele tinha que dar. E a gente quando sai do convencional, a gente fica naquela expectativa: pô, mas se dá uma peste aqui, o que é que eu faço?! O que é que eu passo? Ele dizia: não, mas se a terra tiver bem equilibrada, vai ser difícil dar peste, se der peste você pode usar as caldas (ADYR FIOREZE, 2007).

Nas comunidades Campina dos Pinto, Pinhal (ou Pinhal Grande) e Capiru Boa Vista (ou Capiru dos Cavassin) o trabalho de organização e de discussão sobre a agricultura orgânica atingiu quase trinta famílias, chegando a se estruturar e produzir dentro dos processos preconizados pela agricultura orgânica. Na época, esses agricultores(as) se constituíram como um dos principais grupos organizados e também em volume de produção na AOPA. Para Ruszczyk (2007) a opção pelo estilo de agricultura orgânica se deve a política dos mediadores desse trabalho, a escolha pelas práticas orgânicas permitiu nas unidades de produção um processo de transição do convencional para o orgânico de forma mais “lenta e gradual”.

Das quase trinta famílias que participaram no início da produção ecológica investigou-se as doze famílias que permaneceram sobre bases ecológicas até os dias atuais.<sup>52</sup> Em sua maioria descendentes de italianos (11 dentre os 12 entrevistados de cada família) eles são parte do processo histórico de colonização da RMC onde os descendentes de imigrantes italianos representam em torno de metade (52% de acordo com DAROLT, 2000, p.151) das etnias presentes na

---

<sup>52</sup> Todos os entrevistados nasceram no rural, com pais e mães agricultores, e trabalham na agricultura desde jovens. Eles cresceram como agricultores(as) familiares em pequenas unidades de produção ainda que alguns tenham trabalhado temporariamente fora da agricultura. Sobre estes agricultores ecológicos se levanta uma questão relevante: o que mantém estes agricultores leais ao movimento agroecológico? Tal pergunta demanda uma outra pesquisa, por isso ela tem espaço nesta dissertação, podendo ser desenvolvida num programa de doutorado.

região.<sup>53</sup> Nesta pesquisa, os nomes de família que se destacaram são os Fioreze, os Gasparin e os Cavassin.

Entre os entrevistados que residem na Campina dos Pinto estão: Adyr Fioreze, Oromar Fioreze, Mário Ângelo Gasparin, Alírio Gasparin, Mario Gabriel Gasparin, Elizete do Rocio Gasparin e Gilmar dos Santos Farias. No Pinhal os agricultores entrevistados foram: Agostinho Valter Gasparin, Grimaldo Gasparin e Cleber Cristiano Gasparin. E no Capiru Boa Vista: Natair Cavassin, Vera Lúcia Cavassin e Sidnei Cavassin.

Valter, Grimaldo e o sobrinho deles, Cristiano (19 anos), exercem integralmente a atividade agrícola, em áreas comuns trabalhadas em regime familiar sem contratação de mão-de-obra para a atividade agrícola. Estes Gasparin iniciaram o processo produtivo de base ecológica entre os anos 1999 e 2000. Todos os cultivos são produzidos segundo os parâmetros orgânicos de produção, recebendo a certificação externa (por auditoria) do Instituto Biodinâmico (IBD), sendo os serviços de certificação<sup>54</sup> pagos pela empresa processadora de alimentos Fruto da Terra, para a qual entregam quase a totalidade da produção. Quando questionados sobre o que os motivou, quais as razões, a converterem sua produção para a base ecológica, as respostas são bastante claras:

A razão é que na época a agricultura convencional tava no CEASA e nós não tava mais sobrevivendo disso. Aí nós tentemos ir pra orgânica, na

---

<sup>53</sup> Ingressaram na região do Planalto Curitiba cerca de 30 mil imigrantes no período entre 1872-1900 e outros 27 mil entre 1900-1920, sendo que os maiores contingentes foram de poloneses, italianos, alemães, seguidos de franceses, ingleses, suíços, russos, espanhóis e holandeses. Até 1900, foram instaladas 29 colônias ao redor da cidade e a população que era de cerca de 7 mil habitantes, até meados do século XIX, passou para mais de 40 mil habitantes na virada do novo século. (IPARDES, 1979, p.19). De acordo com Karam (2002) a maior parte da população da Bacia do Alto Ribeira, que integra os municípios de Dr. Ulisses, Cerro Azul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul, resulta de processos de miscigenação étnica entre portugueses, negros e índios. A exceção está nos municípios Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul que mantêm parcelas de descendentes de imigrantes estrangeiros, especialmente italianos, ocupantes das antigas colônias.

<sup>54</sup> Os custos de certificação por auditoria externa são elevados para o produtor pagar individualmente, os valores cobrados pelo IBD em 1999 se referem, além de taxa de matrícula no valor de \$100,00, ao pagamento de uma visita de campo, no valor de R\$380,00 se o produto for para exportação e de R\$ 220,00/dia se o mesmo for para consumo interno. Além disso, as visitas costumam ser de dois ou três dias, e o produtor deverá pagar eventuais despesas com transporte e alimentação. As análises que seguem (por exemplo: teste de resíduos de piretróides - R\$ 230,00; Chumbo, Cádmio, Mercúrio - R\$ 230,00) também devem ser assumidas pelo produtor. Iniciado o projeto, se o produtor optar pela consultoria do IBD, a qual lhe dá o direito ao selo de certificação, é cobrada uma taxa que varia de 0,5 a 2,0 % do valor das vendas para exportação e um valor fixo para venda no mercado interno. Isso mostra a dificuldade econômica dos produtores em fazer a opção pela certificação individual, nos termos propostos pelo IBD (PAULUS, 1999, p.141-142).

época tinha a AOPA que deu o começo da agricultura orgânica, aí entremo (GRIMALDO GASPARIN, 2007).

A gente tentou mudar né, o próprio veneno a gente tava com medo de usar. Era pra tentar mudar um pouco porque tava muito ruim o convencional na época. Não dava pra sobreviver quase e tinha que vender também [no CEASA] (AGOSTINHO VALTER GASPARIN, 2007).

Todos trabalharam sempre juntos daí foi mudado pro orgânico e continuou assim. (...) Acho que começou aquela vez que o tio Dirceu ficou doente com o veneno, a coisa com a saúde né. Uma é pra largar mão do veneno e daí no começo até que era meio bão e dava pra ganhar um pouco de dinheiro ali (CLÉBER CRISTIANO GASPARIN, 2007). Eram tudo eles junto trabalhando e quando o pai dele faleceu ficou ele no lugar (CÉLIA REGINA GASPARIN, 2007).

Na Campina dos Pinto, há representantes da família Gasparin e da família Fioreze. De acordo com os entrevistados, aquelas terras pertenciam à família Pinto antes deles e outros chegaram na década de 1940. Alírio Gasparin e Mario Ângelo Gasparin são primos mas em relação aos Gasparin do Pinhal são parentes distantes. Alírio começou sua produção de base ecológica por volta de 1998. Em 2005 Alírio iniciou uma parceria com Gilmar dos Santos Farias (único dentre os entrevistados que não é descendente de imigrantes italianos), ambos cultivando em uma área na Campina dos Pinto cedida pela dona da chácara que é residente em Curitiba. “Ela tem a chacinha, vem no final-de-semana e a gente tenta caprichá, limpar a frente e tal. A gente tenta caprichá a chacinha dela pra ela doar a terra pra nós plantar. Ela não cobra nada de nós pra plantar e nós não cobramos nada pra limpar. Ela não precisa pegar ninguém pra cuidar lá porque nós cuidamos e ela dá terra pra nós plantar” (GILMAR DOS SANTOS FARIAS, 2007). Gilmar já havia trabalhado com Adyr Fioreze em 2003 e 2004 na produção de base ecológica, posteriormente realizando a parceria com Alyrio na qual ele entrega sua produção para o Alírio embalar, colocar o selo da Ecovida e entregar nos mercados. Para Gilmar e Alírio, a mudança para a agricultura ecológica deve-se as seguintes razões:

Bom, primeira coisa foi o baixo custo na produção e pela saúde também né. Você não precisa trabalhar com produto tóxico. É mais saúde pra trabalhar, produzir e pra quem come também, que é um motivo que a gente não pode deixar de lado, porque a gente tá produzindo um produto saudável. Não tá só pensando em você mas tá pensando nos outro e na natureza também. E tudo se encaixa né, acho que os maiores motivos são isso. É econômico e o meio ambiente também. Não pode pensar só na agricultura econômica, tem que pensar no meio ambiente também! Por isso que já é agro-ecologia né (ALÍRIO GASPARIN, 2007).



No convencional eu trabalhava por dia, como camarada. A partir da hora em que eu saí da firma que eu trabalhava, eu já comecei a trabalhar no orgânico. O Adyr como era muito meu amigo, ele começou no orgânico, ele que era a cabeça que começou tudo e eu comecei a plantar com ele. No começo o negócio não funcionava muito bem, porque daí tem que tá preparada a terra, tem que tá preparado tudo. Aí você não vai plantar porque aí na cabeça das pessoas é plantá e colher bastante, e no orgânico não é assim. Antes tem que tá preparada a terra e tudo mais, e tem que saber que vai dar 40% e que não é aquela qualidade [aparência] que você vê nos mercados do convencional. O orgânico pode até dar graúdo se você organizar bem. (...) No orgânico não tem químico é tudo natural, não é quemem no convencional que dá uma pinta preta o cara vai lá e carca um veneno forte que dá até dor de cabeça. (...) O pessoal que passa veneno e leva pro CEASA tá matando os outros. Não tá nem aí. Ele tá sendo um louco. Tá plantando, colhendo cinqüenta, cem caixas e manda pro CEASA, mas tá matando as pessoas e ele também. Olha, eu gosto de plantar no orgânico, você tem mais saúde. (...) A verdura orgânica além de ser um alimento que sustenta ele é até remédio. Quemem quando os antigos faziam chá, vamos supor você vai comer uma salada e dali não nem nada químico, é natural (GILMAR DOS SANTOS FARIAS, 2007).

Elizete do Rocio Gasparin, por morar distante de seus irmãos, Valter e Grimaldo, não trabalha com eles na produção coletiva do Pinhal mas cultiva em terreno próprio e dos sogros localizados atrás de sua residência na Campina dos Pinto. Elizete é uma liderança reconhecida na comunidade por seus trabalhos na agricultura, na CRESOL e na igreja. O marido de Elizete é pedreiro e não trabalha mais na agricultura: "Na maioria é o homem que vai conduzindo, aqui eu fui prá um lado e ele pra outro, mas isto ajuda" (ELIZETE GASPARIN, 2006 *apud* RUSZCZYK, 2007, p.159). As verduras que ela produz são entregues em maioria para o casal Alírio Gasparin e a Lucimara M. Gasparin embalarem e entregarem nos mercados próximos com o selo da Rede Ecovida. Até o ano de 2007 somente Alírio participava diretamente da Rede Ecovida e em nome dele eram selados como "produtos ecológicos" os cultivos dos parceiros Gilmar e Elizete. As razões para a conversão ao ecológico são apontadas por ela:

Bom, em primeiro lugar foi porque o Alírio já plantava orgânico aqui né, e aí não tem como você misturar a terra uma perto da outra, orgânico com convencional, por adubo né. De repente o mata-mato essas coisas vai passa no dele e vai tira o dele também. E é melhor, claro, pra não precisar mexer com veneno, não é fácil! [risos] Veneno né, pensar em meu irmão lá que teve um problema quando lidavam, mexiam, com veneno essas coisa agrotóxica. Ele teve até problema de saúde por isso! Então, aqui um vizinho também, agora ele até deixou de trabalhar, também por usar agrotóxico forte com tomate principalmente que é o vilão [risos]. Tinha vezes que ele usava pra passar aquilo lá e a noite ia pro hospital! Ficou intoxicado né, com o veneno, o produto que ele passava. Então, o motivo ta aí, mais saúde pra gente né! Um trabalho tranquilo, não fica se envenenando (ELIZETE GASPARIN, 2007).

Não ligava prô orgânico. O que aconteceu que eu tive que começa lidar, pois não podia fazê convencional, pois o cunhado já fazia orgânico, então tive que fazê prá não prejudicá ele. No começo foi difícil pra caramba, era mais complicado. Mas tem as vantagem: não precisa agrotóxicos, tem mais saúde, meu irmão teve problema com veneno, as verdura é mais saudável. Com o orgânico tem que ser mais persistente, achando que ia sê difícil, mas hoje é tranqüilo. (...) Assim eu fico em casa, cuido do sogro e sogra. (...) Eles dizem: 'nossa, como tua mulher trabalha, se vira!' Se tem reunião da CRESOL, Compra Direta, eles avisam, ai eu também vou, eles reconhecem (...) No caso, as minha cota eu fechei, já vendi. Tem homem por aí que não conseguiu fecha! (ELIZETE GASPARIN, 2006 *apud* RUSZCZYK, 2007, p.159).

Entre os Fioreze da Campina dos Pinto entrevistados estão os irmãos Adyr Fioreze e Oromar Fioreze. Como dito antes, Adyr Fioreze participou de variados projetos desenvolvidos pela Associação RIOSUL, AOPA, SINTRAF e CRESOL e, atualmente, trabalha na CRESOL como um dos coordenadores de todas as CRESOL do Vale do Ribeira sem contudo abandonar o trabalho na agricultura ecológica que iniciou entre 1993 e 1994. Ele cultiva fruteiras em suas terras e nas dos pais entregando sua produção diretamente ao consumidor através da banca de alimentos ecológicos que ajudou a organizar na Escola Técnica da UFPR:

Nós tamo fazendo uma feirinha lá na universidade, na Escola Técnica lá da Federal lá. Não tem selo mas o pessoal acredita, pelo fato da gente ser aquele pessoal que ta lá, e o pessoal conhece que o trabalho é sério né! (...) Nós tamo tentando vê se a gente consegue também buscar alguns pontos de fera lá. E houve algumas conversas lá com os professores da Universidade Federal lá, pra gente de repente começar a entregar produto orgânico no restaurante, da Federal também (ADYR FIOREZE, 2007).

Adyr compartilha as terras de cultivo dos pais com seu irmão, Oromar Fioreze, que iniciou na agricultura ecológica em 1999 por incentivo de Adyr. Oromar entrega quase toda sua produção para a empresa processadora de alimentos Fruto da Terra. Adyr e Oromar Fioreze apontaram os motivos ou razões para a conversão nas seguintes falas:

Olhe pela rentabilidade eu teria desistido. Porque é uma decepção no primeiro ano, no segundo ano, aí o produto dava de menor qualidade você levava pro CEASA, vendia produto com o preço baixo, mesmo sendo orgânico vendia abaixo do produto convencional, bem abaixo, nós tivemos muitos problemas no começo. Mas... Eu sei lá o que levou a essa mudança. Uma coisa é que o agrotóxico tava fazendo mal já, eu não conseguia mais, aí já ficava com dor de cabeça. Só tinha que ser mesmo, porque a gente abusava demais. Mas acredito que foi mais... Não foi nem por... Por querer mudar, por causa que o ecológico era mais saudável, isso daí a gente nem... Depois sim, depois você vai se aprofundando, vai estudando, daí

sim, daí a gente vai conseguindo ver e acaba se conscientizando do que é melhor. Mas o primeiro passo foi mesmo por medo do agrotóxico acho, por medo de morrer acho (ADYR FIOREZE, 2007).

Em primeiro lugar, eu tava preocupado com a saúde e também com o lado financeiro, porque um cara tinha um fuque, um fuque velho [risos], e enchia de repolho, e eu me matava de trabalhar, e ele levava aquele monte de repolho, couve-flor lá e ganhava mais do que eu. Só que na época era bom o preço do orgânico, hoje caiu muito. Foi esse lado também, um pouco o lado da saúde que eu me preocupava, queria cair fora do veneno, e visando o lado financeiro também (OROMAR FIOREZE, 2007).

Mario Ângelo Gasparin, também residente na Campina dos Pinto, iniciou na agricultura ecológica como parceiro de Adyr Fioreze em 1994 mas abandonou a agricultura entre 2006 e 2007 passando a trabalhar no corte de pedras *petit-pavé*, fabricadas com rochas de Rio Branco do Sul e muito utilizadas nos calçamentos de Curitiba. A partir da metade de 2007 Mario Ângelo ajudou a constituir a banca de alimentos ecológicos na Escola Técnica da UFPR realizando as vendas. Ainda naquele ano Mario Ângelo voltou à agricultura ecológica mas sem abandonar o trabalho de corte das pedras.

Mario Gabriel Gasparin é primo dos irmãos Grimaldo, Valter e Elizete, ele produz em terras próprias entregando quase toda produção para a empresa Fruto da Terra, sendo certificado pelo IBD. Mario Gabriel converteu sua propriedade para a base ecológica entre 1998 e 1999, mas em seguida teve um período de volta à agricultura convencional utilizando agroquímicos tóxicos que tiveram conseqüências graves para sua saúde, o que o motivou a voltar à base ecológica. Ele declarou como razão para a conversão o fato de que: “A gente tava muito no veneno e passava muito mal. Então a gente quis dar um basta e cair fora” (MARIO GABRIEL GASPARIN, 2007).

No Capiru Boa Vista encontra-se a família Cavassin, lá Natair Cavassin pratica agricultura ecológica desde 1998 junto com seu filho Paulo Sérgio Cavassin e a esposa deste Vera Lúcia Cavassin. A família Cavassin tem um laço de casamento com os Fioreze pois a filha de Natair, Ângela Maria Cavassin, é casada com Oromar Fioreze. Embora distantes das comunidades Campina dos Pinto e Pinhal, haviam proximidades e laços de parentesco entre as famílias Cavassin, Fioreze e Gasparin antes mesmo do surgimento da Associação RIOSUL ou da produção ecológica.

A agricultura comercial realizada pela família Cavassin é centralizada na olericultura e, diferentemente da Campina dos Pinto, mostra integração com outros

cultivos, principalmente grãos e raízes (mandioca). A certificação da produção é feita por auditoria do IBD. Quando entrevistados, todos reunidos na cozinha da casa do senhor Natair, eles apontaram os seguintes motivos para mudarem da agricultura convencional à de base ecológica:

O primeiro a começar foi meu filho e o outro lá, ainda nós trabalhava na convencional, aí começamos com a orgânica e fomos embora! (...) Porque não usava veneno nada. Aí ele [apontando para Paulo Sérgio Cavassin] achou que dava mais: “largue mão pai, largue mão” então, porque produtor é aquele negócio, tem que plantar bastante, eles querem encher o caminhão e dá-lhe veneno. É complicado... (NATAIR CAVASSIN, 2007).

TABELA 3: Razões que influenciaram na decisão de produzir ecologicamente.

Agricultor(a)	Saúde pessoal e da família	Ter mais lucro, razões econômicas	Conservação dos recursos naturais, razões ambientais	A conjuntura política atual	Saúde do consumidor	Melhorar a produtividade e, razões técnicas
MGG	1	1				1
OF	1		1		1	
GF	1	1	1			
AG	1	1	1			
AF	1		1			
NC	1	1				1
AVG	1	1				1
CCG	1	1	1			
GG	1	1	1			
EG	1		1			
MAG	1		1			
VLG	1	1		1		

Fonte: Dados de pesquisa individual (2007) e da pesquisa coletiva da turma VI do doutorado MADE (2006).

Fundamentando-se nas entrevistas e dados quantitativos sobre estes agricultores(as) é possível formular estatísticas ilustrativas (com todos os problemas científicos da precisão matemática) sobre as razões pelas quais eles decidiram converter suas unidades de produção para uma base ecológica. A partir das informações já expostas e de outros dados teremos os seguintes resultados: razões ligadas à **saúde** pessoal e familiar foram mencionadas por 100% dos entrevistados, muitas vezes como elemento determinante; razões **econômicas** foram apontadas

por 75% dos agricultores(as); razões **ambientais ou ecológicas** como a conservação dos recursos hídricos e matas ciliares foram importantes no momento da conversão para a agricultura ecológica em 66,66% da amostra.

Estes dados se aproximam de outros coletados na RMC por pesquisadores como Darolt (2000), que pesquisou agricultores(as) ecológicos em diversos municípios da RMC e constatou que “as razões que influenciaram os agricultores na decisão de produzir organicamente” são: em primeiro lugar a saúde pessoal e da família (68,4%), em seguida as razões econômicas (66,7%) e depois convicções ideológicas (35,1%). Estes e outros dados levam Darolt a concluir que “para os agricultores familiares orgânicos, também existe uma lógica de mercado, porém o equilíbrio é maior entre questões relacionadas à saúde, ideologia e meio ambiente. Isto confirma que este tipo de agricultor tem uma noção mais próxima do ideal da sustentabilidade, o que se reflete em suas atitudes práticas” (DAROLT, 2000, p.238).

Nas diversas conversas e observações com estes agricultores(as) todos expressaram nas falas e gestos uma melhora nas condições de trabalho e de vida. Falaram sobre como é bom para saúde deles, do solo, dos rios ou do lençol freático, não utilizar agrotóxicos ou adubos químicos. Oromar Fioreze (22/09/2007), por exemplo, falou empolgado enquanto caminhava capão adentro que utilizar chás (bioenergéticos) feitos com samambaia, cataia ou pimenta-do-mato, plantas que se encontra nos capões da região, é muito bom para as verduras, para a vida da terra e das pessoas que comem o produto orgânico ou ecológico. Além disso, ele acha ecológica e economicamente bom deixar de comprar muitos insumos. Acrescenta-se que todos os entrevistados contaram histórias sobre algum parente que se intoxicou e ficou doente utilizando agrotóxicos, algumas vezes, o próprio entrevistado.

As mudanças que ocorreram no processo de ecologização da agricultura nestas comunidades foram possíveis por estes(as) agricultores(as) terem como base uma racionalidade substantiva<sup>55</sup> e não instrumental ao aceitarem a utilização de alternativas tecnológicas que, principalmente no início, não eram capazes de assegurar os mesmos níveis de produção e produtividade alcançados via o modelo

---

<sup>55</sup> Para Leff (2006, p.244-246), a ação orientada por valores pode romper ou extrapolar os princípios da racionalidade formal e instrumental dentro de um esquema de relações entre objetivos e meios eficazes, pois a racionalidade substantiva acolhe a diversidade cultural, a relatividade axiológica e o conflito social que emergem entre valores e interesses diferentes. Ela não é um campo restrito à ação tradicional, guiada pelo costume, pela dominação de gerontocracias (grupo social dominante de autoridade ultrapassada) e economias patrimoniais, mas abre-se para outros valores mais atuais que suportam ou enfrentam os princípios da racionalidade formal e instrumental.

agroquímico, o que supõe assumir riscos econômicos na utilização de alternativas ecológicas. Motivados principalmente por razões ligadas à saúde, observa-se que a racionalidade econômica, embora importante para o conjunto das unidades de produção familiar, é para estes agricultores(as) uma dentre outras racionalidades que orientam suas ações e decisões as quais operam para garantir sua existência temporal e patrimonial. Nenhum dos entrevistados declarou ter investido na agricultura ecológica por vê-la como um nicho de mercado em expansão, nem de qualquer outra forma que se aproxime de uma visão típica empresarial. Além disto, todos declararam que não voltariam a produzir do jeito convencional, utilizando agrotóxicos, mesmo que fosse mais rentável. Nestas comunidades parecem realmente ocorrer situações onde “a racionalidade ecológica constrange o desdobramento das práticas tradicionais e conduz a partir da cultura ecológica a configuração de novas identidades e novas práticas dentro da geopolítica do desenvolvimento sustentável” (LEFF, 2006, p.261). Nestas comunidades de Rio Branco do Sul, vão se construindo conhecimentos, técnicas, saberes e práticas intimamente ligados às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais desta população. É lá, na interface entre as visões de mundo, teorias e práticas, que os saberes agroecológicos se forjam (LEFF, 2002a).

#### 4.2 O PERÍODO DE EXPANSÃO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO EM RIO BRANCO DO SUL E AS RELAÇÕES COM OS MERCADOS

Com a ampliação do universo de agricultores(as) envolvidos com a proposta da agricultura ecológica (orgânica), a produção ganhou forma e volume na RMC. Um grupo de agrônomos, agricultores(as) e interessados na agricultura ecológica atentaram para a necessidade de uma entidade que coordenasse o trabalho voltado para a organização da produção dentro de parâmetros de sustentabilidade ambiental, social e econômica e que desenvolvesse novos canais de comercialização. Surge então a Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA), no dia 10 de setembro de 1995, como resultado do crescimento do movimento agroecológico no Paraná, particularmente na RMC. Segundo seu estatuto, a AOPA foi fundada com o objetivo de “promover o desenvolvimento da

agricultura orgânica no Paraná, através do trabalho com agricultores(as) e suas associações, buscando a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos produtores e consumidores”.<sup>56</sup> Embora já existisse desde 1991 uma entidade de assessoria técnica e divulgação do sistema orgânico de produção, o Instituto Verde Vida de Desenvolvimento Rural (IVV)<sup>57</sup>, a necessidade de ordenar a produção orgânica, que vinha ganhando forma e volume na RMC, não era uma atribuição que se encaixava no seu perfil.

Visando a comercialização e atentos ao debate sobre a regulamentação da produção de orgânicos – que desde 1993 vinha se formando nacionalmente com participação das certificadoras, ONGs e organizações de agricultores(as) – a AOPA contratou os serviços de certificação da Associação de Certificação Instituto Biodinâmico<sup>58</sup>, sendo esta a primeira situação de certificação na RMC. Antes mesmo da publicação da Instrução Normativa nº 007 de 17 de maio de 1999 (IN-007/1999)<sup>59</sup> – que obriga a utilização de um selo de certificação que contenha o nome e o número da instituição certificadora registrada no Órgão Colegiado Nacional de Agricultura Orgânica como garantir da origem orgânica dos produtos –, a AOPA já

---

<sup>56</sup> De acordo com Rosa e Araújo (2003) a Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA) foi criada, em setembro de 1995, na intenção de viabilizar a comercialização da produção ecológica de diferentes regiões do Paraná, cujo crescimento ultrapassava a capacidade de escoamento gerada pelos canais de venda até então organizados.

<sup>57</sup> Em 1991, um grupo de técnicos e simpatizantes do sistema de agricultura biodinâmica fundou o Instituto Verde Vida de Desenvolvimento Rural (IVV), sob a presidência de Rogério Konzen – o IVV seguiu o modelo do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD) de Botucatu/SP, buscando a promoção da agricultura orgânica mediante a assessoria técnica e divulgação do sistema produtivo (DAROLT, 2000).

<sup>58</sup> O Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (nome original do IBD), existente desde 1982, percebendo a necessidade de uma instituição certificadora brasileira para comercializar os produtos orgânicos e biodinâmicos no mercado nacional e internacional, criou em 1990 a Associação de Certificação Instituto Biodinâmico e buscou a partir de então seguir as normas internacionais e nacionais de certificação. Em 1995 o IBD conseguiu seu credenciamento na IFOAM - *International Federation of Organic Agriculture Movements*, em 1999 o ISO 65 (mercado europeu) e em 2002 a aprovação do USDA - *United States Department of Agriculture* (mercado norte americano). Além disso, o IBD é o representante no Brasil do "Demeter International".

<sup>59</sup> A IN-007/1999 foi influenciada pelas normas estabelecidas pela IFOAM. A partir deste documento, passa-se a denominar agricultura orgânica para todas as formas alternativas de produção na agricultura brasileira, a revelia das denominações que vinham sendo utilizadas anteriormente pelos movimentos sociais e ONGs. A denominação agricultura orgânica foi, desta forma, adotada pela perspectiva técnica que via necessidade de se padronizar em torno de uma nomenclatura os diferentes sistemas da agricultura alternativa. A hegemonia dos técnicos que trabalharam com a agricultura orgânica favoreceu a adoção desta denominação, já que até então, tinha-se agricultura alternativa, sustentável e ecológica como sinônimos. Se em parte a adoção deste termo ocorreu pela inexistência de uma denominação satisfatória, também deve se levar em conta que a denominação agricultura orgânica além de ser atribuída a revelia das denominações anteriores, não condiz com a realidade da agricultura ecológica, uma vez que, nem todos os agricultores adeptos destes sistemas de produção alternativos produziam sob a orientação da agricultura orgânica, conforme princípios explicitados anteriormente.

utilizava a certificação do IBD para comercializar nos mercados que demandavam uma certificação.

A primeira sede da AOPA foi junto à Associação de Produtores Rurais de Quatro Barras (AGROBARRAS), no município de Quatro Barras/PR, e contou com o apoio e a infra-estrutura (uma caminhonete, um prédio, alguns imóveis) da associação. De acordo com Balestrin (2002) a intenção era transformar a AGROBARRAS em AOPA, aproveitando a infra-estrutura desta associação quase inativa. Mas considerando-se os possíveis reflexos políticos para o município, optou-se por criar uma outra associação usufruindo somente da estrutura já existente da AGROBARRAS.

Entre os trinta sócios fundadores existiam agricultores(as) ecológicos da RMC, da região sudoeste e norte do Paraná, pois na época a intenção da AOPA era a de representar todos os produtores orgânicos do Estado. Entre os fundadores haviam agrônomos ligados ao movimento agroecológico como Maurício B. do Amaral, Geraldo Mossimam e Rogério Rosa, além de um percentual de 15% formado por consumidores (BALESTRIN, 2002). De acordo com Karam (2001), o perfil dos protagonistas da AOPA, assim como as iniciativas da agricultura orgânica na RMC, foi marcado pela presença dos “neo-rurais”.<sup>60</sup>

A associação começou a vender os seus produtos já em 1995, inicialmente para os mercados mais tradicionais como os restaurantes e as indústrias de alimentação de Curitiba, por exemplo a Risotolândia Refeições. Com a inconstância na produção, porém, essa possibilidade logo se esgotou.

---

<sup>60</sup> A noção de agricultor neo-rural se encontra em processo de construção, nos termos propostos por Giuliani (1990, p.60), ela se refere àquele que “por uma livre escolha, bem precisa e particular, decide não mais morar na cidade e não mais trabalhar em profissões urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de animais”. Giuliani comenta que o “neo-ruralismo” é ainda um conceito genérico, que surgiu na França, no final da década de 60, como um movimento de contracultura, quando pessoas abandonaram a vida na cidade e foram viver no campo. Giuliani (1990) e Karam (2001) apontam que os “novos-rurais” que se encontra no Brasil, aparentemente têm as mesmas motivações manifestas pelo movimento francês. Ou seja, o que parece é que aqui também se aspira por “relações diretas com a natureza, ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ar puro e tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas, e sobretudo a auto-determinação” (GIULIANI, 1990, p.59). De acordo com Karam (2001), os atores sociais envolvidos no surgimento da agricultura alternativa no Paraná eram em maioria urbanos. Em sua análise sobre a expansão do movimento agroecológico na RMC identifica-se que a agricultura alternativa foi fomentada particularmente por associações lideradas por agrônomos que retornaram ao campo, por isso, a autora os categoriza como “neo-rurais”. O agricultor neo-rural tem sua trajetória no meio urbano e recentemente fez a opção pela ruralidade como um modo de vida. Karam (2001) conclui que a agricultura alternativa como uma estratégia de construção de novas ruralidades na RMC, não era, em princípio, um projeto social que envolvesse os principais atores sociais, no caso os agricultores(as) familiares da RMC.



Em 1996, a AOPA firmou uma parceria com a Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA) e com a *Vereniging voor Technische Samenwerking*, uma Agência de Cooperação Internacional (ACT) da Bélgica, onde a AOPA seria a executora na RMC e região Centro Sul do projeto Programa Regional de Agroecologia (PRA). Este programa teve o enfoque no desenvolvimento da agricultura orgânica mediante a visão de toda a cadeia. Neste momento de aproximação com a AESCA, que é uma instituição jurídica do Departamento Rural da CUT, começa a despontar um caráter mais político da AOPA, onde as lutas ligadas à agricultura familiar e à organização dos agricultores(as) são incorporadas ao esforço de organização da produção e comercialização dos orgânicos.

Há uma articulação muito forte da AOPA com a CUT-PR e com o movimento sindical. De acordo com Ari Froza, assessor da AOPA, “(...) nós nos articulamos na linha do sindicalismo combativo, sindicalismo de luta, no campo da CUT, construindo essas referências no campo das organizações” (FROZA, 2001 *apud* BALESTRIN, 2002, p.56). Dentre os eixos de trabalho do sindicalismo está o Projeto “Terra Solidária”, acima mencionado.

Em março de 1997 a sede da AOPA foi transferida de Quatro Barras para a sede da Associação de Produtores Agrícolas de Colombo (APAC)<sup>61</sup>, constituindo uma parceria com a APAC e com a Prefeitura de Colombo. A transferência para Colombo marcou o início de uma nova fase para a AOPA. Com uma melhor infraestrutura para o recebimento e embalagem dos produtos, um dos pré-requisitos dos supermercados, a associação ampliou a comercialização dos seus produtos. No ano de 1997 houve também um crescimento no número de famílias de agricultores(as) associados passando de 180 em 1996, para 219 em 1997; e aumento do número de grupos de agricultores(as) filiados, de 9 para 13 grupos; também o volume de toneladas comercializadas, de 97 toneladas/ano passou para 235 toneladas/ano

---

<sup>61</sup> A Associação de Produtores Agrícolas de Colombo (APAC) foi criada em 1984 em uma comunidade do interior do município de Colombo/PR. No seu processo organizacional contou com a participação da EMATER. A princípio os agricultores(as) (todos convencionais) reuniam-se no barracão da Igreja da comunidade de Boicinga e preparavam sacolas com produtos de suas propriedades (como feijão, alface, couve-flor, etc) com o intuito de comercializá-los em Curitiba. Em 1988 a APAC instalou-se e construiu sua sede do município de Colombo num terreno doado pela prefeitura. Até meados dos anos 90 a associação permaneceu com pouca atividade ou quase desativada, como foi o caso de muitas associações da RMC. A partir deste período a entidade retomou a sua finalidade inicial: a comercialização da produção agrícola dos seus associados. Passou então a ser um elo entre o produtor e o mercado (BALESTRIN, 2002). Com sérios problemas financeiros a APAC cessou suas atividades comerciais em 2005. Atualmente alguns associados estão procurando reativar a Associação que ainda mantém uma estrutura material importante (O ESTADO DO PARANÁ, 2008).

(BALESTRIN, 2002). Como se verifica na fala de um dos agricultores que na época comercializou através da AOPA, este período foi de grande adesão por parte dos agricultores(as) de Rio Branco do Sul. De acordo com Peraci (2002), um total de 72 famílias, o que contribuiu para os números acima:

E aí foi feito um trabalho junto com a AOPA. Acredito que é mais ou menos por esse tempo aí... 97 começou, 98, 99 começaram entregar pra AOPA, e aí o grupo se tornou grande. Entrou aqui de baixo: o João Luiz, o Cláudio, o Cláudio Moutinho, o Alírio Gasparin. Depois mais, passado um tempo entrou o pessoal lá do Pinhal, lá também, as pessoas você conhece, os filhos lá do senhor Gasparin: Grimaldo, Valdecir, toda a família, o Mario Gabriel Gasparin... Deu um grupo grande de pessoas aí que produziam o orgânico (ADYR FIOREZE, 2007).

Na época a agricultura convencional tava no CEASA. Nós não estávamos mais sobrevivendo disso, aí nós tentamos ir pra orgânica, na época tinha a AOPA, que deu o começo da agricultura orgânica, aí entramos, fomos lá, porque a AOPA já tinha o Alírio, daí ele já tava engajado na AOPA, e ele conhecia o pessoal lá e ele convidou nós também, ele deu uma força e a gente entrou através dele pra começo do orgânico (GRIMALDO GASPARI, 2007).

Em 1996 a AOPA havia iniciado as negociações com os supermercados para comercialização (em circuito longo) de produtos orgânicos na RMC e em 1997 começaram a serem vendidos os produtos em quatro lojas da rede Mercadorama de Curitiba. O supermercado se responsabilizava pelas possíveis perdas de produtos, o que era uma vantagem para a associação. Em 1998 a relação comercial ampliou-se para 12 lojas, e em 1999 este número cresceu para 16 lojas de supermercados que ofertavam produtos orgânicos em Curitiba, sendo a maioria da rede Mercadorama. Ao mesmo tempo em que a AOPA acompanhava tecnicamente a produção orgânica, auxiliada pelo IVV, para atender ao mercado varejista foi necessário montar e organizar toda uma estrutura de recebimento, seleção, embalagem dos produtos, bem como a logística de distribuição às lojas dos supermercados (KARAM, 2001).

Quando a Rede de supermercados Mercadorama foi adquirida pelo grupo português Sonae<sup>62</sup>, em 1998, ocorreram mudanças que afetaram a parceria com a

---

<sup>62</sup> A partir dos anos noventa, em Curitiba, assim como no restante das grandes cidades brasileiras, ocorreu um processo de concentração do setor varejista, juntamente com uma maior participação do capital estrangeiro. Em 1994 as vinte maiores redes de supermercados do país representavam 56% do faturamento total dos supermercados. Em 2001, as vinte maiores já dominavam 75% das vendas do setor e o capital estrangeiro avançou de 16% em 1994 para 57% em 2001. As três maiores redes de supermercados são, em primeiro lugar o Grupo Pão de Açúcar, que possui as bandeiras Extra e Pão de Açúcar; em seguida o Carrefour, e em terceiro o Wal-Mart com as bandeiras SAM's Club, Big

AOPA. Surgiram obstáculos na comercialização da AOPA com os supermercados que se resumiam na dificuldade em efetivar o planejamento da produção, garantindo a produção demandada pelas lojas, e em arcar com o processo de devolução dos produtos não comercializados pelos supermercados.

Como destaca Schmidt (2001), está claro que as grandes redes de supermercado não passaram, repentinamente, a ter simpatia pelas idéias e práticas (agro)ecológicas. Suas motivações são bem mais simples: a vontade de melhorar e consolidar sua imagem de marca e a pressão do mercado<sup>63</sup> ou dos concorrentes. O supermercadista está interessado em reforçar junto ao consumidor a percepção de uma oferta comercial diferente daquela dos seus concorrentes – percepção capaz de atrair novos clientes – e em harmonia com as aspirações que o consumidor tem – percepção capaz de fidelizar a clientela. Ou seja, o produto ecológico transformado em um instrumento de promoção.<sup>64</sup>

As condições comerciais que o supermercado impôs à AOPA são claramente fundamentadas no cálculo de rentabilidade – mais precisamente, numa racionalidade formal que se expressa na racionalidade econômica onde tudo se fundamenta em um cálculo em capital. As ações do grupo SONAE na esfera econômica estavam orientadas principalmente por uma racionalidade capitalista não importando o quanto isso pudesse violar racionalidades substantivas éticas.

Em março de 1999, novas eleições foram marcadas para a renovação da diretoria da AOPA. Um novo estatuto foi discutido e aprovado nessa assembléia,

---

e Mercadorama. A compra da Rede Sonae pelo Wal-Mart aumentou a concentração fazendo com que 37% do varejo ficasse nas mãos das três redes citadas (SILVA, 2007, p.83).

<sup>63</sup> Karl Polanyi, em *The great transformation: the political and economic origins of our time* (2001) afirma que o mercado é uma construção político-social em que este, uma vez que considera terra, trabalho e dinheiro como "commodities fictícias" (fictícias porque cada um possui qualidades que não são expressas na racionalidade formal do mercado) "subordina a substância da própria sociedade às leis do mercado." Isto, argumenta o autor, resulta em deslocamento social massivo e movimentos espontâneos da sociedade para se proteger. Com efeito, Polanyi argumenta que uma vez que o mercado livre tenta se desvencilhar do tecido social, o protecionismo social é a resposta natural da sociedade; isto ele chama de "contra-movimento". Nesse sentido, o mercado e suas regras não são uma realidade absoluta, a qual todos devem se moldar, mas, sim, um conjunto de relações historicamente construídas, que tanto podem dominar como ser dominadas por outras práticas sociais.

<sup>64</sup> Conforme Leff (2002b), os problemas sociais e ambientais causados pelo processo de crescimento e globalização econômica são mascaradas hoje em dia pelo propósito de um "*desarrollo sostenible*". Além dos dissensos em torno do discurso do desenvolvimento sustentado/sustentável e os diferentes sentidos que este conceito adota em relação aos interesses contrapostos pela apropriação da natureza, gera-se um mimetismo retórico onde em nome de *sostenibilidad* justifica-se até mesmo a manutenção da mesma racionalidade macroeconômica de produção e consumo de bens e serviços, apontados, pela crítica ambientalista e pelo diagnóstico científico, como aquela que deu forma aos atuais problemas de *sustentabilidad* do modelo de crescimento econômico.

onde se buscou a participação dos agricultores(as) e de seus representantes, para que efetivamente assumissem os propósitos e rumos da construção de um projeto social. De acordo com Karam (2001), nesse momento, com a participação efetiva do Conselho de Representantes dos Associados, apareceu uma das questões que se mostravam cada vez mais necessárias para a consolidação do projeto social agroecológico, o qual refere-se à necessidade de se viabilizar a formação para os agricultores(as) familiares e suas lideranças sobre o que significa agroecologia, que não se limita a uma prática tecnológica, mas um projeto social que envolve outros tantos aspectos.

Entretanto, com um número reduzido de pessoal no trabalho cotidiano, e com os membros da diretoria dividindo seu tempo entre o trabalho nas suas propriedades e na AOPA, o desenvolvimento dessa ação mais voltada à formação ficava enfraquecida diante das emergências que se apresentavam com o planejamento da produção e com a comercialização. Segundo Karam (2001), a avaliação da diretoria e dos grupos de agricultores(as) era de que ambas as atividades não respondiam a contento a esses anseios. Para Balestrin (2002), o diálogo e a aproximação entre associados eram insuficientes, enquanto os dirigentes falavam na linguagem das lutas, os associados buscavam a sobrevivência e a inserção no mercado. Na parte de planejamento da produção os problemas permaneciam: quebra de safra decorrente de condições climáticas, da qualidade das sementes e tratos culturais, por vezes, falta de um comprometimento maior do agricultor, dificuldades no trabalho de assistência técnica, entre outros. Na comercialização, os descompassos eram decorrentes da falta de produtos a serem ofertados e de problemas com a infra-estrutura de recebimento e embalagem dos produtos, o que era agravado pelas novas condições impostas na relação com a rede de supermercados.

Buscando solucionar os impasses com a produção e comercialização, propôs-se a descentralização no processo de embalagem. Assim, em meados de 1999, foram implantadas três unidades-pólo, as quais aglutinariam a produção de vários grupos, obedecendo as características da produção. Dessa maneira, constituiu-se a unidade de Colombo, Tijucas do Sul e Palmeira. Em decorrência dessa iniciativa, no final de 1999, a AOPA transferiu sua sede para a cidade de Curitiba. Para Karam (2001), a justificativa para tal iniciativa era estar mais próximo dos principais canais de comercialização, bem como das instâncias responsáveis pelo desenvolvimento e apoio a políticas públicas para a agricultura ecológica.

Mas a transferência da sede da AOPA não aconteceu sem que houvessem desgastes, especialmente na relação com a APAC. Este processo culminou, no início de 2000, com o rompimento e a desassociação deste grupo de associados da AOPA. Sem um consenso, uma parte dos agricultores(as) de Colombo permaneceu na AOPA, integrando-se em grupos de municípios vizinhos. Contudo, aqueles agricultores(as) que eram a maioria (cerca de 32) criaram um setor de produtos orgânicos com certo grau de independência dentro da APAC, certificados pelo IBD, que passou a competir pelos mesmos canais de comercialização da AOPA (KARAM, 2001). A APAC acaba retomando sua finalidade inicial: a comercialização da produção agrícola dos seus associados e passando a ser um elo entre o produtor e o mercado (BALESTRIN, 2002):

Para a direção da AOPA o que aconteceu em Colombo não é aquilo que a gente quer que a AOPA construa, porque lá se estava favorecendo por uma questão logística, por uma capacidade de produção, privilegiava um grupo em relação a comercialização e a produção. O pessoal da direção da APAC sempre teve muito forte a questão mercadológica, o dinheiro. A agricultura orgânica é dinheiro. A gente nunca afinou. Para nós a agricultura orgânica é uma ferramenta de um processo de desenvolvimento mais amplo. Então começava haver divergência sobre as estratégias a serem seguidas e a gente não soube conciliar isso. Não teve maturidade para isso (Rogério ROSA, 2001, na época presidente da AOPA, *apud* BALESTRIN, 2002, p.62).

A visão crítica do mercado foi um dos motivos, dentre outros, que teriam levado à ruptura da AOPA com a APAC. Estavam em jogo duas visões distintas de associativismo: a AOPA estava mais identificada com um projeto ideológico-político do que comercial e a APAC era uma entidade que servia de suporte comercial para os seus associados (BALESTRIN, 2002).

Em 2000 o Paraná e toda a região sul enfrentaram um inverno rigoroso que aniquilou muitas plantações<sup>65</sup>, tendo como consequência uma queda significativa na entrega de produtos agrícolas. Com a queda no rendimento a AOPA passou por sérios problemas de gerenciamento financeiro, entrando num processo de contenção de gastos. Em agosto de 2000 a AOPA inaugurou em Curitiba uma loja de produtos orgânicos e processados, o que contribuiu para o um pouco para o aumento de seu faturamento e melhora das receitas.

---

<sup>65</sup> Conforme dados do IPARDES (2007), Rio Branco do Sul apresenta um clima subtropical úmido mesotérmico, de verões frescos e com ocorrência de geadas severas e freqüentes.

A AOPA estava muito dependente das grandes redes de supermercado de Curitiba, relação comercial que chegou a representar 90% do faturamento da associação (sendo que destes 80% era com a rede Sonae). Vários fatores fizeram com que a entidade tivesse dificuldades para cumprir seus compromissos com os supermercados: ineficiência no planejamento da produção, a saída do grupo de agricultores(as) de Colombo, que tinham uma grande produção, os agravantes climáticos. Estes fatores contribuíram para a AOPA tivesse problemas para manter em dia o pagamento dos agricultores(as) que comercializavam com ela (BALESTRIN, 2002):

O mercado transforma tudo em números. Os valores que a gente quer construir e aí que há uma distância, porque os agricultores que estão lá produzindo eles não têm essa perspectiva ideológica da construção de uma nova sociedade, de valores diferentes. Eles está querendo estar inserido no mercado. Agora a gente muitas vezes se sente assim: estar inserido no mercado é estar virando carne moída. E aí é estratégico fortalecer o pequeno varejo. É mais complicado, dá mais trabalho, mas é muito mais seguro e é muito mais eficiente do que as grandes redes porque eles fazem absurdos com a gente. Um produto todo correto, todo certinho eles não recebem e volta pra trás. Volta pra associação e perde todo o produto (ROSA, 2001 *apud* BALESTRIN, 2002, p.105).

Num esforço para reduzir a dependência em relação à rede de supermercados, a AOPA intensificou a comercialização em circuitos curtos com as vendas diretas através de um sistema de "sacolas" ou "cestas" e da consolidação de outros canais de comercialização como o "Disk-Órgânicos", em que o cliente faz seu pedido de produtos diretamente à associação, com entrega em domicílio. Mas os esforços não obtiveram o resultado esperado e, sem poder contar com uma reserva de capital que permitisse enfrentar situações de crise, não restou outra saída se não reduzir significativamente o número de pontos de entrega de produtos orgânicos. Dos vinte e dois pontos de venda que a AOPA tinha, em maioria com o grupo Sonae, passou a ter somente dois (KARAM, 2001; BALESTRIN, 2002).

As tensões entre a AOPA e os supermercados culminam em 2001 quando os associados, em assembléia, decidem desistir de se relacionar por meio da AOPA com os supermercados. As razões que levaram à decisão passavam pelos problemas administrativos e pelas novas relações contratuais impostas pelo grupo Sonae, como aquisição do espaço, devolução integral, taxa sobre cada produto cadastrado, e o pagamento feito mensalmente à AOPA chegando a ocorrer 120 dias após a entrega dos produtos (IPARDES, 2007). Com dificuldades na

comercialização e pagamentos dos associados que amargaram prejuízos no ano de 2001, a AOPA encerra suas atividades comerciais.<sup>66</sup>

De acordo com Balestrin (2002), a partir do ano 2000 a AOPA iniciou um período de crise econômica, de identidade e legitimidade. Concomitante à crise econômica a Associação teve problemas relacionados à tomada de decisões. Estas, muitas vezes, estavam centralizadas nas mãos de um pequeno grupo que rotulava de “patológicas” as opiniões ou manifestações contrárias ou diferentes das suas. Para a autora, a AOPA estava caminhando para uma relação carente de diálogo, ou avessa à diversidade de opiniões, adquirindo um caráter antidemocrático que pode desgastar os elos presentes e futuros. O risco é de que a “Centralização e controle das formas de ação acabam numa institucionalização que consagra a distância entre a base e seus dirigentes, que consagra a ruptura do consenso referente a um projeto” (WAUTIER, 2001, p. 39 *apud* BALESTRIN, 2002).

Esse processo de crise econômica na AOPA não ocorre simplesmente por problemas internos a Associação mas é, antes, fruto da imposição de condições e regras do mercado capitalista<sup>67</sup> que se constituem a partir da racionalidade econômico-instrumental. Essa crise econômica catalisa um momento de revisão e inflexão para a AOPA, que altera sua perspectiva para uma concepção agroecológica e direciona o foco de seu trabalho para um segmento da agricultura

---

<sup>66</sup> Em janeiro de 2002 um grupo de consumidores e agricultores(as) ligados a AOPA e a empresa INCOFIN Paraná Participações S.A. criaram a empresa “Armazém Agroecológico” a fim de operacionalizar as vendas de produtos orgânicos – a experiência durou até 2003. A partir daí a AOPA trilhou um caminho mais próximo das atividades de uma organização não governamental, com uma representação mais pronunciada diante de outras entidades e do governo, além de organizar a produção e tentar abrir novos canais de comercialização.

<sup>67</sup> Trata-se de um processo de “racionalização social” onde a racionalidade econômico-instrumental hegemônica no mercado se impõe sobre Associações como a AOPA submetendo a comercialização, principalmente a de circuito longo, à lógica do (super)mercado e das regras institucionalizadas produção e comercialização de orgânicos. A “racionalização social” é vista por Weber como especificação da economia capitalista, cujo núcleo organizador é a empresa capitalista, e do Estado moderno, cujo núcleo organizador é o aparelho de Estado. Cada um destes núcleos organizadores é responsável pela racionalização de vários domínios da vida social: a empresa capitalista racionaliza a utilização técnica do saber científico, a força de trabalho, os investimentos, a contabilidade e a gestão; o aparelho de Estado racionaliza a organização burocrática da administração, o poder judiciário, a força militar e o sistema fiscal. O direito formal moderno ocupa, segundo Weber, um lugar importante na organização e na mútua relação destes subsistemas da sociedade. Weber considera estes três elementos constitutivos da racionalização social “como expressão do racionalismo ocidental e, ao mesmo tempo, o fenômeno central a ser explicado” (*apud* HABERMAS, 1999). As “patologias da modernidade” apontadas por Weber – perda de liberdade e perda de sentido – são conseqüências da dinâmica da ação racional-intencional liberta pela racionalização social. A racionalidade meios-fins da burocracia e economia moderna engoliu domínios previamente sujeitos a orientações de valor. Ao se pensar as metamorfoses do trabalho no mundo rural brasileiro chega-se a observação de que onde se pratica uma agricultura empresarial são muitos os casos de alienação do trabalho. Mas desponta novos atores sociais no rural que defendem um outro modelo de produção e desenvolvimento.

familiar que até então estava excluído dos trabalhos da AOPA. Nesse segmento a AOPA prioriza a geração de processos e agentes para construção de um modelo de desenvolvimento alternativo em municípios da RMC com baixos índices de desenvolvimento no espaço rural.

Apesar deste novo enfoque, a AOPA manteve relações com parte dos grupos com que trabalhou anteriormente, o que estimulou, em alguns casos, um processo de transição para ideais agroecológicos. Para os grupos ou indivíduos que não seguiram esta transição – caso da maioria do grupo de agricultores(as) da Campina dos Pinto, Pinhal e Capiru Boa Vista até o ano de 2007 – as relações passaram a ser de menor intensidade ou praticamente inexistentes. Sem uma assessoria mais próxima no dia-a-dia destes agricultores(as), somada ao fim do canal de comercialização através da AOPA, ocorreram problemas na produção e praticamente a extinção da comercialização. Após a crise com a AOPA estes agricultores(as) se viram forçados a construir alternativas em relação à produção e certificação de seus produtos (RUSZCZYK, 2007).

A ruptura entre as associações APAC e AOPA – que pode ter sinalizado a fragilidade no associativismo regional – dividiu os locais de entrega da produção disponíveis aos agricultores(as). A crise vivida na AOPA e a cisão com a APAC afetaram intensamente o grupo de produtores ecológicos de Rio Branco do Sul e suas condições de comercialização. As quase trinta famílias das comunidades Campina dos Pinto, Pinhal e Capiru Boa Vista eram um dos principais grupos organizados e também em volume de produção na AOPA. Mas naquele momento de crise “(...) alguns agricultores saíram do orgânico, voltaram pro convencional e alguns ficaram no orgânico, continuaram no orgânico. Mesmo produzindo, ainda não tinham toda a manha que eles têm, a habilidade que eles tem de produzir que nem eles têm hoje né!” (ADYR FIOREZE, 2007). Com os entraves na comercialização e os problemas com a AOPA, o grupo da Campina dos Pinto, Pinhal e Capiru Boa Vista foi se desestruturando, e parte dos agricultores(as) retornou à produção convencional de hortifrutigranjeiros, o que representou um grande refluxo no trabalho com a agricultura ecológica, permanecendo na atividade somente doze famílias.

A gente teve problema com a AOPA ali. Até não sei qual é a condição da AOPA hoje, mas na época dum lado a AOPA... O pessoal tava na agricultura por causa da AOPA. De outro lado a AOPA trouxe até bastante



inspeção aqui pros agricultores. Porque começou com venda de produto e tudo, eles começaram com essa parte de venda, sabe, e aí começou muita, tinha um pessoal lá dirigindo, começou com muita filosofia e conversar e não se agia, e a gente começou a se decepcionar com aquilo, porque a gente produzia e precisava viver daquilo, e lá jogando fora e não vendia. E foi até que fechou as portas lá (OROMAR FIOREZE, 2007).

(...) e daí a AOPA parou e nós ia desistir da orgânica de novo, porque não tinha onde comercializar, aí surgiu essa Fruto da Terra aí né, aí ela fez uma proposta pra gente entregar pra eles lá, aí começemos e até hoje nós tamo aqui, tamo indo aí (GRIMALDO GASPARIN, 2007).

Se, como afirmam Karam (2001) e Balestrin (2002), entre os dirigentes da AOPA muitas vezes falava-se na linguagem das lutas, o que parecia ser primordial entre muitos agricultores(as) era a sobrevivência e a inserção no mercado. Com a comercialização através da AOPA as quase trinta famílias de agricultores(as) ecológicos de Rio Branco do Sul escoavam sua produção por um sistema de distribuição impessoal, basicamente em supermercados. Devido a sua forte inserção no mercado, estes agricultores(as) também sofreram os impactos da crise na AOPA e APAC. Para Adyr Fioreze, “foi uma época difícil quando o pessoal começou a sair do orgânico, porque se percebeu também que o pessoal tava muito pelo econômico na produção orgânica. Quem entendeu o todo da produção orgânica?” (ADYR FIOREZE, 2007). A fala deste que vivenciou avanços e retrocessos na agricultura ecológica em Rio Branco do Sul aponta para o privilégio da racionalidade econômica entre aqueles que abandonaram as práticas ecológicas na agricultura, algo racionalmente justificável pela necessidade de assegurar a existência pessoal e da família através do dinheiro.

A racionalidade econômica privilegiada naquele momento pelos agricultores(as) familiares pode ser explicada pela subordinação do espaço agrícola à lógica capitalista, o que implica na sua integração ao circuito de valorização do capital, na medida em que a razão de ser do capital, como relação social de produção, é a lei do lucro. A conquista da agricultura pelo capital é um fato de profundas conseqüências que em muitos casos representa a sujeição da reprodução material dos indivíduos às necessidades inerentes à lógica do capital. Este processo é fruto de uma razão totalitária, que se expande e globaliza, que impõe um processo de racionalização que vai ocupando todas as esferas da vida social e da ordem ecológica. A economia tende, por sua própria “natureza”, a transpor a esfera da produção para capitalizar a “natureza” e a cultura. Num certo sentido, então, o capital molda e recria a agricultura ao subordiná-la a sua direcionalidade.

Esta colonização da agricultura pela racionalidade capitalista não deve ser entendida como perda absoluta de identidade, como assimilação completa. Há resistência ou enfrentamento, se por um lado o capital força a proletarianização do trabalho no campo, por outro a economia camponesa permanece impondo restrições ao projeto do capital. A pequena agricultura familiar se modifica profundamente, deixando de ser uma unidade de subsistência para transformar-se numa unidade mercantil que busca a produção de uma renda monetária para reproduzir-se. Esta integração ao circuito mercantil capitalista implica na perda de autonomia e controle sobre o seu processo produtivo e sua incorporação ao ciclo do capital como um espaço indireto de sua valorização.

O ambiente econômico em que se mantém ou se reproduz os pequenos agricultores(as) familiares foi transformado radicalmente e houveram mudanças grandes no seu comportamento, costumes individuais e coletivos, cultura, modo de vida, de pensar, etc. Mesmo com a permanência de uma lógica familiar específica camponesa, sustentada por Chayanov (1966) e outros, onde a associação entre trabalho e consumo imprime autonomia à família no sentido dela poder projetar a vida mediante suas decisões e dinâmicas internas, esta já não se consegue, no fundamental, somente no interior da mesma, mas pela obtenção de uma renda monetária que se obtém através da integração ao circuito capitalista. Como Indica Abramovay: “a determinação do comportamento camponês passar por uma dinâmica fundamentalmente interna à família não significa que esta se isole socialmente, produzindo para a subsistência sem passar pelo mercado, estranha aos mecanismos de tomada de financiamento ou avessa ao progresso técnico” (1992, p.62). A família traça seus objetivos e a melhor forma de atingi-los, beneficiando o coletivo e garantindo sua reprodução social. Mas esta certa autonomia não significa que a família não está integrada ao ambiente externo, à dinâmica social ou econômica de que faz parte.

Embora a subsistência dos agricultores(as) familiares passe pelo mercado há características da “economia campesina” que definem uma racionalidade completamente diferente à da empresa capitalista. Esta última se embasa no trabalho assalariado e tem por objetivo a acumulação ampliada, sintetizando-se na fórmula Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro. A camponesa se sustenta no trabalho familiar – o que implica em ter um sentido de comunidade da unidade familiar, isto é, relações diretas de interdependência e solidariedade entre seus membros,

articuladas e hierarquizadas, além do caráter indivisível da renda familiar – e tem por objetivo a reprodução das condições de vida e de trabalho da unidade doméstica como um todo, pelo qual seu movimento se sintetiza na fórmula Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria, comprar para vender, sem que isso implique numa renúncia ao seu caráter de produção e consumo. A outra característica é que o produtor direto tem a propriedade dos seus meios de trabalho. Esta autonomia relativa do produtor direto para exercer sua atividade produtiva significa uma liberdade de eleger o que produzir, da intensidade e duração do trabalho, etc., diferente do que acontece com o assalariado. Esta autonomia do produtor direto, também o leva a ser responsável pelos investimentos, o financiamento do processo produtivo e a depreciação dos meios de trabalho. Em síntese, a produção na pequena agricultura familiar se caracteriza pela busca da maximização da renda familiar, mas não a acumulação de capital a princípio.

Estas são as características gerais que definem a produção camponesa em si. No entanto, elas tomam outra dimensão quando são reproduzidas no espaço capitalista, dando um caráter diferente à produção camponesa. Na medida em que o capital dirige e organiza a produção social, controla também o processo de produção direta. O capital transforma a produção camponesa em produção mercantil, obrigando o produtor direto a produzir para o mercado e com mercadorias provenientes do mercado (insumos, etc.). O equilíbrio da “economia camponesa” está assim debilitado pois os agricultores(as) familiares são obrigados a vender para o mercado e obter uma renda em dinheiro para adquirir outras mercadorias necessárias a sua (re)produção, e para cumprir obrigações como o pagamento de impostos, etc. Quando o dinheiro da venda é insuficiente, recorre-se ao empréstimo e a hipoteca, o que introduz uma nova dependência e integração.

Alguns dos entrevistados nesta pesquisa declararam que na época de crise comercial na agricultura ecológica mal tinham dinheiro para comprar comida, algumas vezes tendo que utilizar o dinheiro de empréstimos bancários agrícolas na alimentação da família. A explicação, então, para o abandono das práticas ecológicas entre agricultores(as) familiares de Rio Branco do Sul não se dá pela afirmação de que eles agiram orientados pelo lucro como uma empresa permanente, capitalista e racional, mas como agricultores(as) familiares que pressionados pelo mercado buscam melhores condições de vida. Trata-se de uma situação de crise no

sistema comercial imposto a estes agricultores(as), os quais nestas circunstâncias agem orientados à sobrevivência do mundo da vida deles.

Para Almeida (2003, p.502) a condição de marginalização de certos grupos sociais e a necessidade urgente de se obterem "resultados imediatos" no plano da reprodução social constituem fatores que jogam contra a capacidade de contestação das idéias agroecológicas, pelo menos no curto e médio prazos. Isto pode explicar porque o movimento de contestação às formas convencionais de produção e comercialização, muitas vezes, tende a se aproximar das esferas e dos padrões (normas) institucionais, assumindo um caráter ora de defesa identitária, ora de reintegração econômica no interior do mercado. Na avaliação do autor, isso tem provocado o enfraquecimento da força contestadora do movimento agroecológico e de grande parte de suas aspirações e utopias. Nesse sentido, o momento de crise na AOPA e APAC e o redirecionamento destes agricultores(as) de Rio Branco do Sul dentro do mercado de orgânicos pode ser visto como um momento de enfraquecimento das utopias agroecológicas do movimento.

#### 4.3 O SURGIMENTO DO GRUPO LIGADO A EMPRESA FRUTO DA TERRA

A partir do rompimento entre AOPA e APAC e o fim da comercialização pela AOPA, os agricultores(as) de Rio Branco do Sul que permaneceram na produção ecológica se aproximaram da APAC visando um canal de comercialização:

Daí começou com a APAC aqui, a APAC era Associação dos Produtores Orgânicos de Colombo, uma coisa assim sabe. E daí eu comecei, que o pessoal da APAC que era da AOPA, se dividiram e formaram uma associação pra cá. Daí lá [na AOPA] pararam com essa parte de comercialização, não sei qual é a função deles hoje, mas daí o pessoal veio pra cá e a gente começou a ter ligação aqui também. E aí até que tava bom, foi, tava bom tudo, mas era uma outra associação (OROMAR FIOREZE, 2007).

A partir do momento em que se separou da AOPA, a APAC retomou sua finalidade inicial: a comercialização da produção agrícola dos seus associados. Ela passou então a ser um elo entre o produtor e o mercado (BALESTRIN, 2002). Com a comercialização, quase que exclusiva em redes de supermercados, tanto de

orgânicos quanto convencionais, a relação bastante desgastante com os supermercados se manteve em razão da grande escala de vendas e com esta a possibilidade de inclusão de cada vez mais agricultores(as) (SILVA, 2002).

Nesta época a empresa embaladora e processadora de alimentos “Fruto da Terra” começou a trabalhar com produtos “orgânicos”:

(...) a Célia que também era uma que entregava pra AOPA, acabou montando uma empresa, que é o “Fruto da Terra” que acho que você conhece. E hoje o pessoal acaba entregando tudo ali pra própria Célia, ali pra empresa dela os produtos orgânicos (ADYR FIOREZE, 2007).

Célia Lazarotto<sup>68</sup> havia participado das reuniões no processo de conversão do grupo da Campina dos Pinto e investiu na produção ecológica. Com esta proximidade, sua empresa processadora de alimentos orgânicos e convencionais se constituiu e se fortaleceu a partir da estrutura trabalhada pela AOPA. Embora a indústria processadora não tenha exclusividade na comercialização com os agricultores(as), ocorre uma relação que extrapola as questões comerciais. Ou seja, para esses agricultores(as) foi se estabelecendo uma relação de pertencimento na história do “Fruto da Terra”, fato que é reconhecido pela própria empresa, a qual abre espaço para os agricultores(as) escolherem as espécies e os cultivos que melhor se adaptam às suas trajetórias e estruturas produtivas (RUSZCZYK, 2007, p.160). Esse sentimento de pertencimento aponta para um comportamento na comercialização um tanto distante da “escolha racional” e individual, pois claramente os laços sociais – como o parentesco entre Natair Cavassin e Célia Lazarotto,<sup>69</sup> ou a proximidade dos tempos das reuniões da AOPA – influenciam as trajetórias. Nessa perspectiva, as ações econômicas não acompanham os caminhos da maximização, tal como reivindicariam alguns economistas, ou uma pura racionalidade capitalista, mas acompanham caminhos consideravelmente mais complexos. Por isso, numa mesma região, diversos grupos sociais terão resultados econômicos diferenciados, dependendo de sua estrutura social. No caso dos agricultores(as) aqui em foco, diversas racionalidades estão em jogo tanto na opção por uma agricultura mais ecológica quanto na comercialização de seus produtos. Mas algumas vezes a

---

<sup>68</sup> Não foi possível entrevistar Célia Lazarotto quando procurada em sua empresa e residência. Informações sobre a empresa Fruto da Terra foram dadas por seu sobrinho no galpão onde se processam as verduras e na câmara fria.

<sup>69</sup> Natair Cavassin, em entrevista, ressalta seu parentesco afirmando que Célia Lazarotto “é filha de um primo meu”.

necessidade premente de reprodução da agricultura familiar obriga a buscarem alguma forma de inserção no mercado, muitas vezes não acompanhada de reflexão sobre o papel desse mercado na construção de um desenvolvimento rural sustentável.

A empresa Fruto da Terra compra os produtos *in natura* dos agricultores(as) da região de Rio Branco do Sul e Colombo, limpa e embala para negociar com os grandes supermercados de Curitiba sob o selo de certificação do IBD:

Nós temos que plantar o que a gente combina com o Fruto da Terra , então nós temos só aqueles produtos que plantamos. Aí outros produtos é outro que planta. (...) Que nem, o outro grupo pode produzir alface, escarola, rabanete, cenoura. E nós aqui alface americana, couve-flor, brócolis, repolho (GRIMALDO GASPARIN, 2007).

A gente planeja o que planta, conforme os outros ano foi, ajuda bastante, o produto tem perda, tem devolução, se jogar a perda só prá eles [Fruto da Terra], a gente divide a perda. Tem perda de 20% que volta pela classificação ou não venda, na média vai levando. Por isto tem que levá tudo certo, a terra, se não a perda aumenta (MÁRIO GASPARIN, 2006 apud RUSZCZYK, 2007, p.167).

No início das entregas para a Fruto da Terra o preço das verduras era pré-combinado para o ano todo não acompanhando as variações do mercado. Mas estas condições foram logo modificadas e os preços pré-combinados passaram a serem variáveis – sem um pré-acordo com os agricultores – conforme os interesses da empresa Frutos da Terra e dos supermercados, que se fundamentam principalmente na oferta e preço dos produtos no mercado:

Porque normalmente a proposta quando a gente entrou no orgânico era ganhar 30% a mais. Mas às vezes a gente ganha até 100% a menos... [risos]. Então, o que acontece é que ele [o produto orgânico] encarece muito, o Fruto da Terra tem que jogar uma margem de lucro pra eles, despesas e margem de lucro, e depois os mercado sem fazer nada eles jogam 150% em cima, então quem come, vai achar que nós produtor orgânico está ficando rico, e não é bem assim. (...) O preço pra você ter uma idéia, do brócolis normal nós ganhamo setenta centavos a cabeça, na couve-flor oitenta centavos, repolho sessenta centavos, direto. Aí esses dias [a Fruto da Terra] fizeram uma promoção de brócolis, como tinha bastante pagaram vinte e cinco centavos. Então, que nem você falou, do preço de quem compra, que vai mais caro do que o outro. Eu acho que nós ganhamo até menos do que o convencional, não sempre né, mas é. O preço pra quem planta orgânico não é assim tão bom. Só que nós temos preço fixo, aquele preço o ano inteiro (GRIMALDO GASPARIN, 2007).

Na comercialização não tem muito o que dizer, porque a gente sempre entrega pro mesmo, nós entregamos só pra um, tudo que nós produzimos nós entregamos só pra Célia, pra empresa dela, então o que a gente tá produzindo ta entregando tudo pra ela. (...) Faz anos que o que a gente

produz entrega ali, tudo que tá produzindo, não sobra nada. No caso, tá sobrando agora o brócolis, eles não tão nem conseguindo vender, tão jogando lá no mercado a qualquer preço só pra não perder, diz que tá difícil de vender mesmo, a concorrência é muito grande né. Agora no caso tamo só empatando. Semana passada cortamos mil cabeças [de brócolis] por viagem, três vezes na semana que nós entregamos, dá três mil cabeças por semana só de brócolis. E ainda que a maioria ta aí ainda. Esse é prejuízo pra nós. Cê corta o melhor, daí fica algum pouco lá, daí tem que jogar o preço lá em baixo pra poder vender, dar uma controlada e poder pagar as mudas (VALTER GASPARIN, 2007).

Então uma vez aqui era o preço fixo, que nós tinha. Podia subir ou baixar que nós ficava nessa. E agora quando eles abaixam muito o nosso abaixa um pouco também. E os mercado eles cobram muito em cima. Os mercado jogam o preço até demais (MÁRIO GABRIEL GASPARIN, 2007).

Tem época que você ganha bem mas de repente cê vai lá e ganha menos, é complicado (NATAIR CAVASSIN, 2007).

No começo a verdura orgânica até ia bem mas agora a coisa tá feia. Acho que no começo pouca gente plantava e até ia melhor. Agora a coisa tá feia na venda. Acho que aumentou demais o plantador, ou sei lá, todo mundo vai querendo entrar e não vence todo mundo entregar. De certo os mercado não vende ou é a época que tem verdura demais. Também quando o convencional tá mais barato vão naquela né. Outra coisa é que no começo as coisas não eram tão cara pra você comprar, hoje a verdura é o mesmo preço e o quanto subiram as coisas pra você comprar tipo óleo diesel pro trator, mudas, sementes (CLÉBER CRISTIANO GASPARIN, 2007).

Como a AOPA já não estava mais comercializando a produção de orgânicos desde 2001, o mercado acessado pelos agricultores(as) ecológicos das comunidades investigadas se limitou a Fruto da Terra e a APAC<sup>70</sup>. Considerando que a APAC e a Fruto da Terra comercializam quase toda a produção com grandes redes de supermercados, ou seja, fazendo parte de um ciclo longo de comercialização, ambas agem de acordo com a racionalidade e a visão do mercado capitalista, comercializando em condições de: padronização, constância na entrega independente das condições climáticas ou de safras, devolução das sobras, altos preços repassados ao consumidor com a conseqüente elitização da clientela e maior sobra de produtos, pagamento de taxas para utilização das gôndolas ou ponto,

---

<sup>70</sup> Há outra empresa que atua na região, a “Rio de Una”, e durante um breve período de tempo um dos agricultores(as) pesquisados, da família Cavassin, que mora mais distante da empresa “Fruto da Terra”, entregou seus produtos para Rio de Una. De acordo com Marco Giotto, diretor da Rio de Una, a empresa surgiu como produtora rural em 1996 trabalhando com verduras convencionais, passou a produzir também orgânicos e se transformou em empresa agrícola com a instalação da unidade de processamento em junho de 2002, tornando-se a maior processadora de verduras e legumes da América do Sul. Sua sede se localiza no município de São José dos Pinhais – PR e sua linha de produtos é composta por hortaliças convencionais e orgânicas embaladas e processadas estando presente nas maiores redes de supermercados (RIO DE UNA; PLANETA ORGÂNICO). Até o ano de 2007, as empresas Rio de Una e Fruto da Terra eram as únicas fornecedoras de verduras para o mercado varejista de Curitiba (SILVA, 2007, p.87-88).

planejamento de entrega (talvez o único elemento positivo), etc. Estas exigências na comercialização acabaram se impondo sobre os produtores e podendo ter ocorrido o que Schmidt (2001) adverte: a produção de “orgânicos” ser muito influenciada pela visão e necessidades do setor comercial em detrimento do setor produtivo, “uma via dominada por uma lógica exclusivamente centrada no produto, desconsiderando as dimensões éticas pregadas pelo movimento de agricultura orgânica.” (SCHMIDT, 2001). Nesse sentido questiona Meirelles:

Por que, na maioria das vezes, os produtos limpos chegam ao mercado pelas vias convencionais, transformando-se em mais um nicho em mercado já altamente excludente? O caminho assinalado pelas grandes redes de supermercados, pela exportação e pelo preço altamente diferenciado, estará, de fato, sintonizado com o caminho de uma transformação mais abrangente da base social e ecológica de nossa agricultura? (MEIRELLES, 2002, p.2)

O autor argumenta que são vários os fatores que fazem muitos produtores ecológicos utilizarem “técnicas alternativas”, mas optarem por um “mercado convencional”. Dentre eles destacam-se: o acentuado crescimento do mercado de produtos limpos ou orgânicos atraiu para o setor uma parcela de empresários, rurais e urbanos, a maioria não identificada com o que se denomina ideário agroecológico; a necessidade premente de reprodução econômica da agricultura familiar também obriga esse setor e seus aliados a buscarem alguma forma de inserção no mercado, muitas vezes não acompanhada de reflexão sobre o papel desse mercado na construção de um desenvolvimento rural sustentável; a falta de apoio público para o redesenho das redes de comércio hoje estabelecidas - centralizadas e oligopolizadas - seguramente também contribui para esse quadro (MEIRELLES, 2002, p.3). Segundo Udo Fickert, “os preços dos orgânicos estão, em média, mundialmente, 30-40% mais altos que os convencionais, no Brasil em média 100% mais altos, com a consequência de que a maioria dos consumidores não tem acesso aos orgânicos.” (2004, p.32).

Entre os agricultores(as) que não seguiram a guinada agroecológica da AOPA e a entrada na Rede Ecovida, a comercialização continuou com a APAC e Fruto da Terra até que, em 2005, por uma conjugação de problemas administrativos, de descontos exigidos pelas redes de supermercados e de falta de acompanhamento



dos associados, a APAC cessou suas atividades comerciais, “fechando as portas”.<sup>71</sup> Com este canal de comercialização fechado a maioria dos agricultores(as) ecológicos da Campina dos Pinto, Pinhal e Capiuru Boa Vista mantiveram a comercialização apenas com a empresa Fruto da Terra:

Até inclusive hoje, a administração da APAC, sei lá o que aconteceu, se foi muito ruim, ou o que, ela arrecadava bastante e tal, mas foi um processo complicado esse negócio de venda aí, e foi até que fechou as portas a APAC também. (...) foi um “P” na cara, porque, ali fechou a gente. Até porque era um concorrente do Fruto da Terra, a APAC, e a Célia começou lá e eu comecei entregar lá e na APAC, nos dois lugares. Então era um meio da gente conseguir um preço melhor. Então a APAC caiu fora e ficou só ela lá, ela e o Rio de Una que são duas empresa (OROMAR FIOREZE, 2007).

Hoje só no Fruto da Terra, mas um tempo atrás nós tinha na APAC, mas a APAC chegou num ponto lá que, não sei o que aconteceu lá, pegou e fechou as portas, ficou devendo pro pessoal. Faliu né (MARIO GABRIEL GASPARI, 2007)

Depois que a APAC fechou eu comecei a trabalhar com o Alírio. Nessa hora todo mundo foi desacorçoando e caindo fora. Por que era muito raro mesmo, não tinha condição na venda. Era muita gente e pouca venda (GILMAR DOS SANTOS FARIAS, 2007).

A produção de base ecológica dos agricultores(as) que trabalham quase que de forma integrada à indústria de processamento (como um contrato informal de integração vertical)<sup>72</sup> leva a situações onde os agricultores(as):

(...) passaram a sofrer com a empresa, que tem meses que ela paga R\$ 1,20 por kg de tomate para o agricultor, enquanto o consumidor paga R\$ 9,00 pelo kg do mesmo tomate da “Fruto da Terra” lá no supermercado (...) E aí é o tal negócio, a empresa vai trabalhar com o que dá lucro, e os agricultores queiram ou não são funcionários da empresa, como a empresa visa lucro ela vai pagar pouco para o produtor. Mas os agricultores, que estão produzindo no orgânico, a maioria tem ainda uma visão mais econômica do processo, eles não tem ainda uma visão ambiental (ADYR FIOREZE, 2006 *apud* ZONIN, 2007, p.53).

A gente entrega pra Célia Lazarotto, ali na Serrinha. Eles embalam e levam pro mercado. Então, plantamos já pra ela, direto pra ela, já toda semana com uma cota de plantação pra entrega pra ela. (...) Se hoje a Fruto da Terra parasse de comercializar, nós tinha parado de produzir, nós não temos outro canal de comercialização. A não ser que surgisse de repente. Porque a gente não tem estrutura de tá embalando e entregando nos

<sup>71</sup> Atualmente alguns associados estão procurando reativar a APAC, pois esta ainda mantém uma estrutura material importante (O ESTADO DO PARANÁ, 2008).

<sup>72</sup> Chayanov (1966) previa que a penetração capitalista na agricultura levaria a um crescente processo de integração vertical onde as unidades de produção familiares individuais se vinculariam às agroindústrias, uma tendência diferente do processo de integração horizontal que previa Lênin.

mercado e outros lugar. A nossa estrutura é pra plantar e entregar no Fruto da Terra (GRIMALDO GASPARIN, 2007).

Alguns agricultores entrevistados, que se mantêm anônimos, afirmam que Célia Lazarotto participou das reuniões organizadas no tempo da AOPA e iniciou uma produção ecológica em Colombo com propósitos apenas econômicos. Existem críticas, à Célia Lazarotto e sua empresa Fruto da Terra, sobre as idéias e comportamentos prioritariamente empresariais, muitas vezes, dispares com a sustentabilidade ecológica e social local. Tais críticas não foram profundamente investigadas nesta pesquisa.

Nessa situação – onde para concorrer no mercado os produtos ecológicos necessitam serem certificados e, para serem identificados, devem ter alta qualidade e seguir normas de apresentação de embalagens, além de um sistema de distribuição impessoal que possa competir com as formas convencionais de comercialização – a agricultura ecológica passa a seguir padrões de um mercado de consumo massificado. De acordo com Brandenburg (2002, p.23), para competir em preço, qualidade e apresentação, a razão instrumental impõe-se sobre a produção ecológica. Com isso alguns princípios da agricultura ecológica parecem diluir-se ao ajustar-se às estruturas do sistema agroalimentar convencional, visando dinamizar a produção. O autor constata que o processo de institucionalização da agricultura ecológica se realiza segundo a forma e padrões da produção convencional. Embora isto dinamize a produção e permita que um maior número de consumidores tenha acesso a produtos de qualidade ecologicamente superiores, parece evidente que a produção ecológica em algumas situações cede diante da lógica organizadora do sistema hegemônico ou do capital.

Ao olhar para a organização da comercialização dos produtos “orgânicos” nas comunidades privilegiadas nesta pesquisa, observa-se em algumas situações um distanciamento em relação ao que pensadores como Altieri (1989) crêem necessário para se desenvolver uma agricultura sustentável. Para este autor as necessidades não são apenas biológicas ou técnicas, mas também sociais, econômicas e políticas. Ele defende que é inconcebível promover mudanças ecológicas no setor agrícola sem a defesa de mudanças comparáveis nas outras áreas correlacionadas da sociedade como o setor comercial. Para o autor a perspectiva agroecológica ultrapassa a visão unidimensional incluindo dimensões

ecológicas, sociais e culturais na questão agrícola.

Empresas como a Fruto da Terra podem ter o certificado orgânico do IBD, atenderem as exigências sanitárias, ambientais e trabalhistas, mas como nos lembra Ormond *et alii* “Da mesma maneira que no restante do mundo, a existência de um mercado crescente e rentável tem atraído novos empreendedores, que visam, essencialmente, os lucros que podem advir da atividade e, embora mantenham os preceitos técnicos da agricultura orgânica, se distanciam cada vez mais da filosofia que deu origem ao movimento” (ORMOND, 2002, p.9).

É preciso ter em mente que o desenvolvimento capitalista na agricultura gera uma forma de subordinação indireta do trabalho dos pequenos agricultores(as) familiares ao capital. Neste caso, o projeto do capital é o mesmo que em qualquer espaço, a subordinação do trabalho, e para tal, busca reduzir ao mínimo a especificidade da agricultura familiar, aproximando-os da figura do assalariado como no caso dos contratos de integração vertical. Mas, como veremos, o projeto do capital sempre paga um tributo à irredutibilidade do trabalho agrícola.

No mesmo período de declínio da comercialização através da APAC uma outra possibilidade foi se gestando para os agricultores(as) ecológicos de Rio Branco do Sul, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).<sup>73</sup> Juntamente com o

---

<sup>73</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 na gestão do governo Lula e concebido como parte de um conjunto de políticas estruturantes que compõem o Fome Zero. Instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, o PAA tem, de acordo com o *Manual de Orientação ao Proponente* referente ao Programa de Aquisição de Alimentos (BRASIL, 2004), a finalidade de incentivar a agricultura familiar e compreende ações vinculadas à formação de estoques estratégicos e à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar. O PAA destina-se à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ficando dispensada a licitação para essa aquisição, desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais. O PAA é operacionalizado por intermédio de três mecanismos de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar: Compra Antecipada da Agricultura Familiar; Contrato de Garantia da Compra da Agricultura Familiar; Compra Direta da Agricultura Familiar. Estes mecanismos são operados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e garantem recursos para que os agricultores familiares plantem e comercializem produtos não perecíveis. Para contemplar os produtos agropecuários perecíveis e semiperecíveis foram criados mais dois mecanismos: o Apoio à Produção para o Consumo de Leite (APCL) e a Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF). Operados pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), estes mecanismos visam complementar os três mecanismos operados pela CONAB e direcionar a produção para o atendimento às demandas por suplementação alimentar dos programas sociais municipais e estaduais. O CDLAF exige que as ações de distribuição e consumo sejam operacionalizadas ao mesmo tempo. De acordo com o *Manual de Orientação ao Proponente*, “Estas ações evidenciam o caráter inovador e estratégico de um mecanismo que: (...) Habilita os agricultores familiares para controlar a comercialização de seus produtos, o que resulta no aumento real de suas rendas e no abandono de uma relação de desvantagem com as redes de atravessadores.” (BRASIL, 2004, p.3) O Decreto 5.873/2006 regulamenta a Lei 10.696/2003 e estabelece alguns critérios para o PAA, onde no artigo 5º “Fica estabelecido o valor máximo de R\$3500,00 (três mil e quinhentos reais)

Bolsa Família, o PAA compõe um conjunto de ações desencadeadas no âmbito da política agrária e de segurança alimentar do Governo Lula, objetivando a concretização do Fome Zero. O Programa Fome Zero foi instituído pelo Governo Lula em 2003 tendo como objetivo principal erradicar a fome no país. O PAA subdivide-se em cinco modalidades: Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF); Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF); Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF); e, Incentivo à Produção e Consumo de Leite ou PAA Leite.

Para participar do PAA os produtores rurais devem se enquadrar nos critérios estabelecidos para os grupos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF (A, B, C e D) e estarem organizados em cooperativas, associações ou grupos de interesse informais com, no mínimo, cinco agricultores(as). Segundo Hespanhol (2008), com a adoção dessa medida, o governo federal pretende estimular a organização coletiva dos produtores rurais, estando em consonância com a concepção das políticas públicas mais recentes.

As organizações coletivas de produtores e as entidades beneficiárias devem elaborar uma proposta de participação (plano) que alie a necessidade do consumo de alimentos do público atendido por essas instituições e a possibilidade de produção destes alimentos pelos agricultores(as) do município. No município de Rio Branco do Sul a organização coletiva que viabilizou a Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF) aos agricultores(as) da Campina dos Pinto, Pinhal e Capiru do Cavassin, foi a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL) de Itaperuçu. Implantado em 2003, o sistema CRESOL<sup>74</sup> de Itaperuçu atende também o município de Rio Branco do Sul. Com o fortalecimento do sistema e sua institucionalização na vida do município, com aporte de recursos a partir do BNDES, a CRESOL de Itaperuçu passou a intermediar o acesso dos agricultores(as)

---

por agricultor familiar para a aquisição de produtos agropecuários de que trata este decreto". E no § 1º fica estabelecido que "O valor máximo de que trata o caput será considerado por ano e as aquisições realizadas nas diferentes modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos e pelos diversos agentes são cumulativas, salvo disposições em contrário." (BRASIL, 2006).

<sup>74</sup> "Através de fundos de crédito rotativos apoiados com recursos oriundos da Cooperação Internacional. Em 1995 nascem as primeiras cooperativas de crédito no Paraná, compostas exclusivamente por agricultores familiares, criando o seu próprio Sistema de Crédito, com o nome de Cooperativa de Crédito com Interação Solidária, a CRESOL. A idéia de formar uma cooperativa de crédito rural com interação solidária surgiu a partir de 1988, com o desdobramento dos fundos de créditos rurais, criados para atender aos agricultores familiares e assentados, administrados por entidades/movimentos pastorais, sindicais, entidades não governamentais, associativas e sem terras, nas regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná" (ADYR FIOREZE, 2006 *apud* RUSZCZYK, 2007, p.120).

familiares ao PRONAF em 2003 possibilitando o acesso ao crédito e financiamento a mais de seiscentas famílias e posteriormente ao PAA.

Desta forma abriu-se um novo mercado institucional para os produtores ecológicos. Isento de licitação, o PAA funciona de maneira a adquirir alimentos produzidos pelos agricultores(as) familiares a preços baseados pela cotação do mercado regional. Os produtos atestados como agroecológicos ou orgânicos podem ter acréscimo de preço de até 30% - desde que devidamente certificados<sup>75</sup>:

Igual você falou de passar do produtor pra quem vai consumir, também tem esse projeto da CRESOL do “Compra direta”, esse aí eu já não uso essas coisa [embalagens], porque a gente colhe e já leva nos lugar lá pro pessoal que a Secretaria da Agricultura determina pra gente levar, então a gente entrega direto da gente pra onde vai consumir, nas escola, essas coisas assim (ELIZETE GASPARIN, 2007).

Se tem reunião da CRESOL, Compra Direta, eles avisam, aí eu também vou, eles reconhecem (...) No caso, as minha cota eu fechei, já vendi. Tem homem por aí que não conseguiu fecha! (ELIZETE GASPARIN, 2006 *apud* RUSZCZYK, 2007, p.159).

Embora o programa CDLAF não tenha, nestas comunidades, atingido completamente seu objetivo de: “Habilita(r) os agricultores familiares para controlar a comercialização de seus produtos, o que resulta no aumento real de suas rendas e no abandono de uma relação de desvantagem com as redes de atravessadores.” (BRASIL, 2004, p.3). De fato o CDLAF possibilitou a alguns agricultores(as) um novo acesso ao mercado onde o circuito é mais curto em relação ao que passa pelas processadoras de alimentos e supermercados.

No ano de 2007 podemos observar que a maioria dos agricultores(as) pesquisados comercializaram suas produções para a empresa processadora de alimentos Fruto da Terra, conforme tabela 4:

TABELA 4 – Para quem foram vendidos os produtos orgânicos ou ecológicos em 2007.

---

<sup>75</sup> Com a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, onde se lê no Art. 3o “§ 1o No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa (...)” admitiu-se legalmente a não obrigatoriedade da certificação em caso de venda direta dos produtos orgânicos ou ecológicos por agricultores(as) familiares oficializou as diferentes práticas de avaliação de conformidade existentes no Brasil e viabilizou o acesso aos programas de compra governamental a grupos de agricultores que optam por Sistemas Participativos de Garantia (KARAM *et alii*, 2006).

AGRICULTOR(A)	FRUTO DA TERRA	SUPERMERCADOS	INTERMEDIÁRIO	COMPRA DIRETA	DIRETO AO CONSUMIDOR
Mario Gabriel Gasparin	1				
Oromar Fioreze	1				
Gilmar dos Santos Farias			1	1	
Alírio Ediomar Gasparin		1			
Adyr Antônio Fioreze					1
Natair Cavassin	1				
Agostinho Valter Gasparin	1				
Cléber Cristiano Gasparin	1				
Grimaldo Gasparin	1				
Elisete do Rocio Gasparin			1	1	1
Mario Ângelo Gasparin					
Vera Lúcia Cavassin	1				

Fonte: Dados da pesquisa individual e da pesquisa coletiva da turma VI do doutorado MADE.

Ainda que somente dois deles estivessem entregando seus produtos para o CDLAF em 2006-2007, este programa é bem visto pela maioria dos agricultores(as) entrevistados. Eles demonstraram interesse em aderir ao programa como forma de acesso a um novo canal de comercialização para seus produtos ecológicos.

Ao refletirmos os objetivos do PAA – garantia de renda e sustentação de preços aos agricultores(as) familiares; fortalecer o associativismo e o cooperativismo; promover a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais; formar estoques estratégicos; melhorar a qualidade dos produtos da agricultura familiar; reforçar a estruturação de circuitos locais e regionais de abastecimento; incentivar o manejo agroecológico dos sistemas produtivos e o resgate e preservação da biodiversidade (CONAB, 2006) – alguns efeitos claros que se observa entre os agricultores(as) das comunidades estudadas são: a formação de um canal de comercialização sem intermediários e com preços razoáveis; uma garantia de renda de no máximo R\$ 3500,00/ano que é bem vista pelos agricultores(as); a participação dos agricultores(as) locais como Elizete Gasparin e Adyr Fioreze nas discussões sobre o PAA dentro de organizações sociais como a CRESOL.

Em Rio Branco do Sul, assim como em outros municípios da RMC, o PAA legitima as ações da CRESOL, SINTRAF e da Rede Ecovida na medida em que

estas organizações sociais cumprem um importante papel de organização dos agricultores(as) familiares e de mediação com os Governos Municipal, Estadual e Federal. Como indica Leff (2006, p.251) é preciso que critérios de racionalidade ambiental orientem políticas públicas, normatizem os processos de produção e consumo e legitimem as ações e comportamentos de diferentes atores e grupos sociais para alcançar certos fins definíveis e objetivos de desenvolvimento sustentável. O Programa de Compra Direta pode estar auxiliando na construção desta outra racionalidade produtiva efetivada pelo movimento agroecológico brasileiro.

De acordo com Rusczyk (2007), para os agricultores(as) ecológicos(as) destas comunidades de Rio Branco do Sul a CRESOL é fundamental, pois possibilitou o acesso ao crédito e a continuidade do processo de organização e mobilização após a “saída de cena” da Associação RIOSUL e da AOPA. A organização dos agricultores na CRESOL pode estar representando uma conquista de oportunidades para expressar seus pontos de vista, desejos, crenças e expectativas em torno do seu futuro como agricultor(a) e cidadão. Através da CRESOL alguns agricultores(as) de Rio Branco do Sul têm participado de Fóruns e Encontros, como o Fórum das Organizações da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira<sup>76</sup>. A satisfação e a realização pessoal, como ganho derivado da participação cidadã na discussão, planejamento e experimentação de alternativas (sejam de aplicação individual ou coletiva, sejam de natureza tecnológica ou organizacional), podem representar uma importante razão social para certos tipos de mudanças por parte dos agricultores.

O Sistema CRESOL foi destacado por agricultores(as) ecológicos(as) de Rio Branco do Sul como uma organização importante para a viabilização de projetos da agricultura familiar, sendo que dois agricultores(as) ecológicos da comunidade da Campina dos Pinto, eram membros da diretoria da entidade no Vale do Ribeira.

Tem a CRESOL, cooperativa, aí aproveita a reunião pra discussão, vê os mercado, tudo, discutindo como ir para frente, aí vai indo, às vezes uma vez por mês. O acesso através da cooperativa, crédito, organização, tem menos burocracia. (...) A cooperativa é referência pros trabalho hoje (ADYR FIOREZE *apud* RUSZCZYK, 2007, p.122).

---

<sup>76</sup> O Fórum das Organizações da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira é um importante espaço de articulação regional para várias organizações sociais de trabalhadores da agricultura familiar como sindicatos e associações. Nele participam, por exemplo, as CRESOL de Itaperuçu, Cerro Azul e Rio Branco do Sul, AOPA, DESER, entre outros.

Com o surgimento da CRESOL o acesso aos recursos financeiros passou a ser facilitado e com menos burocracia, afirmação demonstrada no fato de recorrerem ao crédito todas as famílias pesquisadas. Essa modalidade de crédito e a possibilidade de uma capitalização, de acordo com os entrevistados, permite maior estabilidade e segurança para planejar os investimentos e a produção no curto e longo prazo, pois é um recurso de fácil acesso e com boas condições de pagamento.

Hoje eu pego financiamento e deixo lá no banco aplicado. Às vezes a gente precisa pra fazer alguma coisa, pra aplicar pra agricultura, ou às vezes precisa comprar uma maquina melhor né, então as vezes nem precisa. Uma vez eu precisava pra comprar alguma coisa, até pra comer a gente precisava desse dinheiro. E é um dinheiro que não é muito, se não tiver a consciência de que vai fazer com ele. Quando eu tava no convencional, eu pegava todo ano, ia lá no banco e refinanciava a dívida com o gerente. E vinha a conta e vinha tudo quanto é coisa, taxa sobre taxa, uma loucurada. Acabava deixando um monte de dinheiro lá sem a necessidade, mas era por causa que eles mandavam fazer aquilo, porque não tinha como pagar (OROMAR FIOREZE, 2007).

A gente faz o financiamento, mas só que também às vezes usa um pouco e às vezes não usa né. Se precisar a gente usa, se não precisar fica no banco, aí a gente faz investimento. Que nem a gente pegou uma quantia pra pagar em seis anos né, investimento (MARIO GABRIEL GASPARIN, 2007).

Mesmo estando ligados ao IBD e trabalhando de certa forma integrada a empresa Fruto da Terra, ao considerarmos as lutas dos agricultores(as) junto à Associação RIOSUL, SINTRAF de Itaperuçu, CRESOL, AOPA, Conselho Estadual de Agricultura Orgânica (CEAO), de fato tem-se avançado na construção de uma outra racionalidade produtiva.

#### 4.4 A FORMAÇÃO DO GRUPO DOIS PINHEIROS NA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

Preocupados justamente com uma “filosofia” mais ecológica e social, os associados da AOPA buscaram uma nova missão voltando-se ao fomento da agroecologia, cursos e execução de projetos (como o Iguatu, Florestando a



Agricultura Familiar do Paraná, PISO, Feiras de Orgânicos).<sup>77</sup> Ao mudar seu foco, a AOPA abandonou a certificação por auditoria através do IBD e aderiu em 2002 a Rede Ecovida de Agroecologia e seu sistema de “Certificação Participativa em Rede”.

As discussões sobre a certificação participativa remontam ao ano de 1997, após inúmeros debates iniciados em 1994 sobre a necessidade dos produtos serem certificados e normatizados nacionalmente. Como as discussões que originaram a IN-007/1999 dividiram as opiniões sobre os melhores procedimentos para o processo de certificação das propriedades ecológicas, foi realizado um encontro, no município de Caçador/SC, entre entidades de agricultores(as) e de assessoria que trabalham com a agroecologia e a agricultura familiar em Santa Catarina<sup>78</sup>, buscando formar um instrumento para certificação participativa que funcionasse como uma alternativa efetiva à certificação por auditoria, a qual não contemplava os interesses dos agricultores(as) familiares e suas associações. A certificação participativa surge em oposição ao modelo caracterizado como vertical, por este concentrar o poder na empresa certificadora que estabelece os critérios, faz as vistorias (auditoria externa) e se a propriedade estiver dentro das normas exigidas confere o selo certificando que aqueles produtos são “orgânicos”.

Na Rede Ecovida criou-se uma personalidade jurídica, a Associação Ecovida de Certificação Participativa, afim de formalização jurídica e estatutária própria. Esta associação tem condições de “certificar” a produção agroecológica e seu raio de atuação abrange os mesmos Estados brasileiros que a Rede Ecovida.

A Certificação Participativa em Rede da Rede Ecovida está estruturada sobre alguns critérios: 1) o agricultor deve fazer parte de uma organização (grupo, associação ou cooperativa) a qual se integra à Rede pela indicação de dois membros no núcleo regional mais próximo; 2) esta organização deve ser acompanhada tecnicamente por pessoa ou organização ligada à Rede, ser aprovada

---

<sup>77</sup> A AOPA atualmente trabalha no Vale do Ribeira, na RMC, nos Campos Gerais e no Litoral do Paraná, atingindo de forma indireta perto de 400 famílias, sendo que, desse total, atua de forma direta com aproximadamente 300 famílias, assessorando-as nas áreas da organização, da produção agroecológica, processamento, certificação e comercialização. Entre os objetivos da AOPA destaca-se a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar agroecológica, construindo uma melhor qualidade de vida, através da organização, formação, articulação, comercialização e divulgação de seu projeto (PORTFÓLIO, 2004).

<sup>78</sup> As entidades articuladoras da Rede Ecovida de Agroecologia foram a Associação dos Produtores do Oeste Catarinense (Apaco), de Chapecó; o Centro Vianei de Educação Popular, de Lages; o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (Cepagri), de Caçador; e a Terra Nova, do oeste catarinense (KARAM, 2001, p.78).

pelo núcleo, preencher o cadastro e pagar a anuidade; 3) se houver interesse no certificado Ecovida e utilização do selo nos seus produtos, o interessado preenche o formulário de requerimento de certificação com as informações da sua propriedade; 4) esse formulário é analisado pelo Conselho de Ética do núcleo; 5) o passo seguinte é a visita de vistoria do Conselho de Ética com a presença de um representante do núcleo de ética local; 6) é feita uma auto-avaliação em relação às normas da Rede; 7) em seguida será realizado um diagnóstico e o posterior encaminhamento das mudanças necessárias para adequação, se for o caso; 8) os conselheiros e o representante da assessoria elaboram um relatório, aprovando ou não, a certificação para aquela associação; 9) emite-se o certificado para a associação, solicita-se ao conselho de certificação a remessa de certo número de selos. Após um ano é realizada outra visita nas propriedades, a fim de verificar o cumprimento das modificações necessárias (SANTOS, 2003, p. 5-6).

É importante destacar que, embora a rede tenha surgido em torno do debate da certificação, esta é apenas uma das atividades desenvolvidas pela Rede sendo que determinada “organização pode estar na rede e não ser certificada, mas nunca o contrário” (SANTOS, 2003, p. 5).

A Rede Ecovida de Agroecologia hoje se compõe por agricultores(as) familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais. De acordo com os documentos da Rede:

A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria e pessoas envolvidas e simpatizantes com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos bem definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia nos seus mais amplos aspectos, disponibilizar informações entre os envolvidos e criar mecanismos legítimos de geração de credibilidade e de garantia dos processos desenvolvidos pelos seus membros (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2002, p. 10).

Com a proposta de luta por um novo modelo de agricultura e sociedade baseado nos princípios da solidariedade, da cooperação e do respeito ao meio ambiente a Rede Ecovida estabeleceu alguns princípios norteadores: ter a agroecologia<sup>79</sup> como base para o desenvolvimento sustentável; trabalhar com

---

<sup>79</sup> A Rede define a Agroecologia como todo o processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores e agricultoras desenvolvem suas atividades protegendo o ambiente e sem depender dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais. A agroecologia visa qualidade de vida e não somente as sobras financeiras. É a

agricultores(as) familiares e suas organizações; ser orientada por normativa própria de funcionamento e de produção; trabalhar na construção de mercado justo e solidário; garantir a qualidade do processo por meio da certificação participativa.

Estes princípios têm como objetivos: desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; estimular o trabalho associativo na produção, comercialização e consumo de alimentos ecológicos; articular e tornar disponíveis informações entre as organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; ter uma marca/selo que expresse o processo, o compromisso e a qualidade.

Desde o ano 2000 a Ecovida vem se organizando no formato de núcleos regionais, também chamados de “nós”, e conta atualmente com 24 núcleos, que interligados formam a rede, abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores(as), 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores (REDE ECOVIDA, 2008). Os núcleos distribuem-se conforme figura 1:

FIGURA 1: Mapa dos Núcleos Regionais da Rede Ecovida

---

base para o desenvolvimento sustentável que inclui os aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos adequados, onde os trabalhadores e trabalhadoras assumem o papel principal e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada (SANTOS, 2003).



Fonte: ECOVIDA, 2008.

Com a entrada da AOPA na Rede Ecovida de Agroecologia criaram-se novas possibilidades para os agricultores(as) ecológicos(as) de Rio Branco do Sul. A data histórica de início é 14 de novembro de 2002 quando se realizou na sede da AOPA em Curitiba a reunião de fundação do Núcleo Maurício Burmester do Amaral (MBA). Naquele momento marcava-se a mudança, não apenas para uma outra forma de certificação da produção, mas sim para uma perspectiva agroecológica que procura aliar, além da mudança da base tecnológica da agricultura, uma transformação e construção de uma ética, a partir de valores e princípios de respeito ao meio ambiente, de solidariedade, de cooperação, de respeito às diferenças, com o resgate da cultura local e valorização da vida.

O Núcleo Maurício Burmester do Amaral é composto por 25 grupos integrados por 302 famílias, abrangendo 23 municípios no entorno de Curitiba (MAYER, 2006, p.16), dentre eles o Grupo Sabugueiro que aglutina 12 famílias de agricultores(as) dos municípios Bocaiúva do Sul, Colombo e Rio Branco do Sul. Assim que fundado o Núcleo Regional MBA formou-se o Grupo Sabugueiro ao qual integrou-se Alírio Gasparin, agricultor ecológico da comunidade Campina dos Pinto que iniciou o processo de conversão em 1997:

Depois da AOPA parando a comercialização, foi montada a Rede Ecovida, aí a AOPA até tava meio junto e a gente conseguiu entrar. Aqui não deu grupo, no nosso lugar, aí eu peguei e fui pro Grupo [Sabugueiro] lá de Bocaiúva. To participando lá, já faz três ou quatro anos que eu to lá! (...) Eu entrego no supermercado, embalo e daí entrego direto. Eu mesmo faço a entrega. É aqui na região, Rio Branco e Itaperuçu, só nessa região aqui. (...) Porque aqui no nosso lugar, nós somos em três produtores. Porque os dois que moram aí, eles entregam para uma empresa em Colombo [a Fruto da Terra] e a empresa certifica eles. Agora, como eu entrego, eu mesmo particular, eu precisava de uma certificação. E o IBD para você pagar só pra você fica muito caro, aí eu optei pela Rede Ecovida. Sai mais barato e é melhor a certificação! E sempre tem acompanhamento. A IBD vem uma vez por ano só, não acompanha nada. (...) Comercializei com a APAC, associação que tinha em Colombo, que acabou fechando também. Mas para Fruto da Terra eu nunca entreguei. Eu faço entregas pro mercado mesmo. Depende de mim mesmo né, o certificado sai no meu nome, enquanto eles entregam mas o certificado é da empresa. A hora que fechar a empresa eles ficam sem certificado. (ALÍRIO GASPARI, 2007).

Depois que a APAC fechou eu comecei a trabalhar com o Alírio. Nessa hora todo mundo foi desacorçoando e caindo fora. Por que era muito raro mesmo, não tinha condição na venda. Era muita gente e pouca venda. Mas como o Alírio entregava nos mercado ele continuou e eu continuei com ele. Daí pra entregar nos mercado de Rio Branco e Itaperuçu ficou ele só. Hoje o mercado até tá bom, as pessoas tão conhecendo mais o que que é orgânico. Até porque o convencional tá mais caro que a orgânica agora lá no mercado, mas porque a geada acabou com as verdura por aí (GILMAR DOS SANTOS FARIAS, 2007).

Alírio Gasparin comercializa diretamente com seis mini e supermercados de Rio Branco do Sul e Itaperuçu desde 2002, realizando junto com sua esposa o processamento das verduras que produz. Desta forma ele não depende das empresas processadoras de alimentos para comercializar seus produtos e se mantém de acordo com os objetivos da Ecovida: “o estabelecimento de relações mais próximas entre agricultores(as) e consumidores através de formas de comercialização que priorizem a venda direta e/ou que reduzam ao máximo as intermediações” e a “valorização e priorização no atendimento ao mercado interno” (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p.16).

Já participei [de feira], só que era convencional, quando nós fazia. Eu gostaria de fazer do orgânico, mas o problema é tempo. Porque pra produzir e vender na feira, precisa de tempo. Ficar ali meio dia, um dia vendendo, pra mim é complicado. Daí eu prefiro entregar em supermercado que eu chego ali entrego e volto embora. (...) Olhe, eu acho que se a gente conhecesse [os consumidores] era melhor, podia estar explicando como funciona tudo. Mas é difícil você conhecer todos que compram. Bom seria se pudesse, até aonde eu entrego em Itaperuçu vai vir uma escola aqui, pra conhecer como é que produz. O mercado onde eu entrego já me pediu se podia. Tranquilo porque isso é bom, porque as crianças já conhecendo como funciona pode passar pros pais que às vezes não conhece. E o futuro

vai ser melhor se todo mundo conseguir consumir orgânico (ALÍRIO GASPARIN, 2007).

Para Schmidt (2001, p.69) essa organização a jusante da produção – beneficiamento, transformação e comercialização – permite a redução das margens aplicadas ao longo do circuito de comercialização e uma baixa no preço ao consumidor, ao mesmo tempo que favorece a adoção da agricultura ecológica por um número maior de produtores. E, nestas condições, os agricultores(as) ecológicos(as) podem se inserir nos circuitos de comercialização já estabelecidos. Para isso, será necessário que os atores da agricultura ecológica passem a conhecer o mercado, a entender de comercialização e a trabalhar informações econômicas. De outra forma, ter-se-á, mais uma vez, a transferência das fontes de poder para os agentes a jusante da agricultura ecológica. É preciso evitar que, de novo, ocorra uma fuga do valor gerado para os beneficiadores e os distribuidores.

Até o ano de 2007 quase todos os agricultores(as) que não participavam diretamente da Rede Ecovida manifestaram interesse pela certificação participativa. Dentre estes, Adyr Fioreze e Mario Ângelo Gasparin demonstraram estarem interessados na proposta agroecológica da Rede para além da certificação participativa, não por coincidência eles foram pioneiros na agricultura ecológica em Rio Branco do Sul. Metade dos entrevistados afirmou desconhecer as diferenças organizacionais ou ideológicas entre a Rede Ecovida e o IBD, porém, a idéia de que a certificação participativa é economicamente mais acessível ao pequeno agricultor aparece nos discursos de todos os entrevistados. Além desta idéia, uma parte deles também acredita que o sistema de certificação participativo pode ser um sistema de fiscalização mais eficaz:

Olha, eu não participo desse negócio aí [Rede Ecovida]. Eu não sei te dizer, sinceramente eu não sei a diferença só sei que são duas coisas que marcam em cima do orgânico, agora eu não sei te dizer a diferença. Se eu participasse com certeza eu iria saber [risos]. Também nunca tive o interesse de perguntar pra alguém, podia perguntar [risos] (ELIZETE GASPARIN, 2007).

Porque certificador tem várias, não é só IBD, tem várias. Eu acho que ainda hoje uma das melhores é a IBD. Porque IBD não é só a nível Brasil, faz até exportação, acho que é importante. E da Ecovida aqui é só da região, não tem como exportar nada. Assim, se um dia eu até poder exportar pela IBD é melhor. (...) Eu não sei, porque a certificação deles eu tô pouco informado. Pra começar eu nunca participei de reunião deles, eu não sei como falar. Então é meio só o vizinho que passou umas dicas pra gente, mas eu tô bem por fora (MARIO GABRIEL GASPARIN, 2007).

Eu acho que até a Ecovida certifica melhor o produtor do que a IBD. Eu não trabalho com a Ecovida, mas o que eles fazem, falam do tipo de certificação, uma vez por mês eles se reúnem numa propriedade pra conversar, pra ver. E o IBD não, o IBD vem uma vez por ano certifica aí e fica sujeito a vir uma visita surpresa, mas não é que obrigatoriamente eles tão sempre vindo. Eu não sei explicar bem eu não participo né! Mas pelo que eu fiz um curso junto com a turma da AOPA, da Ecovida né, eu acho que é uma participação onde o próprio produtor vai se certificar e se fiscalizar. Que nem eu faço um grupo aqui no meu lugar. Se eu ver um vizinho pondo alguma coisa lá eu vou reclamar com ele, dizer que não é por aí! Porque de repente por causa dele eu vou perder minha certificação também. Tô no grupo dele né! Por isso que eu disse pra você já hoje, eu vejo que o Ecovida é um jeito melhor do que IBD de certificado. Por que um vai fiscalizar o outro né! (GRIMALDO GASPARIN, 2007).

Eu acho que pelo pouco conhecimento que eu tenho na lógica de certificação da Rede Ecovida, eu acho que ela é mais produtiva, vocês devem ter conhecimento como ela funciona mais, o fato do grupo de agricultores terem que se reunir todo mês numa propriedade. Se tiver qualquer suspeita de alguém fazer alguma sacanagem você acaba percebendo, porque sempre deixa rastro né, não tem como você deixar usar algum tipo de produto convencional. Então acho que ela consegue ter mais seriedade, porque a IBD também, como eles vem hoje não sei como que é, mas na época era a cada 6 meses que eles vinham na propriedade. Bom, 6 meses dá pra você fazer se quiser fazer sacanagem faz né. Claro que a gente aqui, tenho certeza que do grupo ninguém fazia isso, mas já fiquei sabendo de agricultores que tava entregando produto como orgânico e era convencional. Talvez não era da propriedade dele, mas o dele acabava comprando de outro lá. Quer dizer, que preocupação que esse cara tem? Daqui a pouco vai lá na horta dele e bota veneno se der alguma praga pra não perdê. E vai continuar vendendo como orgânico! Então, acho que o fato de vir a cada 6 meses, esse tempo é muito longo e se a pessoa tem visão meramente de mercado, tá produzindo orgânico só pela visão de mercado, ele acaba fazendo alguma sacanagem (ADYR FIOREZE, 2007).

Alguns dos agricultores(as) que vendem para a Fruto da Terra conversaram com a Célia Lazarotto sobre a possibilidade de participarem da Rede Ecovida, com o argumento principal de que tem menos custos na certificação:

Que nem o IBD e a Ecovida, na verdade fazem a mesma coisa. Mas um dia falamos pra Célia que o IBD é caro né, eles cobram muito pra certificar. (...) O Ecovida é mais barato um pouco. Estes dias falamos pra Célia, porque ela não trabalhava com a Ecovida né, aí ela disse que o IBD é melhor porque é mais conhecido, é mais nacionalmente e se duvidar fora também. E a Ecovida acho que é só aqui no Sul, né (GRIMALDO GASPARIN, 2007).

No ano de 2007 eram freqüentes as conversas entre os agricultores(as) e também com a empresa Fruto da Terra sobre a criação de um grupo da Rede Ecovida ali na Campina dos Pinto e Pinhal. Quando a AOPA entrou para a Rede os agricultores(as) destas comunidades conversaram sobre a possibilidade de formar um grupo, mas os esforços iniciais não tiveram continuidade e o grupo não se

formou na região. Por este motivo, Alírio teve que se integrar ao grupo Sabugueiro de Bocaiúva. Em entrevista, Alírio afirmou que participar no grupo Sabugueiro é muito bom mas há a dificuldade de ter que se deslocar para outros municípios todos os meses para as reuniões e visitas às unidades de produção.

Retomando o fato de que desde a metade do ano 2007, Mario Ângelo e Adyr mantêm uma banca de produtos ecológicos uma vez por semana na Escola Técnica da UFPR mas não tinham ainda um selo de certificação, e somando à dificuldade no deslocamento de Alírio para outros municípios além da não participação de Gilmar e Elizete na Rede Ecovida, percebia-se à época o crescimento dos interesses em constituir um grupo da Rede Ecovida na comunidade Campina dos Pinto:

E aí nós vamos fazer um grupo agora, eu tenho um pessoal aí que são ligado a Rede Ecovida. Éramos um grupo da AOPA né, então a gente tá buscando aí fazer um grupo agora da Rede Ecovida. E eu vou necessitá porque daqui um... esse próximo ano eu já tenho, espero ter ameixa pra vender, caqui, tudo orgânico né, então (ADYR FIOREZE, 2007).

(...) aqui não existia, não funcionava a Ecovida, foi uns anos depois de começar. Até nós tinha falado com o Adyr aí de montar um grupo e trabalhar com a Ecovida também, mesmo estando com a IBD. Fazer um grupo da Ecovida nunca é demais né! Uma reunião, conversar sobre orgânico e certificar com outro selo, não tinha problema né! O meu primo lá, trabalha com a Ecovida (GRIMALDO GASPARIN, 2007).

Eles [Grimaldo e Agostinho] também tão pensando em começar a participar da Ecovida, não sei se eles comentaram. É parece que eles tão falando que tão querendo fazer um grupo pra cá também, da Ecovida (ELIZETE GASPARIN, 2007).

Foi então que Adyr, Alírio, Elizete, Gilmar, Lauro Silva<sup>80</sup> e Mario Ângelo decidiram formar um grupo da Rede Ecovida. Mario Ângelo (04/09/2008) afirmou que a participação de Alírio neste novo grupo, que chamaram Dois Pinheiros, é muito importante pois como ele é conhecido por agricultores(as) de outros grupos, o pedido de criação do grupo Dois Pinheiros foi prontamente aceito na reunião de janeiro de 2008. Conforme dito acima, pra que uma organização (grupo, associação ou cooperativa) se integre à Rede Ecovida é necessária a indicação de dois

---

<sup>80</sup> Lauro Silva e sua esposa compraram uma chácara em Colombo deixando a vida nos grandes centros urbanos em busca de uma vida mais próxima da paisagem natural e de um modo de vida do campo. Ambos aposentados de suas profissões anteriores, iniciaram o cultivo de fruteiras e verduras para o auto-consumo já com preocupações com a saúde e também ecológicas. Lauro chegou a vender seus excedentes de produção através da AOPA no período em que esta ainda organizava a comercialização. Depois de a AOPA parar com a comercialização Lauro comercializou com a APAC. Conhecido e amigo do pessoal da Campina dos Pinto, Lauro se interessou e participou das conversas que levaram à criação de um grupo da Rede Ecovida na região.



membros no núcleo regional mais próximo. Além de contar com Alírio, membro da Rede desde 2003, o grupo Dois Pinheiros conta com Adyr, já conhecido na região e na Rede Ecovida por sua liderança e pioneirismo na agricultura ecológica. Não menos importante é a participação de Elizete, que é referência nos trabalhos com a agricultura e nas atividades comunitárias, sendo um liderança reconhecida na comunidade pelo seu trabalho na Igreja, na CRESOL e nos diálogos sobre as questões de gênero no campo. Mario Ângelo, Gilmar e Lauro também são experientes agricultores(as) ecológicos(as) que ajudam a compor este novo grupo da Ecovida. O grupo Dois Pinheiros nasceu oficialmente em janeiro de 2008, mas já acumula muita experiência na produção ecológica e reúne, não por acaso, agricultores(as) bastante atentos às questões ambientais, à saúde da família, à valorização da agricultura familiar e ao associativismo. Para Karam,

(...) a sociabilidade por meio do associativismo tem se caracterizado como um elemento essencial neste projeto social da agricultura orgânica na RMC. Com a participação nos Grupos de Agricultores(as) e na própria AOPA, os agricultores(as) têm podido perceber os problemas e as dificuldades comuns, ao mesmo tempo em que têm participado de decisões e encaminhamentos para o conjunto dos associados (2001, p.185).

Embora o grupo na Campina dos Pinto tenha se concretizado, alguns agricultores que haviam demonstrado interesse em criar um grupo da Rede Ecovida na região não aderiram ao grupo Dois Pinheiros. Antes mesmo da criação deste grupo já haviam comentários de que alguns agricultores estão “acomodados” na relação com a empresa Fruto da Terra. Com a experiência na produção ecológica, de no mínimo 6 anos, e mantendo uma relação comercial com a empresa Fruto da Terra onde contam com a garantia de venda de seus produtos, muitos deles vivem atualmente uma situação de certa estabilidade:

Com o Fruto da Terra é bem melhor, a gente tem o dia certo pra colher, leva ali, certinho, ao invés de você pegar e sair na madrugada pra ir lá no [CEASA] Pinheirinho, é complicado, então, pra nós do orgânico mudou bastante. A gente pode colher um dia antes, ou até no dia, já leva no dia, tudo pertinho aqui (MARIO GABRIEL GASPARI, 2007).

Nós temos o IBD por causa que o Fruto da Terra trabalha com a IBD né. Então o selo encaixa junto (GRIMALDO GASPARI, 2007)

Eu tenho planos pra ter essa certificação [da Ecovida]. É pra mim representar o grupo, porque o pessoal daqui, os agricultores da IBD, só querem saber de trabalhar. Não querem saber de outra coisa. Por que eu vou representar o grupo lá, se os caras não querem saber de nada? Ah, eu

não! Então isso me desanimou. Vou representar os caras da IBD, eles não estão nem aí, acham que isso é perda de tempo, que só querem trabalhar, então se eles se interessar também que corram atrás (OROMAR FIOREZE, 2007).

Veja bem, se a gente fosse pra fazer uma feira, por exemplo que não ia fugir da agricultura, eu não tenho tempo pra isso. Ou você pega só pra vender ou só pra plantar. E se pegar só pra vender vai ter que comprar de outro. E se pegar só pra plantar você vai ter que ter o atravessador no meio (OROMAR FIOREZE, 2007).

Alguns autores apontam baixos níveis de organização associativa na agricultura familiar da RMC, afirmando que “o associativismo 'desembarcou' na RMC nos anos de 1980 com uma visão de cima para baixo, onde 'eles' foram os protagonistas e o 'eu' e o 'nós' ficaram distantes, produzindo.” (CIDADE JR., 2008, p.149). Soma-se a isto a expansão do individualismo e capitalismo no campo, que em muitos casos, dificultam a organização coletiva e o pensamento cooperativista. Cidade Jr. (2008) afirma que esta visão subsistiu por muito tempo e teve como resultado o fechamento de quase todas as associações fomentadas pelo Estado nos anos 1980. No caso da APAC, por exemplo, um sentimento negativo de fracasso, prejuízo, roubo, etc., configurou um quadro de individualismo mais exacerbado do que o anterior. Por isso Cidade Jr. (2008) conclui que os agricultores associados da APAC foram de certa forma “imunizados” contra o associativismo, “Como demonstra a fala de um integrante da APAC: 'Eles quase me quebraram!' Em função destes problemas acredita-se que existe atualmente uma aversão generalizada ao redor do associativismo” (CIDADE JR, 2008, p.91).

Para Paulo Mayer, “os baixos níveis de organização associativa é uma característica da agricultura familiar na região” (2006, p.15) mas o autor argumenta que recentemente esse quadro vem sendo modificado. Com a criação e dinamização de organizações de base voltadas para o desenvolvimento local – como a AOPA, o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) e as CRESOL de Itaperuçu, Cerro Azul e a recém criada CRESOL de Rio Branco do Sul – e a emergência de um importante espaço de articulação regional, o Fórum das Organizações da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira, está se fortalecendo o associativismo e a mobilização coletiva para construir e disseminar alternativas técnicas, econômicas e sócio-organizativas para o enfrentamento das dificuldades. Mayer (2006, p.16) acrescenta que a constituição de grupos ou associações de

agricultores vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia é um desdobramento das ações no campo do fortalecimento organizacional.

Estes dois processos parecem ocorrer entre os agricultores das comunidades da Campina dos Pinto, Pinhal e Capiuru dos Cavassin. Entre os entrevistados há alguns que, mesmo com um passado de dificuldade na comercialização com a AOPA, APAC e mais recentemente com a Fruto da Terra, não buscaram alternativas de comercialização e certificação de seus produtos através do associativismo ou cooperativismo. Há também os agricultores que identificaram problemas na comercialização e certificação de seus produtos, além de outros fatores, e se organizaram no grupo Dois Pinheiros ligado à Rede Ecovida de Agroecologia.

TABELA 5: Participação formal nas organizações sociais.

AGRICULTOR(A)	SINDICATO	CRESOL	AOPA	APAC	DOIS PINHEIROS (ECOVIDA)
Mario Gabriel Gasparin	não	sim	participou	participou	não
Oromar Fioreze	sim	sim	participou	não	não
Gilmar dos Santos Farias	não	sim	sim	não	sim
Alírio Ediomar Gasparin	sim	sim	sim	não	sim
Adyr Antônio Fioreze	sim	sim	não	não	sim
Natair Cavassin	sim	sim	não	não	não
Agostinho Valter Gasparin	não	sim	participou	não	não
Cleber Cristiano Gasparin	não	sim	participou	não	não
Grimaldo Gasparin	não	sim	participou	não	não
Elisete do Rocio Gasparin	não	sim	não	não	sim
Mario Ângelo Gasparin	sim	sim	participou	não	sim
Vera Lúcia Cavassin	sim	não	não	não	não

Fonte: Dados coletivos da Turma VI do doutorado MADE (2006) e dados desta pesquisa (2007).

A resistência destes agricultores familiares às diferentes pressões, rupturas ou mudanças nos processos produtivos, a partir dos problemas externos à unidade de produção, principalmente dos mercados, leva muitos deles à adoção de estratégias de diversificação dos canais de comercialização. Esses canais passam pelo mercado das processadoras (Fruto da Terra), da venda direta em programas governamentais (CDLAF), da venda direta ao consumidor (banca de ecológicos na

Escola Técnica da UFPR), da venda a intermediários (como fazem Gilmar e Elizete) ou a pequenos mercados próximos (como faz Alírio).

Uma importante lição aprendida pelos agricultores(as) ecológicos(as) destas comunidade é a de que o processo de transformação dos sistemas produtivos da agricultura familiar sob uma perspectiva ecológica deve caminhar, pelo menos no contexto de uma agricultura modernizada como a da Região Sul, passo a passo com o esforço por redesenhar as formas de processamento, comercialização e certificação do produto orgânico ou ecológico.

Hoje, eu acredito que eles tão bem mais consciente né, não só pro mercado, mas vamo dizer que se perder esse mercado hoje, eu sempre falo pra eles que: empresa é empresa, se a AOPA como associação quebrou pode ser que a empresa [Fruto da Terra] também daqui um tempo quebre e daí né? Então nós tamo buscando esses ponto de fera. Mas se quebrar, eles tem que saber que se voltar pro convencional isso vai ter uma consequência. Porque parece que hoje eles percebem isso, porque o fato de usar produtos agrotóxicos aí acaba muita gente morrendo de câncer. Parece que eles tem mais claro isso daí né (ADYR FIOREZE, 2007).

Se considerarmos, por exemplo, os cerca de 200 grupos hoje integrados à Rede Ecovida de Agroecologia, é possível constatar grande diversidade de situações do ponto de vista de suas relações com o mercado. Alguns grupos comercializam seu produto em circuitos convencionais sem os diferenciarem como orgânicos ou ecológicos, subvertendo a tese de que os preços atrativos pagos por um mercado diferenciado são o principal elemento (senão o único) capaz de motivar a incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos sistemas produtivos. Outros – uma parcela significativa – circulam boa parte de sua produção diretamente ao consumidor em feiras, pontos de oferta, entregas em domicílio ou cooperativas de consumidores. Alguns deles, como Alírio Gasparin, trabalhando com volumes maiores de produção comercializam parte de seus produtos em grandes lojas e supermercados.

O elemento fundamental nesses diferentes processos é a existência de um trabalho, ainda que em estágio inicial, de construção ativa do mercado, que busca evitar e/ou minimizar a presença de intermediários na comercialização de produtos agrícolas, encurtando a distância entre produtores e consumidores, fortalecendo sistemas participativos de geração de credibilidade de seus produtos e fomentando, na medida do possível, redes locais de abastecimento.

#### 4.5 A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ECOLÓGICOS E OS CONSUMIDORES VERDES

Ao se analisar as trajetórias dos agricultores enquanto atores do movimento agroecológico identificou-se como obstáculo à ampliação da produção e do próprio movimento as dificuldades na comercialização dos produtos orgânicos ou ecológicos e o fraco associativismo. Embora tenham sido identificadas algumas situações de fragilidade no associativismo da região, apontados por Karam (2001), Balestrin (2002), Cidade Jr. (2008), o que se observa atualmente é um crescente fortalecimento de processos organizativos ligados ao movimento agroecológico. Como indica Mayer, o baixo nível de organização associativa na região do Vale do Ribeira “vem sendo modificado com a criação e dinamização de organizações de base voltadas para o desenvolvimento local e a emergência de um importante espaço de articulação regional, o Fórum das Organizações da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira.” (2006, p.16).

Autores como Karam (2001), Balestrin (2002) e Zonin (2007) também constataram crises e entraves nos contextos de comercialização: “Apesar de existir uma demanda crescente por alimentos orgânicos, a pesquisa mostrou que o processo de comercialização ainda é bastante complexo, sendo considerado como um dos principais entraves” (DAROLT, 2001). Tal “gargalo” no processo de expansão da produção e consumo de produtos agroecológicos é, também, reconhecido pelo próprio movimento agroecológico.

Os obstáculos históricos à expansão da produção agroecológica na RMC se estabeleceram nas dificuldades de comercialização – seja com a logística do transporte e processamento quando realizado pelas associações, ou com as altas exigências por parte do comércio varejista (supermercados e hipermercados) que muitas vezes se traduz em perdas nas cargas entregues ou em bloqueio a este circuito de comercialização.

Dulley, Souza e Novoa (2000) confirmam que um grande obstáculo na comercialização via grandes redes supermercadistas é a dificuldade do produtor em ofertar uma grande variedade de produtos de qualidade (gosto e aparência atrativos ao consumidor) e periodicidade demandadas por estes canais de comercialização. A

exigência de suprimento constante, que muitas vezes desconsidera sazonalidades ou imprevisibilidades, e a variedade mínima que devem ser garantidos diariamente exigem alto planejamento da produção e do sistema logístico. Tal capacidade de gestão e poder de negociação com os varejistas é de difícil articulação entre pequenos produtores isolados. A comercialização com as grandes redes varejistas de Curitiba somente foi possível com a organização dos produtores em associações (AOPA, APAC, Rede Ecovida) ou através de empresas (Fruto da Terra e Rio de Una) que gerenciam e comercializam.

No caso onde a comercialização das verduras ecológicas produzidas em Rio Branco do Sul se dá em circuito longo, passando pela empresa Fruto da Terra, tornou-se aparente uma certa integração vertical entre os agricultores familiares ecológicos e a empresa processadora.

Sobre a posição da pequena produção familiar (camponesa) na economia capitalista, Chayanov explicou que para entrar no circuito do capitalismo a agricultura não precisa criar grandes unidades de produção sob a racionalidade capitalista:

*Repeating the stage in the development of industrial capitalism, agriculture comes out of a seminatural existence and becomes subject to trading capitalism that sometimes in the form of every large-scale trading undertakings draws masses of scattered peasant farms into its sphere of influence and, having bound these small-scale commodity producers to the market, economically subordinates them to its influence (CHAYANOV, 1966, p.257).<sup>81</sup>*

A constatação é de que o processo de integração vertical de inúmeras unidades de produção familiar dispersas e independentes é comandado técnico-economicamente pelo capital sem que, com isso, a unidade de produção camponesa desapareça. Como indica Abramovay, a penetração industrial na agricultura subordina a exploração familiar, mas não provoca a sua desaparecimento. “São capitais (...) que tomam conta das estruturas já existentes na agricultura, socializando-as, fazendo-as partes integrantes do grande mundo econômico, sem entretanto destruí-las” (1992, p. 68).

---

<sup>81</sup> Traduzido por Douglas Ochiai Padilha: “Repetindo a fase no desenvolvimento do capitalismo industrial, a agricultura sai de uma existência seminatural e se sujeita ao capitalismo comercial que às vezes na forma de amplos empreendimentos de comércio carrega massas de fazendas camponesas dispersas para dentro de sua esfera de influência e, tendo ligado estes produtores de mercadorias de pequena escala ao mercado, os subordina economicamente a sua influência.” (CHAYANOV, 1966, p.257).

Darolt (2001) constatou que, “no caminho da comercialização orgânica, o agricultor ainda é o mais prejudicado em termos de retorno econômico.” Atualmente, do valor total (100%) deixado no caixa pelo consumidor, em média 30% são destinados ao agricultor, 33 % são para cobrir os custos dos intermediários com embalagem, transporte e pessoal, e o restante (37%) corresponde à margem dos varejistas. Ressalta-se que desde os anos 90 o capital internacional tem aumentado sua participação no mercado varejista por todo o Brasil, em 2001 já detinha 57% dos supermercados e hipermercados, em Curitiba o Carrefour e a Rede Sonae (que comprou o Wal-Mart, SAM’s Club, Big e Mercadorama) detinham no mesmo ano 37% do varejo (SILVA, 2007, p.83).

Os novos padrões, como a quantidade, a qualidade, as normas de apresentação de embalagens, e o abastecimento (sistema de distribuição impessoal) de mercadorias ditado pela indústria alimentícia no seio da produção familiar conferem à indústria uma minimização dos riscos. Chayanov (1966) vislumbrava que a agricultura, a pesar do caráter evidentemente disperso e independente dos pequenos produtores, se transforma em um sistema econômico concentrado em uma série de grandes empresas e, através destas, ingressa na esfera controlada pelas mais avançadas formas do capitalismo financeiro. O mesmo autor, fazendo menção ao processo de exploração capitalista na agricultura, diz que o modelo de concentração vertical confere ao capital um melhor retorno econômico do que a relação modelada na horizontalização da produção.

A conquista da agricultura pelo capital é um fato de profundas conseqüências que em muitos casos representa a sujeição da reprodução material dos indivíduos às necessidades inerentes à lógica do capital. Este processo é fruto de uma razão totalitária, que se expande e globaliza. A economia capitalista tende, por sua própria “natureza”, a transpor a esfera da produção para capitalizar a “natureza” e a cultura (LEFF, 2006). Num certo sentido, então, o capital molda e recria a agricultura ao subordiná-la a sua direcionalidade.

Para Chayanov, ainda que o modelo de integração vertical cause mudanças nas estratégias internas da unidade produtiva familiar, devido à política de mercado e do processamento da produção, o conjunto das unidades deveria incorporar a forma cooperativa. De modo que a dinâmica produtiva centrada nos empreendimentos necessários ao comércio, ao crédito, ao transporte, a irrigação, a produção e ao processamento não pertenceria aos proprietários capitalistas, mas

aos pequenos produtores organizados em cooperativas. A recomendação de Chayanov parece ser seguida por associações e movimentos como AOPA e Rede Ecovida, que buscam se organizam de forma cooperativa e solidária entre seus membros e com a sociedade.

Mais do que superar limitações de ordem tecnológica, talvez o principal desafio na construção de formas alternativas de produção seja então discutir o papel do mercado como mediador exclusivo de relações sociais, criando novos valores e relações.

Para a teoria econômica neoclássica o *homo economicus* – como ser abstrato e genérico, o qual é dirigido sempre por um mesmo tipo de comportamento econômico, independentemente de seu lugar no tempo histórico e no espaço em que habita – é pressuposto. Em sua atividade econômica o indivíduo (as empresas) objetivaria a maximização do lucro, sua natural propensão materialista o induziria a escolher menos no lugar de mais esforço e a esperar pagamento por seu trabalho. Para tanto, pressupõe-se que tal indivíduo atua sempre segundo a racionalidade econômica, e que todo comportamento contrário é resultado de interferências externas. O mercado é, nesta perspectiva, o *locus* onde se processam tais escolhas maximizadoras. Para a economia neoclássica o mercado é entendido e definido como um mecanismo abstrato e asséptico onde ocorre a determinação dos preços das transações econômicas, definidas e realizadas livremente pelos indivíduos. Com o desenvolvimento do capitalismo constrói-se o mito de que o mercado é o lugar da liberdade, como se liberalismo econômico fosse sinônimo de liberalismo político. Somando-se à criação do mercado enquanto instituição, cria-se, na própria história e desenvolvimento do capitalismo, o mito do mercado que, por estar tão presente no cotidiano, se constitui na própria "razão", adquirindo vitalidade e categoria de verdade absoluta (PORTILHO, 2004, p.18).

Max Weber (1999) e Karl Polanyi (2001) criticaram a abordagem da teoria econômica neoclássica sobre a autonomia da esfera econômica no conjunto da sociedade. Tais autores destacam a centralidade da dimensão socializadora nas relações econômicas, e por conseguinte nas relações mercantis, em detrimento da perspectiva da relação individual e intimista. Com eles restaura-se a compreensão dos fenômenos econômicos como sociais, e, em decorrência, o mercado deixa de ser visto como uma "entidade" à parte e abstrata, passando a ser visto como algo construído socialmente.



Polanyi, na obra *The great transformation: the political and economic origins of our time* (2001), busca evidências na história e na antropologia para mostrar que, na realidade, a atividade econômica sempre esteve, no passado, integrada e embebida em outras atividades de tipo social, e que a primazia do econômico, assim como a expansão e o predomínio do mercado, são fenômenos essencialmente modernos.

Polanyi realiza uma crítica contundente das teses formalistas da economia sobre a visão generalizante do indivíduo como maximizador de lucro, e defende que haja a superação do naturalismo histórico na apreensão do mercado, uma vez que tanto este como aquele estão submersos no todo social, do qual fazem parte. Para o autor, a idéia de um "mercado auto-regulável" é uma utopia elaborada por economistas, pois o mercado só existe como construção social e está enraizado na vida social a partir de elementos fundamentais como as regras, as normas e as paixões.<sup>82</sup>

Em Weber, o *homo economicus* definido nos termos da economia liberal não existe, dado seu caráter genérico e abstrato. Para ele o que existe é o ator econômico, produto da história, o qual, embora atue a partir de uma dada racionalidade econômica, marcadamente a partir do próprio capitalismo, só pode existir porque é fruto de condições sociais e históricas. Para Weber, a racionalidade econômica não é um pressuposto, uma vez que está definida pelas condições históricas e sociais, mas pode ser objeto de investigação.

É o mercado que representa, para Weber (1999), o arquétipo da ação econômica social. Nele se exprime fundamentalmente a ação racional, mas não só ela. E a crítica weberiana à economia liberal está em que ela é míope ao enxergar somente a ação racional, desconsiderando completamente as demais racionalidades existentes, resultantes da cultura, do direito, da política, da religião, entre outras.

---

<sup>82</sup> Neste mesmo sentido, Pierre Bourdieu em estudo sobre *O campo econômico* (2005) afirma que "tudo o que a ortodoxia econômica considera como um puro dado, a oferta, a demanda, o mercado, é o produto de uma construção social, é um tipo de artefato histórico" (BOURDIEU, 2005, p.17). Para o autor, ignorar que há condições econômicas e culturais de acesso às condutas que a teoria econômica considera como racionais, é instituir as disposições produzidas em condições econômicas e sociais particulares como medida e norma universal de toda conduta econômica, e fazer da ordem econômica do mercado o fim exclusivo de todo o processo de desenvolvimento histórico. Assim, as disposições econômicas exigidas pelo campo econômico não têm nada de natural e de universal, mas são produto de toda uma história coletiva. "O que se chama de mercado é apenas, em última instância, uma construção social, uma estrutura de relações específicas, para a qual os diferentes agentes engajados no campo contribuem em diversos graus, através de modificações que eles conseguem lhe impor" (BOURDIEU, 2005, p.40).

Como se demonstra entre os agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul, diversas racionalidades estão em jogo na produção e na comercialização, não ocorrendo a simples busca da maximização dos lucros materiais pressuposta na análise neoclássica.

Apesar de ser equivocada, a perspectiva que define o trabalho (seres humanos), a terra (natureza) e o dinheiro enquanto mercadoria (fictícia) tem oferecido o princípio de organização da sociedade como um todo, afetando praticamente todas as suas instituições. *“Instead of the historically normal pattern of subordinating the economy to society, their system of self-regulating markets required subordinating society to the logic of the market”* (POLANYI, 2001,p.15)<sup>83</sup>. Nesta perspectiva os teóricos dos mercados auto-regulados e seus aliados estão constantemente empurrando as sociedades humanas para a beira de um precipício.

Mas como consequência da não subordinação dos mercados, as pessoas resistem, elas se recusam a agir como lemingues<sup>84</sup> marchando sobre o precipício para a própria destruição. As pessoas reagem se afastando dos dogmas de auto-regulação do mercado para salvar a sociedade e a natureza da destruição. Polanyi (2001) antecipa o discurso do ambientalismo contemporâneo com o argumento moral de que tratar a natureza e os seres humanos como objetos com preços determinados inteiramente pelo mercado é violar os princípios que têm governado as sociedades por séculos.

Reagindo às imposições do mercado fundado na racionalidade econômica, atores e movimentos sociais do mundo rural lutam para construir relações econômicas fundamentadas em outros valores mais solidários, que distribuam o lucro, a renda, de forma a possibilitar a reprodução dos agricultores em longo prazo e facilitar o acesso dos consumidores com menos poder econômico aos produtos com qualidade superior. Fica clara a necessidade não apenas de uma produção, mas também de uma comercialização sustentável. O agricultor necessita receber uma remuneração mais justa pelo seu trabalho que lhe permita, da mesma forma que o consumidor, melhorar a sua qualidade de vida.

---

<sup>83</sup> Traduzido por Douglas Ochiai Padilha: “No lugar do padrão normal histórico de subordinação da economia à sociedade, o sistema deles de mercados auto-regulados requer subordinar a sociedade à lógica do mercado”.

<sup>84</sup> Lemingue: (substantivo masculino) designação comum a diversos pequenos roedores da família dos murídeos, especialmente aqueles dos gênero *Lemmus* e *Dicrostonyx*, encontrados na tundra ártica, de orelhas e cauda muito curtas e pelagem densa. As migrações em massa, observadas geralmente na espécie europeia, *Lemmus lemmus*, resultam ocasionalmente em afogamentos coletivos (HOUAISS, 2001).

Paulus (1999, p.131) aponta que muitas das experiências de produção e comercialização alternativa de alimentos fundamentam-se (ou pelo menos têm esse discurso e essa pretensão) em conceitos e valores que vão além de uma perspectiva puramente mercantilista, muito embora seja inevitável a sua inserção em uma estratégia de mercado, sem o que nem a produção nem o acesso dos consumidores se viabilizariam.

Existem relações comerciais em que a racionalidade ambiental está presente – não apenas uma escolha racional do consumidor ou uma lógica produtivista capitalista – onde os atores fazem uso de posições e valores éticos, tendo objetivos além da maximização de seu próprio bem-estar pessoal. Desta forma, tanto agricultores quanto consumidores ecológicos podem perseguir outros objetivos, baseados em outros valores, inclusive não-materiais, mesmo pondo em risco seus ganhos econômicos. No caso do movimento agroecológico em Rio Branco do Sul, no início da produção ecológica muitos deles seguiram a conversão da unidade de produção mesmo vendo seus ganhos econômicos serem reduzidos.

Entre os consumidores de alimentos ecológicos, Fátima Portilho afirma que nos últimos anos houve alguns avanços na forma de pensar e agir. “O consumidor verde se multiplica, um indivíduo que prioriza produtos que levam em conta a dimensão ambiental” (PORTILHO, 2004). O consumidor verde foi amplamente definido como aquele que, além da variável qualidade/preço, inclui em seu “poder de escolha”, a variável ambiental, preferindo produtos que não agriçam, ou são percebidos como não agredindo o meio ambiente.<sup>85</sup> Há uma “ecopolitização” do indivíduo na forma de atores que tem repercussões na organização da produção. Mas como bem adverte a autora, o consumo verde não ataca toda a equação, enfatizando a tecnologia, mas deixa de lado os processos de produção e distribuição, além da cultura do consumo propriamente dita.

De acordo com Portilho (2005), os governos e empresas acabam transferindo a responsabilidade sobre os estilos de vida e consumo das sociedades afluentes para os indivíduos, sendo que o que as pesquisas mostram é uma ainda limitada incorporação pelos indivíduos, inclusive nos países europeus, considerados como

---

<sup>85</sup> Coerente com a concepção weberiana, as ações humanas devem ser explicadas mais pelas intenções que as inspiram e as conseqüências esperadas (ou seja, os propósitos) do que em termos de suas conseqüências reais. No que se refere ao consumidor verde leva-se em conta as “considerações ambientais no consumo”, ou seja, aqueles comportamentos que têm intenção de produzir resultados ambientalmente favoráveis, independentemente do fato de produzirem estes resultados ou não (PORTILHO, 2005, p.4).

fortes impulsionadores destas transformações nas dinâmicas de consumo, e que o simples acesso a conhecimentos relacionados à questão ambiental não leva a estilos de vida e práticas ambientalmente corretas.

Embora este processo de “ecopolitização”, ou ainda, “ecologização” se encontre distante de uma generalização, certamente, nos encontramos diante da emergência de formas diferenciadas de produção e de condutas de consumidores. Pesquisas como esta e outras do Programa de Pós-graduação em Sociologia e do Doutorado MADE constataam que vivemos um estágio de modernidade em que ocorre um questionamento à universalização de práticas industriais de produção bem como ao consumismo incoseqüente. Assim, na relação produção-consumo de alimentos emergem modelos de produzir e consumir que reconstroem as relações da sociedade com a natureza segundo princípios socioambientais.

## **5 CONCLUSÃO**

Nesta pesquisa partiu-se do reconhecimento de que no atual mundo globalizado o modelo de desenvolvimento propalado pelas sociedades continua sendo fundamentado no desenvolvimento econômico, no produtivismo exacerbado e no consumismo massificado. Diante da extrema degradação dos ambientes que dão suporte a vida, movimentos sociais se organizam, desde a metade do século XX, em luta para transformar o modo como as sociedades têm se relacionado com a natureza.

Desde a década de 1970 o discurso ambientalista vem ganhando força e, por todo o globo, a crise ambiental passou a ser discutida. Diferentes propostas de mudança convergiram para formar um outro modelo de desenvolvimento que fosse ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo. Tais idéias se condensaram sob a noção de desenvolvimento sustentável, a qual converteu-se num referente discursivo e num saber de fundo que organiza os sentidos divergentes em torno da construção de sociedades sustentáveis. O tema da sustentabilidade passa, então, a se inscrever nas lutas sociais pela apropriação da natureza, orientando a reflexão teórica e a ação política para o propósito de

desconstruir a lógica econômica e construir uma nova racionalidade produtiva, agora ambiental.

Diversos atores sociais agem no sentido da crítica socioambiental ao modelo produtivista e consumista que gera degradação ambiental e extrema desigualdade, tanto na cidade quanto no campo. Diante das profundas transformações impostas no meio rural pelo modelo de desenvolvimento moderno-capitalista – como a degradação intensa e acelerada dos recursos naturais, a concentração fundiária, o êxodo rural, as transformações nos sistemas de produção e de relações sociais, a massificação e a dependência produtiva de insumos industriais, bem como a uniformização e homogeneização dos processos produtivos de bens alimentares – diversos atores organizam-se em “novos movimentos sociais no campo” (SCHERER-WARREN, 1996), exercendo críticas fundamentais à ordem social, formulando respostas à penetração do mercado e do Estado na vida social e buscando novas formas de viver. É nessa perspectiva que se situa o movimento agroecológico, que, diante da problemática ambiental, constrói alternativas ao modelo de desenvolvimento dominador e destruidor da natureza.

Em Rio Branco do Sul, o movimento agroecológico se constituiu a partir das preocupações e constatações – dos agricultores familiares, de agentes pastorais da Igreja Católica, da UFPR e da Associação RIOSUL – quanto à qualidade nutricional dos agricultores(as) familiares da região. O projeto de transformação das condições de vida locais incluía o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região do Vale do Ribeira, o que melhoraria a qualidade de vida das pessoas e reduziria os níveis de pobreza, por meio da organização, formação, articulação, comercialização e divulgação, envolvendo os agricultores, populações urbanas e consumidores, na busca por desenvolvimento social, econômico e político mais justo.

Os elevados índices de contaminação nos agricultores(as) por ação dos agrotóxicos impulsionou alguns agricultores familiares da comunidade Campina dos Pinto a iniciarem discussões e práticas em agricultura orgânica. Este trabalho foi logo apoiado pelo SINTRAF de Itaperuçu, que assumiu a agricultura familiar como uma categoria privilegiada para a implementação das lutas e discussões sobre o desenvolvimento rural sustentável em dimensão local e regional. Este novo projeto impulsionado pelo SINTRAF possibilitou um trabalho conjunto com a AOPA e a EMATER/PR, intensificando-se um processo educativo aliado à reflexão próxima da realidade de vida, do trabalho do mundo rural e do cotidiano da agricultura familiar,

assim como a construção de um outro paradigma produtivo fundado em condições socioambientais de sustentabilidade.

O movimento agroecológico viveu, então, um momento de expansão onde cresceu o número de conversões de unidades de produção para bases mais ecológicas em toda RMC. Este avanço do movimento agroecológico na RMC acompanhou e se articulou com a expansão que ocorreu em nível nacional e internacional.

Ao longo da história do movimento agroecológico em Rio Branco do Sul os atores têm encontrado obstáculos na comercialização da produção ecológica. Primeiramente quando os agricultores(as) ecológicos vendiam no CEASA sem distinção em relação ao convencional, alcançando baixos preços na já reduzida produtividade dos primeiros anos de conversão. Em seguida na crise comercial vivida pela AOPA e APAC em relação às grandes redes varejistas, com as altas exigências de qualidade por parte dos supermercados, devolução integral, taxa sobre cada produto cadastrado, compra do espaço nas prateleiras, pagamento feito mensalmente e repasse das perdas às associações e produtores. Com o fim da comercialização através das associações AOPA e APAC, muitos agricultores abandonaram a produção ecológica. O abandono das práticas ecológicas entre agricultores(as) familiares de Rio Branco do Sul não se explica pela primazia da racionalidade econômico-capitalista, por uma ação orientada unicamente ao lucro, mas porque os agricultores(as) familiares pressionados pelo mercado buscam melhores condições de vida, eles precisavam de resultados imediatos no plano da reprodução social. A produção na pequena agricultura familiar se caracteriza pela busca da maximização da renda familiar, mas não na acumulação de capital por princípio.

De acordo com Chayanov (1966), o capital transformou a produção camponesa em produção mercantil, obrigando o produtor direto a produzir para o mercado e com mercadorias provenientes do mercado. O equilíbrio da “economia camponesa” tornou-se debilitado pois os agricultores(as) familiares são obrigados a vender para o mercado e obter uma renda em dinheiro para adquirir outras mercadorias necessárias a sua (re)produção. Entre os agricultores familiares ecológicos de Rio Branco do Sul, quando o dinheiro da venda não foi suficiente, recorreu-se ao empréstimo ou o retorno à produção convencional na qual eles já tinham experiência.

Após a crise comercial com a AOPA e APAC, em que muitos agricultores de Rio Branco do Sul deixaram a produção ecológica, a maioria dos que permaneceram passou a comercializar com a empresa Fruto da Terra. A situação de estabilidade destes agricultores ecológicos que produzem e vendem somente para a empresa processadora acabou apresentando problemas, os principais são relativos ao tipo de certificação da produção e a dependência em relação às empresas. Com apenas um canal de comercialização, em circuito longo, os produtos ecológicos acabam seguindo os padrões do mercado de consumo massificado. Para serem vendidos nos supermercados eles necessitam serem certificados e, para serem identificados, devem ter alta qualidade e seguir normas de apresentação de embalagens de isopor e plástico, além do sistema de distribuição impessoal característico do circuito longo. As empresas se impõem sobre os agricultores repassando a eles as perdas na comercialização, achatando a renda dos agricultores a fim de maximizarem seus próprios lucros. Os super-hiper-mercados e o Fruto da Terra agem de acordo com a racionalidade e a visão do mercado capitalista, não há por parte das empresas de alimentos considerações sobre a racionalidade ambiental-substantiva dos agricultores familiares ecológicos; a lógica das empresas de alimentos está centrada exclusivamente no produto, desconsiderando dimensões éticas pregadas pelo movimento agroecológico. A necessidade premente de reprodução destes agricultores familiares os obriga a buscar alguma forma de inserção no mercado e alguns deles parecem não considerar, em suas transações com as empresas processadoras e varejistas, o papel negativo desse mercado na construção de um desenvolvimento rural sustentável.

Esta perspectiva corrobora a posição de Brandenburg: “Para competir em preço, qualidade e apresentação, a razão instrumental impõe-se sobre a produção ecológica. Com isso alguns princípios da produção ecológica parecem diluir-se” (2002, p.23). No entanto, esta afirmação se relativiza à medida que se confirma a hipótese desta pesquisa: existem outras razões na produção ecológica que são da esfera da cultura e da subjetividade, como a segurança alimentar, a saúde individual e da família, a preocupação com a poluição e degradação do ambiente. Alguns dos agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul, ao se depararem com obstáculos na comercialização e nas formas de organização, constroem respostas para estes problemas, criando novos canais de comercialização, realizando uma certificação participativa e compondo a Rede Ecovida.

Quanto aos problemas relativos a certificação o debate sobre o melhor modelo, se por auditoria ou participativo, vem se desenrolando no Brasil desde 1997. Em Rio Branco do Sul, o assunto tornou-se importante no momento em que a AOPA (em 2002) aderiu à Rede Ecovida e, posteriormente, teve força renovada (em 2007) quando alguns agricultores se organizaram para formar o grupo Dois Pinheiros da Rede Ecovida. Embora a discussão principal dos agricultores ecológicos nas comunidades investigadas gire em torno da melhor qualidade e menores custos na certificação participativa, verifica-se nos discursos e nas práticas daqueles que formaram o grupo Dois Pinheiros a preocupação e a vontade de: trabalhar na construção de um mercado justo e solidário (como na banca ecológica da Escola Técnica da UFPR); aproximar de forma solidária agricultores e consumidores; estimular o trabalho associativo na produção, comercialização e consumo de alimentos ecológicos (como fazem Mario Ângelo, Adyr, Lauro, funcionários da Escola Técnica, consumidores verdes, entre outros); articular e tornar disponíveis informações entre as organizações e pessoas (como fazem Adyr, Alírio, Elisete, entre outros, na CRESOL, nas comunidades do Vale do Ribeira e com os pesquisadores que os procuram); estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular (prática comum entre os agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul).

A investigação destes dois grupos que se formaram nas comunidades Campina dos Pinto, Pinhal e Capiuru Boa Vista – a saber, os agricultores que comercializam apenas em circuito longo através da empresa Fruto da Terra e os agricultores que formaram o grupo Dois Pinheiros na Rede Ecovida – possibilitou repensar as formas de organização e associação na produção e comercialização dos produtos ecológicos ou orgânicos. Tornou-se clara nesta pesquisa a importância das formas associativas (como na RIOSUL, AOPA, CRESOL, SINTRAF e ECOVIDA), uma vez que elas ampliam os campos de luta e legitimação, tanto em direção a sustentabilidade na agricultura como a consolidação da agricultura familiar. A dificuldade no associativismo que, para alguns autores, caracteriza a região do Vale do Ribeira, esta sendo superada com o surgimento de novas associações, cooperativas e sindicatos, que passam a se articular em fóruns, conselhos e movimentos regionais e nacionais.

Como apontado ao longo do texto, novos atores sociais têm emergido e se articulado, tanto no mundo rural quanto no urbano, ao mesmo tempo se orientando e



construindo uma racionalidade ambiental nas formas de produção, comercialização e consumo ecológicos. Fica claro ao se falar em agricultura sustentável, que todos os aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos precisam estar incluídos neste quadro. A tarefa é grande, é preciso transformar os sistemas globais de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, os quais se estendem a quase todos os aspectos da sociedade humana e do ambiente construído. Embora esta ecologização dos comportamentos sociais se encontre distante de uma generalização, através dos atores e movimentos sociais ambientalistas rurais e urbanos esta transformação mais ampla e global começa a tomar forma nos grupos locais; estes indivíduos e grupos confrontam o atual modelo insustentável de desenvolvimento em favor de novos modos de vida fundamentados no desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. Agroecologia: paradigmas para tempos futuros ou resistência para o presente? *In: Desenvolvimento e meio ambiente*, nº 6, p.29-40, jul/dez. Curitiba, Editora da UFPR, 2002.

\_\_\_\_\_. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *In: Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 24, nº 2, p. 499-520, 2003. Disponível em: <[www.agroeco.org/brasil/material/agroecobrasil-jalcione.pdf](http://www.agroeco.org/brasil/material/agroecobrasil-jalcione.pdf)> Acesso em: 17/11/2007.

\_\_\_\_\_. Agroecologia: nova ciência, alternativa técnico-produtiva ou movimento social?. *In: RUSCHEINSKY, Aloísio. (Org.). Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004, v. 1, p. 88-101.

ALMEIDA, Luciano de. **Mudanças técnicas na agricultura: perspectivas da transição agroambiental em Colombo – PR.** Curitiba, 2003. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE).

ALMEIDA JR, Antônio Ribeiro de. **A Planta desfigurada: crítica das representações de Planta como máquina química e como mercadoria.** 175 p. Tese (Doutorado) Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1995.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *In: Desenvolvimento e meio ambiente, nº 6*, p.67-80, jul/dez. Curitiba, Editora da UFPR, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024:1989, NBR 6027:1989, NBR 6028:1990, NBR 10520:2002, NBR 6023:2002, NBR 14724:2006.** Rio de Janeiro: ABNT, 1989-2006.

AZEVEDO, Elaine. **Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social.** Florianópolis: Insular, 2003.

BALESTRIN, Nádia Luzia. **Associação da Agricultura Orgânica no Paraná: uma proposta em (re)construção.** Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

BALHANA, Altiva P.; WESTPHALEN, Cecília; MACHADO, Brasil P. **História do Paraná, Vol.1.** Curitiba: Grafipar, 1969.

BAUDELAIRE, Charles-Pierre. **Écrits sur l'art.** Librairie Général Française, 1999.

BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *In: Política & Sociedade*, vol. 4, nº 6, 2005. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930/1697>> Acesso em: 08/11/2008.

BRANDENBURG, Alfio. Colonos: subserviência e autonomia. *In*: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. (orgs) **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, Ed da UFPR, 1998.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999.

\_\_\_\_\_. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *In*: **Desenvolvimento e meio ambiente**, nº 6, p.11-28, jul./dez. Curitiba, Editora da UFPR, 2002.

BRANDENBURG, Alfio; *et alli*. Dimensões sócio-ambientais do rural contemporâneo. *In*: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 10, p. 119-125, jul./dez. Curitiba, Editora da UFPR, 2004.

BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Agricultura e políticas socioambientais rurais. *In*: RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **IN nº 007/MAPA de 17 de maio de 1999**. Normas disciplinadoras para a produção, tipificação, processamento, envase, distribuição e certificação da qualidade de produtos orgânicos, sejam de origem animal ou vegetal. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Sessão I de 19/05/99, p. 11-14.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm)> Acesso em: 11/08/2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Manual de orientação ao proponente**. Versão preliminar de outubro de 2004. Disponível em: <[www.mds.gov.br/programas/editais/editais-008/manual\\_de\\_orientacao\\_ao\\_proponente\\_-\\_publicacao\\_-\\_05ago08.pdf](http://www.mds.gov.br/programas/editais/editais-008/manual_de_orientacao_ao_proponente_-_publicacao_-_05ago08.pdf)> Acesso em: 11/08/2008.

BRASIL. **Decreto 5.873 de 15 de agosto de 2006**. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: <<http://www.revistajuridica.com.br/content/legislacao.asp?id=29391>> Acesso em: 11/08/2008.

BUTTEL, Frederick H. *Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar*. In: **Agricultura y Sociedad**, nº 74, Jan./mar, 1995.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Superando a revolução verde: A transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Santa Maria (RS), março de 2003. Disponível em: <[www.agroecologia.uema.br/publicacoes/Superando.pdf](http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/Superando.pdf)> Acesso em: 17/07/2008.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: aproximando conceitos com a noção de sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em: <http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/CaporalCostabeberMDAFinal.pdf>> Acesso em: 19/02/2008.

CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: DAMACENO, Ângela Duarte Damasceno Ferreira; BRANDENBURG, Alfio. (orgs) **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº11, Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 1998: 53-75.

CEAO – Conselho Estadual de Agricultura Orgânica. **2º Relatório Parcial do Diagnóstico da Cadeia Produtiva Orgânica do estado do Paraná**. Curitiba: AOPA/DESER, 2002.

CHAYANOV, Alexander V. **The theory of peasant economy**. Illinois: The american economic association, 1966.

COSTABEBER, José Antônio. **Acción Colectiva y Procesos de Transición Agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 422p. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecologia, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

DAROLT, Moacir Roberto. **As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR**. Curitiba, 2000. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná/ParisVII. 310 p.

\_\_\_\_\_. **A sustentabilidade do sistema de agricultura orgânica: um estudo na Região Metropolitana de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdarolt2.htm>> Acesso em: 01/10/2008.

\_\_\_\_\_. **Agricultura orgânica: inventando o futuro**. Londrina: IAPAR, 2002.

\_\_\_\_\_. **Situação da agricultura orgânica em 2003**. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br>> Acesso em: 03/04/2008.

DELÉAGE, Estelle. Qual o futuro do trabalho na agricultura francesa? *In: Desenvolvimento e meio ambiente*, nº 6, p.41-50, jul/dez. Curitiba, Editora da UFPR, 2002.

DOMINGUES, José M. A cidade: racionalização e liberdade. *In: SOUZA, Jessé (org.). A atualidade de Max Weber*. Brasília: Editora UnB, 2000.

EHLERS, Eduardo Mazzaferro. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, Vol.1**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELL, Erica. **Concepções sobre práticas alimentares de agricultores ecológicos da Região Metropolitana de Curitiba: o caso do município de Rio Branco do Sul**. Curitiba, 2007. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE).

ESTADO DO PARANÁ, O. **Agricultores querem reerguer a APAC**. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/canal/rural/news/177455/>> Acesso em: 02/08/2008

FALK, J. W.; CARVALHO, L. A ; SILVA, L. R. e PINHEIRO, S. **Suicídio e doença mental em Venâncio Aires, RS: Conseqüência do uso de agrotóxicos organoclorados?** Relatório Preliminar de Pesquisa. Disponível em: <<http://galileu.globo.com/edic/133/agro2.doc>> Acesso em: 12/11/2007.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. (orgs) **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, Ed da UFPR, 1998.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, nº18, outubro 2002: 28-46. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/angela18.htm>> Acesso em: 05/05/2008.

FE Y ALEGRÍA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.feyalegria.org/default.asp?fya=1>> Acesso em: 07/11/2008.

FICKERT, Udo. Incremento do mercado orgânico no Brasil. *In: KÜSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Ferreira (orgs.) Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

FLORIANI, Dimas. **Conhecimento, meio ambiente & globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.

FLORIANI, Nicolas. **Avaliação das terras pelos agricultores ecológicos de Rio Branco do Sul: uma abordagem geo-sócio-agronômica da paisagem rural**. Curitiba, 2007. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE).

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS, nº 14, p. 59-67, out./jan. 1990. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_14/rbcs14\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm)> Acesso em: 03/11/2008.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MIELGO, Antônio Alonso; Equipo ISEC. *Entre la agroecologia, como movimiento social, y la agricultura orgânica, como negocio: el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores*. *In: Revista*

**ALMIREZ, nº 13**, 2005, p. 337-387. Universidad Nacional de Educación a Distancia, UNED: Centro Asociado UNED de Córdoba. Disponível em: <[www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/17\\_agroeco\\_x\\_agrorg\\_sevilla\\_2002.pdf](http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/17_agroeco_x_agrorg_sevilla_2002.pdf)> Acesso em: 01/10/2008.

HABERMAS, Jürgen. ***Teoría de la acción comunicativa, II: crítica de la razón funcionalista***. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, 1992.

\_\_\_\_\_. ***Teoría de la acción comunicativa, I: racionalidad de la acción y racionalización social***. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, 1999.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimento (PAA). ***Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica***. Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/xcol/221.htm>> Acesso em: 27/08/2008.

JONAS, Hans. ***El principio de responsabilidad: ensayo de una ética para la civilización tecnológica***. Barcelona: Herder, 1995.

KANT, Emmanuel. ***Fundamentação da metafísica dos costumes***. Porto: Porto, 1995.

KARAM, Karen F. ***Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade***. Curitiba, 2001. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE).

KARAM, Kátia; FONSECA, M<sup>a</sup> Fernanda de A.C.; GRIZANTE JR., Vainer; CARVALHO, Yara M.C. A institucionalização da agricultura orgânica no Brasil. *In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*. Vol.3, nº 1, Rio de Janeiro: AS-PTA, abril de 2006.

KUHN, Thomas S. ***A estrutura das revoluções científicas***. São Paulo: Perspectiva, 2001.

KÜSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Ferreira (orgs.) ***Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil***. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

LAMARCHE, H. (coord) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Vol. II. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis/Florianópolis: Vozes/Editora da UFSC, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFF, Enrique. **De quién es la naturaleza. Sobre la apropiación social de los recursos naturales**. Gaceta Ecológica, n° 37, INE/Semarnap, México: p. 58-64, 1995.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Edifurb, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental*. In: **Desenvolvimento e meio ambiente**, n°1, p. 57-69. jan/jun. Curitiba: Editora da UFPR, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001a.

\_\_\_\_\_. Agroecologia e saber ambiental. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS, vol.3, n° 1, jan./mar, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder**. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÉLÉ, Sharachchandra M. Sustainable development: a critical review. In: **World Development**, 19 (6): 607-621, jun., 1991.



MACHADO, Brasil Pinheiro. **Sinopse da história regional do Paraná**. Separata do Boletim Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Curitiba, 1951.

MARTÍNEZ ALIER, J. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. Montevideu: Nordan-Comunidad/Icaria. 1995.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MAYER, Paulo Henrique. Transição agroecológica na Região Metropolitana de Curitiba. *In: Agriculturas*, vol. 3, nº 3, outubro de 2006. Disponível em: <[http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o\\_id=85836&a\\_id=211&a\\_seq=0](http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=85836&a_id=211&a_seq=0)> Acesso em: 20/08/2008.

MONSANTO COMPANY. **Monsanto trabalha para produzir soluções agrícolas que favorecem o meio ambiente**. 20/2/2008. Disponível em: <<http://www.monsanto.com.br/sala/br/tenoticiaView.asp?noticiald=73334333323334234432334324334344343347D122685681254D4319D2414D4407D09763350BB5>> Acesso em: 16/07/2008.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia: tomo III**. São Paulo: Loyola, 2001.

ORMOND, José Geraldo Pacheco, *et alii*. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. **BNDES Setorial**, nº 15, p. 3-34, Rio de Janeiro, março de 2002. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1501.pdf>> Acesso em: 11/07/2008.

PAULI, Jandir. **O poder nas redes de economia solidária**. Porto Alegre, 2005. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

PAULUS, Gervásio. **Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

PASCHOAL, A. D. Modelos Sustentáveis de Agricultura. *In: Agricultura Sustentável*, Jaguariúna, ano 2, nº 1, p. 11-16, Jan./jun.1995.

PERACI, Adoniram Sanches. **Construyendo nuevos caminos: sistematización de la experiencia de nutrición humana y microfinanciamiento rural de los agricultores y agricultores familiares Del Valle del Ribeira Estado de Paraná**,

**Brasil.** Curitiba, 2002. Disponível em: <<http://www.redlayc.net/PDF/sistema/riosu-br.pdf>> Acesso em: 09/04/2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo. Todos os passos do conceito em Max Weber.** Editora 34, São Paulo, 2003.

PLANETA ORGÂNICO. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/riodeuna.htm>> Acesso em: 05/08/2008.

POLANYI, Karl. **The great transformation: the political and economic origins of our time.** Boston: Beacon Press, 2001.

PORTILHO, Fátima. **Consumo “verde”, democracia ecológica e cidadania: possibilidades de diálogo?** Fator Social - Alimentação: consciência e saúde, Brasília, 2004, p. 17 - 24. Disponível em: <<http://www.rubedo.psc.br/artigos/consumo.htm>> Acesso em: 12/11/2008.

\_\_\_\_\_. **Consumo verde, consumo sustentável e a ambientalização dos consumidores.** In: 2º Encontro da ANPPAS. Indaiatuba, 2004. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT05/f%E1tima\\_portilho.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/f%E1tima_portilho.pdf)> Acesso em: 07/11/2008.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade.** São Paulo: Duas Cidades, 1973.

\_\_\_\_\_. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1992.

REDCLIFT, M. **Sustainable development: exploring the contradictions.** London/New York: Routledge, 1992.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Caderno de Normas para Certificação**

**Participativa de Produtos Ecológicos.** 2002. Disponível em: <[www.ecovida.org.br](http://www.ecovida.org.br)> Acesso em: 10/08/2008.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Caderno de formação:** certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>> Acesso em: 10/08/2008.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Sítio Digital Ecovida: Núcleos/Membros. 2008** Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA003>> Acesso em: 22/08/2008.

RIBEIRO, Eduardo Werneck. Recuperando o passado para entendermos o futuro: Entrevista com o professor Igor Chimyz. *In: Revista Multidisciplinar N° 03* – junho de 2007. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista3/public-entrevista2.php?codigo=1>> Acesso em: 12/12/2007.

REINTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro:** uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

RIO DE UNA. Disponível em: < <http://www.riodeuna.com.br/>> Acesso em: 05/08/2008.

RIO SUL – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE RIO BRANCO DO SUL. **Primeiro relatório anual – Julho/1995 à Julho/1996.** Rio Branco do Sul, 1996.

RUSZCZYK, João Carlos. **A agricultura familiar e de base ecológica, transições e estratégias de reprodução: redefinições e permanências nos olericultores de Rio Branco do Sul.** Curitiba, 2007. Tese (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE).

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

\_\_\_\_\_. **En busca de nuevas estrategias de desarrollo: temas fundamentales de la Cumbre sobre Desarrollo Social.** Copenhague, 1995. Disponível em:

<<http://digital-library.unesco.org/shs/most/gsd/cgi-bin/library?e=d-000-00---0most--00-0-0--0prompt-10---4-----0-0l--1-fr-50---20-preferences---00031-001-1-0windowsZz-1256-00&a=q&q=140SE&h=dsr&ifl=1>> Acesso em: 06/11/2008.

SAES, M. Sylvia Macchione (coord.); *et alli*. Terra Preservada: coordenando ações para garantir a qualidade. *In: IX Seminário internacional PENSA de agrobusiness*. Águas de São Pedro, 1999. Disponível em: <[http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/952008164443\\_ECTPres.pdf](http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/952008164443_ECTPres.pdf)> Acesso em: 21/07/2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SILVA, José Francisco Graziano da. **A nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

SCHMIDT, W. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? *In: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 1, nº 4, out/dez 2000.

SOUZA, Osmar Tomaz de. **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento rural em cenários de heterogeneidade socioeconômica e ambiental: casos ilustrativos na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE).

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. *In: TEDESCO, João Carlos. (org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUBE, 2001.

TOURAINÉ, Alain. **O pós-socialismo**. Porto: Editorial Afrontamento, 1981.

\_\_\_\_\_. **O retorno do actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

VARGAS-HERNÁNDEZ, José Guadalupe. Environmental and ecological movements. *In: CAVALLERI, Franco A. (editor). Our common future. 20 years after*. Denville, EUA: CSST – Developmental Studies, 2007.

VEIGA, José Eli da. Problemas da transição à agricultura sustentável. *In: Estudos Econômicos*. São Paulo, v.24, p.9-29, 1994.

ZONIN, Wilson. **Transição agroecológica: modalidades e estágios na RMC**. Curitiba, 2007. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In: XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 1996.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In: Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. TEDESCO, João Carlos (Org). Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

\_\_\_\_\_. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo. *In: Estudos Sociedade e Agricultura, nº15*, outubro 2000: 87-145. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>> Acesso em: 06/04/2008.

\_\_\_\_\_. *Regards sur le rural brésilien*, p. 27-58 *In: ZANONI, M.; LAMARCHE, H. (Orgs.). Agriculture et ruralité au Brésil: une autre moèle de développement*. Karthala: Paris, 2001.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In: Una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: 05/06/2008.

\_\_\_\_\_. Prefácio. *In: CARNEIRO, Maria J.; MALUF, Renato. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro, MAUAD, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Universitária de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 2000.

## APÊNDICE A - PEQUENA BIOGRAFIA DOS ENTREVISTADOS

**Alírio Ediomar Gasparin:** 35 anos, agricultor familiar ecológico da Comunidade Campina dos Pinto, Município de Rio Branco do Sul – PR. Associado da Rede Ecovida de Agroecologia – Grupo Sabugueiro – Núcleo Maurício H. Amaral até 2007, em seguida criou o grupo Dois Pinheiros. Primo dos irmãos Elizete, Grimaldo e Valter. Entrevistado em 13/09/2007.

FIGURA 2: Gilmar e Alírio plantando mudas no terreno cedido por moradora de Curitiba.



Fotos: Douglas Ochiai Padilha (2007).

**Adyr Antônio Fioreze:** 42 anos, agricultor familiar ecológico da comunidade Campina dos Pinto, Município de Rio Branco do Sul – PR. Graduado em Desenvolvimento Rural pela UERGS/RS. Dirigente da CRESSOL em todo o Vale do Ribeira. Associado à Rede Ecovida de Agroecologia no grupo Dois Pinheiros. Entrevistado em 22/09/2007.

**Agostinho Valter Gasparin:** 43 anos, agricultor familiar ecológico da comunidade Pinhal, Município de Rio Branco do Sul – PR. Entrevistado em 05/09/2007.

**Célia Lazarotto:** Dona da chácara Fruto da Terra e da empresa processadora de alimentos Fruto da Terra. Participou das reuniões dos agricultores da Campina do Pinto e Pinhal sobre a conversão para agricultura ecológica.

**Cleber Cristiano Gasparin:** 19 anos, agricultor familiar ecológico da comunidade Pinhal, Município de Rio Branco do Sul – PR. Sobrinho dos irmãos Valter, Grimaldo e Elizete. O pai de Cristiano faleceu em um acidente de trabalho. Cristiano escolheu trabalhar com os tios nas terras da família mesmo tendo a oportunidade de trabalhar como caminhoneiro. Entrevistado em 19/09/2007.

**Elizete do Rocio Gasparin:** 34 anos, agricultora familiar ecológica da Comunidade Campina dos Pinto, Município de Rio Branco do Sul – PR. Comercializa os produtos em conjunto com Alírio Gasparin, trabalhando nas terras do sogro. O marido não se

dedica à agricultura, desenvolvendo atividades em tempo integral na construção civil. Entrevistado em 22/09/2007.

**Gilmar dos Santos Farias:** 42 anos, agricultor familiar ecológico da comunidade Campina dos Pinto, Município de Rio Branco do Sul – PR. Associado da Rede Ecovida de Agroecologia no grupo Dois Pinheiros. Entrevistado em 01/07/2007 e 22/09/2007.

**Grimaldo Gasparin:** 44 anos, agricultor familiar ecológico da comunidade Pinhal, Município de Rio Branco do Sul – PR. Entrevistado em 12/09/2007.

FIGURA 3: Parte da família Gasparin e Grimaldo Gasparin em sua área de plantio.



Foto: Wilson Zonin (2006)

Foto: Douglas Ochiai Padilha (2007)

**Lauro Silva:** agricultor ecológico de Colombo – PR. Aposentou-se e comprou terra em Colombo para cultivar orgânicos na década de 1990. Associado da Rede Ecovida de Agroecologia no grupo Dois Pinheiros. Entrevistado em 07/08/2008.

**Mário Ângelo Gasparin:** 42 anos; agricultor familiar ecológico da Comunidade Campina dos Pinto, Município de Rio Branco do Sul – PR. Abandonou a agricultura por problemas na família e foi cortar pedras para *petit-pavé*. Retornou à agricultura em 2007 e entrou na Ecovida em 2008. Associado da Rede Ecovida de Agroecologia no grupo Dois Pinheiros. Entrevistado em 07/08/2008.

FIGURA 4: Lauro Silva e Mario Ângelo Gasparin com a banca de produtos ecológicos na Escola Técnica da UFPR



Foto: Daniela Petró (2008)

**Mário Gabriel Gasparin:** 51 anos; agricultor familiar ecológico da Comunidade Campina dos Pinto, Município de Rio Branco do Sul –PR. Entrevista realizada em 24/09/2007. Primo dos irmãos Grimaldo, Elizete e Valter.

**Natair Cavassin:**, 61 anos, agricultor familiar ecológico da Comunidade do “Capirú dos Cavassin” ou Capiru Boa Vista, Município de Rio Branco do Sul –PR. Sepultado no dia 04-02-2008 no cemitério municipal N. Sra. do Rosário (Colombo), PR. Deixa viúva Terezinha Leonice Cavassin. Entrevistado em 26/09/2007.

**Oromar Fioreze.** 37 anos; Agricultor Orgânico na Comunidade da Campina dos Pintos, Município de Rio Branco do Sul –PR. Oromar é casado com a filha do Natair. Entrevistado em 24/09/2007.

FIGURA 5: Oromar Fioreze colhendo folhas de Cataia para fazer um dos chás bioenergéticos utilizados na agricultura ecológica e Mario Ângelo Gasparin plantando mudas.



Fotos: Douglas Ochiai Padilha (2007) e Wilson Zonin (2006)

**Sidnei Cavassin:** 29 anos, agricultor, filho de Natair Cavassin, casado com Vera Lucia Cavassin, residente na comunidade Capiru Boa Vista. Entrevistado em 26/09/2007.

**Vera Lucia Cavassin:** 32 anos, agricultora da Comunidade do Capirú Boa Vista, casada com Sidnei Cavassin. Entrevistada em 26/09/2007.